



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES - CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PPGDH

**O RETORNO DE XAWARA NO TERRITÓRIO YANOMAMI: CONFLITO, LUTA E
RESISTÊNCIA**

SULIETE GERVÁSIO MONTEIRO

Dissertação de mestrado submetido ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, como requisito para a obtenção de Grau de Mestre em Direitos Humanos.

Orientadora: Prof. Dr^a. Vanessa Maria de Castro

Brasília-DF, 2022.

**O RETORNO DE XAWARA NO TERRITÓRIO YANOMAMI: CONFLITO, LUTA E
RESISTÊNCIA**

Suliete Gervásio Monteiro

FICHA DE AVALIAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Vanessa Maria de Castro.
Orientadora – CEAM/PPGDH/UnB

Prof^o. Dr. José Geraldo de Souza Junior
Membro interno - FD/CEAM/UnB

Prof^a. Dr^a. Elaine Moreira
Membro externo - ELA/DAN/UnB

Welligton de Lourenço Almeida
Suplente – FUP/CEAM/UnB

Brasília-DF, 2022.

Dedico aos meus eternos avós Angelina Gervásio e Moisés Gervásio, minha tia Eliana Gervásio e minha sobrinha Ísis Rebeca (*in memoriam*), já se foram, mas se fazem presente todos os dias da minha vida. Dedico em especial aos meus pais, meus irmãos, minha filha e amigos, pelo apoio incondicional, incentivo e amor. Sem eles nada disto seria possível.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento importante da vida acadêmica agradeço primeiramente a Tupã pela saúde, escrever uma dissertação em meio a uma pandemia não foi fácil. Agradeço imensamente a meus pais, D. Eliete Gervásio e Prof. Edimar Monteiro, os dois sempre me incentivaram a estudar; aos meus irmãos agradeço, em especial a minha irmã Elianete Gervásio, que sempre segurou minha mão quando precisei.

Agradeço às grandes amigas que sempre me apoiaram nos momentos difíceis e felizes, Valéria Paye e Giovanna Mandulão, muito obrigada por tudo. Aos meus amigos do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH), em nome de toda a turma VIII, a Gabriela, Layzi e Kaiodê, sou grata demais por tê-los conhecidos, agradeço pelo apoio nas disciplinas, pela troca de experiências e pela amizade. Nessa caminhada agradeço também meu amigo Neto Potiguara pelos diálogos, incentivo e também pelas risadas ao longo de todo o mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Cidadania em nome de todos os professores por me acolherem no programa, no qual muitas pessoas gostariam de estar. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me conceder a bolsa de estudos.

Agradeço ao Armazém Memória, em especial ao Marcelo Zelic, por me proporcionar conhecer inúmeros documentos importantes dos povos indígenas.

Agradeço às lideranças indígenas que lutaram para conquistar as políticas de ações nas universidades, sem essa conquista não estaria aqui. A minha associação de base Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), pela luta em defesa do nosso território.

Aos indígenas que contribuíram para esta pesquisa meus sinceros agradecimentos. Agradeço a minha querida Orientadora Prof^a. Dr^a. Vanessa Maria de Castro que não mediu esforços, não somente para me orientar, mas para me apoiar em todos os momentos que precisei, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos amigos que não foram citados, pois, são muitos, meus profundos agradecimentos, vocês contribuíram direta e indiretamente para que esta dissertação fosse concluída com sucesso

RESUMO

Este trabalho de dissertação tem como principal objetivo apresentar os processos de invasões que o povo Yanomami sofreu em seu território, principalmente, durante a pandemia ocasionada pela Covid-19. Para compreender este momento complexo e difícil, foram utilizados diversos documentos que tratam do tema e também fizeram parte da pesquisa de lideranças indígenas. Considerando as riquezas naturais, minerais e culturais que existem na Terra Indígena Yanomami, avalio como essas invasões impactaram e impactam negativamente o meio ambiente, o modo de vida dos Yanomami e sua cultura. A importância do território para os povos indígenas, em especial os Yanomami, é adotada como referencial teórico. Nesse sentido, para entender a questão territorial, recorro ao pensamento de intelectuais e líderes indígenas. Ao final, conclui-se que a luta pela proteção do território ocorre desde a invasão, somos povos da resistência, a luta que nos une é em nome da defesa dos nossos direitos e do território, o qual engloba saúde, educação, meio ambiente e o fortalecimento da nossa identidade enquanto povos indígenas.

Palavras-Chaves: Território, Povo Yanomami, Covid-19, Garimpo, Invasão e Resistência.

Bembeusara mirĩ

Kwa muraki upe ayuíri ambeu mayeta Kariwa tá uwiké yanomami tá iwí upé kuxiima suiwara, te kuíri kwa masí puxiwera usika waa upé. Amukamé iké mayeta Kariwa tá ruri puxiwera tá Kaá, Paranã supé, asuí yanomami tá supé yuíri. Iwí yanomami tá supé tariku maye tá manha yawé. Ambawa kwa muraki anheē ke iwí yanomami tá supé, asuí Kaá, Paranã, nhaã yané kuxiima suiwara. Yawearã te apuderi yaxari kariwa tá yuka yané suí.

Kuntari sa reté: Iwí, mira yanomami, Covid-19, iwí mamé aikwé waá uru, yandé kimbawa.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to present the invasion processes that the Yanomami people suffered in their territory, especially during the pandemic caused by Covid-19. In order to understand this complex and difficult time, various documents dealing with the subject were used, and indigenous leaders were also part of the research. Considering the natural, mineral, and cultural riches that exist in the Yanomami Indigenous Land, I evaluate how these invasions negatively impacted and continue to impact the environment, the way of life of the Yanomami, and their culture. The importance of territory for indigenous peoples, especially the Yanomami, is adopted as a theoretical reference. In this sense, to understand the territorial issue, I resort to the thought of intellectuals and indigenous leaders. At the end, I conclude that the struggle for the protection of the territory occurs since the invasion, we are peoples of resistance, the struggle that unites us is on behalf of the defense of our rights and territory, which encompasses health, education, environment and the strengthening of our identity as indigenous peoples.

Key words: Territory, Yanomami People, Covid-19, Mining, Invasion and Resistance.

RÉSUMÉ

L'objectif principal de cette dissertation est de présenter les processus d'invasion que le peuple Yanomami a subis sur son territoire, surtout pendant de la pandémie causée par le Covid-19. Afin de comprendre ce moment complexe et difficile, divers documents traitant du sujet ont été utilisés et des leaders autochtones ont également participé à la recherche. Compte tenu des richesses naturelles, minérales et culturelles qui existent sur la terre autochtone Yanomami, j'évalue comment ces invasions ont eu et ont toujours un impact négatif sur l'environnement, le mode de vie des Yanomami et leur culture. L'importance du territoire pour les peuples autochtones, notamment les Yanomami, est adoptée comme référence théorique. En ce sens, pour comprendre la

question territoriale, je recours à la pensée des intellectuels et des leaders autochtones. Finalement, je conclus que la lutte pour la protection du territoire se produit depuis l'invasion, nous sommes des peuples de résistance, la lutte qui nous unit est au nom de la défense de nos droits et du territoire qui englobe la santé, l'éducation, l'environnement et le renforcement de notre identité en tant que peuples autochtones.

Mots clés: Territoire, Peuple Yanomami, Covid-19, Exploitation minière, Invasion et Résistance.

RESUMEN

El objetivo principal de esta disertación es presentar los procesos de invasión que sufrió el pueblo yanomami en su territorio, especialmente durante la pandemia provocada por Covid-19. Para comprender este complejo y difícil momento, se utilizaron varios documentos que tratan el tema y los líderes indígenas también participaron en la investigación. Teniendo en cuenta las riquezas naturales, minerales y culturales que existen en la Tierra Indígena Yanomami, evaluó cómo estas invasiones impactaron e impactan negativamente en el medio ambiente, en el modo de vida de los Yanomami y en su cultura. Se adopta como referencia teórica la importancia del territorio para los pueblos indígenas, especialmente los Yanomami. En este sentido, para entender la cuestión territorial, recorro al pensamiento de intelectuales y líderes indígenas. Al final, se concluye que la lucha por la protección del territorio se da desde la invasión, somos pueblos de resistencia, la lucha que nos une es en nombre de la defensa de nuestros derechos y del territorio, que incluye salud, educación, medio ambiente y el fortalecimiento de nuestra identidad como pueblos indígenas.

Palabras clave: Territorio, Pueblo Yanomami, Covid-19, Minería, Invasión y Resistencia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
- AYRCA - Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes
- ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
- ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
- ANM – Agência Nacional de Mineração
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- APS – *Aborigines Protection Society*
- BAPES - Bases de Proteção Etnoambiental
- COIAB - Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- CONAMAZ – Conselho Nacional da Amazônia Legal
- CONDISI - Conselho Distrital de Saúde Indígena
- CCPY – Comissão Pró-Yanomami
- CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
- CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
- CIMI – Conselho Missionário Indigenista
- CTI – Centro de Trabalho Indigenista
- DISEI – Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena
- DSEI-Y - Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami
- DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
- Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- HAY – Hutukara Associação Yanomami

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

ISA – Instituto Socioambiental

MINTER – Ministério do Interior

Nuclebrás – Nucleares Brasileiras

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

PCN – Projeto Calha Norte

PEF – Pelotões Especiais de Fronteira

RADAM – Radar da Amazônia

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena

SEDUUME - *Associação Wanasseduume Ye'kwana e da Hutukara*

SUS – Sistema Único de Saúde

PIN – Plano de Integração Nacional

TANER - *Texoli Associação Ninam do Estado de Roraima*

TI – Terras Indígenas

TIY – Terra Indígena Yanomami

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura	A saga de Davi Kopenawa	27
1 -	Yanomami.....	
Figura	Os pés do Sol pisaram a	28
2 -	floresta.....	
Figura	Mapa de localização do TIY Brasil e	37
3 -	Venezuela.....	
Figura	Mapa Terra Indígena Yanomami (TIY) nos estados de	
4 -	Roraima e	38
	Amazonas.....	
	
Figura	Mapa mostrando a localização do TIY, nos estados de	
5 -	Roraima e	40
	Amazonas.....	
	
Figura	VENEZUELAN AMAZONAS. Serra Parima, Orinoco river	41
6 -	basin.....	
Figura	Imagem da Serra Parima, vista de outro ângulo, mostrando a	
7-	nascente a	42
	esquerda.....	
	
Figura	Ministério do Interior, Fundação Nacional do	49
8-	Índio.....	
Figura	Reportagem, Memórias Reveladas\ASI-	50
9-	FUNAI.....	

Figura	Pista de pouso clandestino para aviões do garimpo	
10 -	Chimarrão, curso do Alto Rio Mucajaí/ RR devastado pelo garimpo, região de Homoxi.....	52
Figura	Indígenas Yanomami na rodovia federal BR-210, Perimetral	
11 -	Norte, Terra Indígena Yanomami.....	52
	
Figura	Cimi contra o Calha Norte. Coleção de recortes de jornal	
12 -	sobre a política indigenista\Coleção CIMI- Norte \1986.....	58
Figura	Memórias Reveladas\ASI-FUNAI - Assessoria de Segurança	
13-	e Informação da FUNAI\Diretrizes para tutela dos índios\Demarcação.....	63
Figura	Memórias Reveladas\ASI-FUNAI - Assessoria de Segurança	
14 -	e Informação da FUNAI\Diretrizes para tutela dos índios\Demarcação.....	64
Figura	A demarcação da Terra	
15 -	Yanomami.....	66
Figura	Davi Kopenawa em Haximu: indignação com o	
16 -	massacre.....	69
Figura	Yanomami com as cinzas dos parentes vitimados no	
17-	Massacre de Haximu.....	72
	
Figura	Yanomami choram seus mortos em	
18 -	Haximu.....	73

Figura	O retorno do	76
19 -	Caos.....	
Figura	Imagem de Beto Góes	80
20 -	Yanomami.....	
Figura	Dário Kopenawa e Davi Kopenawa no lançamento da revista	
21 -	Trip – Dario Kopenawa	81
	Yanomami.....	
	..	
Figura	Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em	98
22 -	relação a Covid-19.	
Figura	Mapa de óbitos por Covi-19 na	112
23 -	TIY.....	
Figura	Gráfico progressão dos dados confirmados entre os	
24 -	Yanomami e	113
	Ye'kawana.....	
	
Figura	Gráfico progressão dos dados confirmados entre os	124
25 -	indígenas.....	

MEMORIAL

“Se eu tivesse oportunidade de estudar hoje eu seria uma doutora, mas vocês meus netos têm oportunidade, quero ver vocês Doutor”
(Palavras de minha avó Angelina Gervásio).

Sou indígena do povo Baré, nasci em 1987 na comunidade indígena chamada Tapereira, que se localiza às margens do Rio Negro. Esta comunidade pertence à área do Município de Santa Isabel do Rio Negro (SIRN), noroeste do estado do Amazonas. Sou filha de pai Baniwa e mãe Baré, na nossa cultura herdamos a etnia patriarcal, no entanto, nasci numa comunidade onde predominavam os Baré e fui educada na cultura do povo Baré e, por isso, me identifico como indígena do povo Baré. Sou irmã mais velha de sete irmãos, sendo a única a concluir um curso de graduação. Fui criada na comunidade, assim como meus irmãos. A minha família é constituída pelos três povos, minha avó materna era indígena do povo Tukano, a avó paterna também é do povo Tukano, meu avô materno do povo Baré e meu avô paterno Baniwa. Me refiro à minha avó materna no passado, pois ela faleceu este ano depois de contrair o Covi-19.

Meus pais na infância não tiveram oportunidade de estudar, no entanto, meu pai teve a oportunidade de ser professor ainda jovem, antes de se casar com minha mãe, mas me recordo dele contando que começou a trabalhar desde cedo cortando borracha para uma família de portugueses. Minha mãe casou-se com meu pai muito nova, aos 15 anos de idade, logo engravidou de mim e, no ano seguinte, da minha irmã, e assim foi até o sétimo filho, ela terminou o ensino médio em 2013, e meu pai concluiu a graduação em pedagogia 2014. Sem o esforço e apoio de meus pais eu não estaria hoje ocupando o espaço na Universidade de Brasília, foram eles que sempre estiveram ao meu lado.

Nossa vivência na comunidade sempre foi boa, harmoniosa, fazíamos o que é de costume dos povos indígenas, ouvíamos histórias contadas pelos anciãos da comunidade, brincávamos com as crianças e íamos para roça com os nossos familiares. Tudo na comunidade era e ainda é fartura, peixe, caça, frutas que

plantávamos na roça e frutas naturais da floresta. Andávamos livremente pelos espaços das florestas e da comunidade. O meio de subsistência do povo é através das plantações das roças onde cultiva variedades de mandiocas, tubérculos e frutas, é tradicional dos povos da região do Rio Negro caçar e pescar para se alimentar. Da floresta e do rio é retirado somente o necessário para o alimento diário do povo.

De modo geral a vida nas comunidades indígenas do Médio Rio Negro é tranquila, no dia a dia é ir para roça plantar, colher e retornar para a comunidade, durante esses percursos e as tarefas meus avós sempre nos contavam histórias dos espíritos das florestas, nos diziam que tínhamos que respeitar. Antes mesmo de entrar para banhar nos igarapés ou beber de sua água, era preciso pedir licença para o dono (espírito). Somos ensinados pelos nossos anciões desde a infância respeitar tudo que existe na natureza, pois somos os povos da floresta, esses ensinamentos foram essenciais para que eu, mesmo estando longe do meu território, não deixasse adormecer tudo que foi me repassado fazendo com que as origens sejam fortalecidas diariamente.

Lembro-me certa vez, atracou no porto da comunidade uma draga com dezenas de homens garimpeiros, meu avô se referia a eles os chamando de *arigós* (pessoas oriundas de outras localidades, cidades), não recordo ao certo quantos eram, mas eram muitos, havia poucas mulheres. Ficaram por lá, mais ou menos uma semana, à noite realizavam pequenas festas com bebidas alcólicas, minha mãe falou que eles desciam do rio Cauaburis, afluente do Rio Negro e território do povo Yanomami.

Esses *arigós* subiram o rio em busca de ouro e de enriquecimento fácil, sem respeitar o artigo 231 da Constituição Federal, eram dezenas de embarcações de garimpeiros que subiam e desciam o rio, o ano era 1993, na época não fazia ideia do quanto isso era perigoso para os povos indígenas do Rio Negro. Resgato do fundo da minha memória, lembranças do medo que os mais velhos sentiam, eu ainda criança não imaginava a gravidade da situação que se passava, no entanto, foi nessa época que ocorreu a invasão do nosso território pelos garimpeiros, sobretudo na região do Alto Rio Negro. O medo de sermos mortos por estes homens que invadiram as nossas terras para atividade de garimpo era iminente, ao mesmo tempo, quando os homens da nossa comunidade saíam em busca de caça e pesca, diziam ver corpos de pessoas

mortas descendo rio abaixo, a comunidade toda ficava apreensiva com toda aquela situação.

Se tratando de terra e território para nós povos indígenas é como se estivéssemos falando da nossa própria vida e existência, pois, como muitas lideranças nossas dizem, sem território nós não existimos, não temos casa, saúde e educação. E assim lutamos diariamente pela defesa e proteção dos nossos territórios; diante de muita resistência e luta, conseguimos manter nossas culturas, línguas, crenças e tradições.

Minha trajetória após a minha saída da comunidade foi difícil porque meus pais não tinham casa na cidade, morei na casa de famílias que meus pais e, principalmente, minha avó materna conhecia. Deixo registrado o esforço de minha avó e minha mãe, ambas andavam de casa em casa de pessoas conhecidas para saber se elas aceitariam uma menina de onze anos de idade que queria continuar os estudos. As famílias onde morei me recebiam porque eu era menina, hoje percebo que só me aceitaram porque eu era menina, pois, em troca de teto eu fazia os trabalhos domésticos da casa, acordava às seis da manhã, preparava o café, limpava a casa, deixava tudo limpo, inclusive o almoço pronto antes de ir para escola. Hoje percebi que essa trajetória me fortaleceu para que eu pudesse estar aqui falando da importância dos territórios indígenas no Brasil.

Consegui finalizar o ensino médio, após o término do ensino médio, tive a oportunidade de fazer o vestibular indígena na Universidade de Brasília. Sou formada em Engenharia Florestal e meu trabalho de conclusão de curso foi com o tema mineração e seus impactos para os povos indígenas do Médio Rio Negro. A graduação na UnB me abriu portas para diversos meios de conhecimentos, além da minha formação pessoal e intelectual, sobretudo no que diz respeito aos direitos dos povos reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Direitos que vêm sendo atacados por esse governo genocida, principalmente neste ano de 2020, em meio a uma pandemia global que já matou centenas dos nossos anciões. Assim como eu, outros indígenas ingressaram na Universidade de Brasília em diversos cursos, tais como biologia, farmácia, nutrição, agronomia, enfermagem e medicina, os cursos foram ampliados, atualmente tem aproximadamente 20 cursos com vagas suplementares para indígenas.

A presença de indígenas no ensino superior foi conquistada através de muitas reivindicações das lideranças indígenas do Brasil, assim, também como a ampliação dos cursos e de vagas na UnB, especificamente, foi conquistada pela demanda do coletivo de indígenas estudantes representados pela Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB (AAIUnB), da qual participei ativamente durante os anos de estudo na graduação e ainda participo. O coletivo de estudantes indígenas tem papel fundamental na ampliação dos direitos conquistados dentro da universidade, aos poucos a nossa diversidade foi sendo reconhecida enquanto povos de etnias diferentes, para que isso fosse possível foram feitas várias mobilizações e subindo a rampa da reitoria para reivindicar um espaço que nos representasse dentro da UnB, onde pudéssemos estudar, descansar, conversar, praticar nossos rituais e danças. Esse espaço hoje é real e temos o Centro de Convivência Multicultural-MALOCA, o Maloca foi conquistado na gestão do Professor Dr. José Geraldo, na época reitor da Universidade de Brasília.

Fora da universidade o coletivo participa de rodas de conversas, mobilizações nacionais como o Acampamento Terra Livre (ATL), somamos força e desempenhamos papel fundamental nessa mobilização que é uma das maiores mobilizações dos povos indígenas, em que umas das mais importantes reivindicações é a demarcação dos territórios. Foi inclusive participando do ATL pela primeira vez, em 2007, quando eu ainda não estudava na UnB, que pude começar a entender a real importância dos territórios para a população indígena. Posteriormente, já na graduação, sempre fui ativa nas lutas dentro e fora da universidade, participei de seminários, congressos, mesas redondas, sempre abordando as questões indígenas como pauta. Tanto que meu trabalho de conclusão de curso falou sobre a mineração em terras indígenas, fazendo o recorte para o Médio Rio Negro. Após o trabalho de TCC, optei por continuar os estudos na Pós-Graduação. Encontrei no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) a possibilidade de submeter o meu projeto sobre a temática dos direitos territoriais indígenas e mineração.

O PPGDH dialoga com as pautas das questões indígenas e, neste momento delicado no qual os direitos humanos dos povos indígenas correm sério risco, este projeto representa um tema importante a ser desenvolvido no programa. Fazer

pesquisa sobre temáticas que expõem as dificuldades que os povos vêm enfrentando é fundamental para dar continuidade à luta de nossos antepassados e defender nossos direitos, não somente na luta política, mas também mobilizando teoricamente, trazendo para a academia os pesquisadores indígenas nas nossas referências. Desta forma, o PPGDH estará contribuindo para meu conhecimento pessoal e para meu aprimoramento como pesquisadora e, mais importante, para o retorno do conhecimento adquirido fora do meu território para o fortalecimento da luta dos povos indígenas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. Os Yanomami e a Urihi.....	9
1.1. Origem da Hutukara e do povo Yanomami: Xapiri os protetores da floresta .	9
1.2. URIHI: “ terra floresta”	16
1.3. Origem do nome “Yanõmami”	18
1.4. Os Yanomami: Localização e população	19
1.5. Urihi: Geografia física	22
1.6. Urihi: Composição florística, a terra-floresta	27
2. Histórico de invasões no Território Yanomami.....	29
2.1. Os primeiros contatos.....	29
2.2. A estrada Perimetral Norte	31
2.3. A corrida do ouro na década de 1980.....	38
2.4. O Projeto Calha Norte (PCN).....	39
2.5. A Comissão Para Criação do Parque Yanomami (CCPY).....	43
2.6. A demarcação da Terra Indígena Yanomami	45
2.7. O Massacre de Haximu: tudo pelo ouro.....	51
2.8. A (re) invasão da TIY	58
2.9. Cada centímetro do território (demarcado) importa, tem nome e tem história	60
3. Povo Yanomami: “Nossa Luta é Pela Vida”	63
3.1. Metodologia	63
3.2. A origem do tema.....	66
3.3. Os desafios de escrever a dissertação: “descolonizando metodologias”.....	67
3.4. Dissertação e a Pandemia	70
3.5. O contato com os líderes Yanomami.	73
3.6. Fundamentação teórica: dialogando com intelectuais indígenas.....	74
3.7. O que é ser indígena?.....	77
3.8. Covid-19: Contexto geral.....	79

3.9. Povos Indígenas e Covid-19.....	80
3.9.1 Saúde Indígena.....	83
3.9.2. Território Indígena Yanomami e Covid-19.....	84
3.9.3 “A última floresta”.....	87
3.9.4. “Fora Garimpo, fora Covid-19”.....	90
3.9.5.Emergência indígena: vidas indígenas importam.....	103
3.9.6. Território: luta e resistência.....	108
CONCLUSÃO.....	113
POSFÁCIO.....	116
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE A.....	126
APÊNDICE B.....	128

INTRODUÇÃO

A luta dos povos indígenas do Brasil é unificada, é pela proteção de nossos territórios. Neste trabalho faço o recorte para o povo Yanomami, especialmente, e os efeitos da crise sanitária global da Covid19.

O povo Yamomami é um dos 23 povos que se encontram também na região do Médio e Alto Rio Negro, tendo seu território demarcado e homologado em 1992. Falar sobre os processos de resistência dos povos indígenas no Brasil cada dia mais se faz necessário e importante, sobretudo quando se é uma pesquisadora indígena como eu. Nós escrevemos sobre nosso povo, e cada vez mais vem se tornando frequente termos nossas histórias sendo relatadas por nós mesmo.

Desde o ano de 2020, o povo Yanomami, mais uma vez vem sendo atacado e sendo vítima de invasões em seu território, mesmo em pleno contexto da crise sanitária global provocada pela pandemia da Covid-19. Em função disso foi lançada a campanha “ForaGarimpoForaCovid”. Essa campanha foi uma iniciativa do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye’Kwana e da Hutukara Associação Yanomami (HAY), *Associação Wanasseduume Ye’kwana e da Hutukara* (SEDUUME), Associação das Mulheres Yanomami Komuroyama (AMYK), Texoli Associação Ninam do Estado de Roraima (TANER), Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) e contou com o apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Instituto Socioambiental (ISA) e outras organizações não governamentais.

As ameaças que se apresentam neste momento de pandemia sobre as comunidades da Terra Indígena Yanomami (TIY) são extremamente violentas e muito graves. Com a chegada da pandemia gerada pelo novo coronavírus o SARS-CoV-2 (Covid-19), a situação se agravou ainda mais com relação aos ataques aos povos indígenas em geral no Brasil e em particular ao povo Yanomami.

A primeira vítima indígena de Covid-19 foi um jovem indígena Yanomami de 15 anos de idade. No entanto, essa realidade não é nova para os Yanomami. Quando eles lançaram a campanha “ForaGarimpoForaCovid”, lembrando que, no passado, muitos de seus familiares morreram por causa de doenças trazidas

por não indígenas invasores¹. Ainda hoje, o povo sofre com essas perdas e fazem esse apelo.

A campanha nos convida a nos unirmos a luta do povo Yanomami para impedirmos que suas famílias continuem sendo contaminadas pelo Covid-19, exigindo que as autoridades do Ministério de Justiça e Ministério da Saúde tomem as medidas urgentes em conjunto com outros órgãos do governo para uma ação coordenada e com devidas precauções técnicas sanitárias a fim de promover a desintrusão total dos garimpeiros que ainda estão em suas terras. A situação que o povo Yanomami enfrenta hoje não é nova. Desde os anos 1970, esses povos lutam contra os invasores em suas terras que ambicionam ocupar a terra para fins de exploração econômica. Os Yanomami não são os únicos povos indígenas que têm seus territórios cobiçados por não indígenas.

A riqueza existente nos territórios indígenas desperta o interesse de empresários de diversas áreas que pretendem ocupar a região para instalação de grandes empreendimentos como rodovias, ferrovias e hidrelétricas, mas também atrai garimpeiros, madeireiros e pescadores ilegais que invadem as terras indígenas sem qualquer escrúpulo. Essas invasões dos territórios pertencentes aos povos indígenas geram uma série de conflitos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Esses conflitos ocorrem desde a época que os Portugueses chegaram nestas terras em 1.500, por isso, nós, povos indígenas, denominamos este acontecimento histórico de invasão dos nossos territórios. Juntamente com os conflitos gerados pela invasão vieram as doenças trazidas pelos colonizadores. Historicamente, como é sabido, os povos indígenas sofreram genocídio através de contaminação por doenças como o sarampo, doenças sexualmente transmissíveis e gripes.

¹ “Hoje, estamos mais uma vez sob risco de Xawara [epidemia] trazida pelos não indígenas, que vocês estão chamando de Coronavírus. Nossas comunidades ficam muito distantes das cidades e já estão sofrendo com o aumento dos casos de malária, sem atendimento suficiente para cuidar de nossos familiares que estão doentes. Não queremos que essa situação piore ainda mais, com a chegada do Coronavírus. Precisamos urgentemente evitar que mais doenças se espalhem entre nós. Garimpeiros entram e saem de nossas terras em busca de ouro, sem nenhum controle. Eles circulam entre nossas comunidades sem nenhuma prevenção de saúde, é questão de tempo até que a Xawara, grupo de indígenas em isolamento voluntário, que não sabem nada das Xawara que os não indígenas trazem. É preciso impedir que essa invasão cause mais uma tragédia. Precisamos proteger a vida dos Yanomami e Ye'kwana. O Fórum de lideranças da Terra Indígena Yanomami já decidiu que queremos viver sem garimpo e com saúde. É preciso agir antes que seja tarde”. Campanha “ForaGarimpoForaCovid”, disponível em: <https://foragarimpoForacovid.org/>. Acesso em: 12 out. 2020.

Desde o início da invasão, os povos indígenas foram contaminados por diversos tipos de doenças virais que assolaram os territórios. Essa experiência de contaminação ou “guerra epidemiológica” continuou ao longo de todo processo de integração do “índio” à sociedade não indígena e do processo desenvolvimentista nacional, acompanhando a expropriação e o esbulho das terras indígenas. O histórico de esbulho das terras indígenas foi acompanhado por uma série de violações de direitos e violências contra os povos indígenas, ao longo do qual, evidencia-se a omissão e conivência dos governos brasileiros que se sucederam na história do país.

Nós, povos indígenas, somos povos de resistência e luta, fazemos resistência desde 1500 e a luta pela conquista dos nossos direitos foi fundamental para que pudéssemos ter nossos direitos garantidos e reconhecidos na Constituição Federal de 1988, nós, povos indígenas e povos tradicionais, somos os que mais vêm sofrendo ataques aos nossos direitos.

No ano que se completou 32 anos do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas na Constituição Federal, as populações indígenas são, novamente, ameaçadas de genocídio com o aparecimento do novo vírus Covid-19, que pode dizimar comunidades indígenas inteiras, e isso, em um contexto de crise política em que os direitos humanos dos povos originários se veem sob ameaça de desconstitucionalização.

Não bastasse a pandemia, os *Kariwas*² usam desse momento delicado para invadir os territórios indígenas. São garimpeiros, posseiros, grileiros e madeireiros ilegais que se aproveitam da situação de vulnerabilidade para invadir os territórios indígenas. Estão “passando [literalmente] a boiada” por cima do sangue indígena. Neste sentido, um dos povos indígenas que mais vêm sofrendo com a invasão dos *Kariwas* é o povo Yanomami, cujo território abrange o solo brasileiro e parte do solo venezuelano.

Diante da situação de ameaça de genocídio em que se encontram os povos Yanomami e Ye'kwana nesse momento de crise política e sanitária, propus investigar os impactos da invasão, e o agravamento da situação com a chegada do Covid-19 no território. Portanto, buscou-se compreender a inação do Estado brasileiro, e por outro lado, as estratégias de luta e resistência do povo

² Kariwas: na língua indígena nheengatu significa, “não indígenas”.

Yanomami para fazer frente às invasões na defesa do território e proteger o seu povo e suas vidas, diante do coronavírus, do massacre e a possibilidade de extinção do povo.

A intensificação das invasões, os casos do Covid-19 subindo, o agravamento dos conflitos e a luta do povo Yanomami para defender seus direitos no que diz respeito à proteção de suas terras e à saúde, me fizeram refletir sobre o território e sua importância para os povos indígenas do Brasil, nesse caso específico o povo Yanomami.

Muitos se questionam por que o território é importante para os povos indígenas?! Como justificativa e resposta para essa indagação, Gersem Baniwa diz que, “o território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida” (LUCIANO, 2006, p.101). O território, para os povos indígenas, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que nos garante a possibilidade e o sentido da vida individual, sobretudo a coletiva. A luta pela terra é o fator fundamental de luta e resistência dos povos. Pois, é o tema que unifica, articula e mobiliza todos os povos do Brasil, em torno de uma pauta que é a luta em defesa dos territórios, (LUCIANO, 2006).

Entender a importância dos territórios indígenas para sociedade não indígena pode ser de difícil compreensão, na dimensão que nós indígenas entendemos. Pois, para os povos indígenas o território é o bem mais valioso que perpassa o bem material, por isso a luta pela proteção dos territórios é importantíssima, muito mais ainda no contexto atual que estamos vivenciando. E se tratando deste tema ressalta-se que os povos indígenas protegem e defendem o território com a própria vida se preciso for. A luta maior dos povos indígenas é pela demarcação de seus territórios, assim como pela sua proteção. A terra, o território é importante para a sobrevivência dos povos indígenas do Brasil, pois, sem território não há meio ambiente, educação e sobretudo saúde.

Desde a invasão dos nossos territórios hoje chamado Brasil, milhões de indígenas morreram, povos foram dizimados pelos colonizadores. O processo de resistência dos povos indígenas ocorre diariamente desde que Pedro Álvares Cabral invadiu nossos territórios, em consequência vários povos foram dizimados, línguas indígenas foram extintas e assim nossos ancestrais foram

expostos a vários tipos de doenças. Bem como ocorre atualmente, pois, o Covi-19 chegou nas comunidades indígenas através dos não indígenas, os quais se aproveitam desse momento delicado para invadir os nossos territórios. Portanto, as formas históricas de exploração do solo brasileiro foram determinantes para as transformações radicais vividas pelos povos indígenas durante séculos. Um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos e inúmeras etnias através do rompimento histórico entre os índios e a terra, (SILVA, 2017).

Desta forma, surgiu à necessidade de estudar e aprofundar sobre o tema que é bastante relevante, pois, como se sabe que existe atividade de exploração dos recursos naturais (exploração de madeiras) e minerais ilegais nas terras indígenas, gerando múltiplas violências e desmatamento desenfreado, temos conhecimento de muitos projetos de grandes empresas que pretendem explorar os territórios indígenas, sobretudo, para a exploração de minérios. Esses processos de invasão aos territórios dos povos indígenas no Brasil vêm causando genocídio e massacre dos povos. Além do persistente interesse garimpeiro sobre a TI Yanomami, é importante notar que quase 60% do território está coberto por requerimentos e títulos minerários registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral por empresas de mineração públicas e privadas, nacionais e multinacionais (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2020).

Assim sendo, o objetivo geral desta dissertação foi investigar o agravamento da situação de invasões no Território Yanomami durante a pandemia do Covid-19, e as consequências dessas invasões para o povo. Como objetivos específicos temos: ouvir os próprios Yanomami sobre as consequências das invasões em seus territórios, intensificado na pandemia do Covid-19; como lidar com os cuidados da saúde através dos conhecimentos tradicionais e também espiritual; e elucidar a importância de preservar e proteger os territórios indígenas.

Para a realização deste trabalho consegui dialogar com dois líderes Yanomami, mesmo em meio a algumas dificuldades devido a pandemia. Achei pertinente usar o diálogo, pois, entre nós povos indígenas a conversa, ou seja, a oralidade é comum, a forma como os conhecimentos e as informações são repassadas entre os indígenas é feita principalmente pela oralidade. Para isso escolhi a abordagem qualitativa como ferramenta de trabalho, portanto, detalho melhor a metodologia no início do capítulo 3.

Com esta dissertação espera-se contribuir com os estudos acerca da defesa dos seus direitos em relação à terra e ao território, bem como trazer elementos que ajudem e contribuam num diálogo sobre a temática entre os povos indígenas. Pois, nos últimos anos, a questão de exploração dos recursos naturais e minerais tornou-se uma das pautas mais importantes a ser discutida no Congresso Nacional, sobretudo no que diz respeito às Terras Indígenas. Neste momento pandêmico que nós nos encontramos os ataques contra os nossos direitos se intensificaram facilitando invasão dos territórios indígenas, gerando conflitos devido a exploração dos recursos naturais e minerais nas terras, levando não só o coronavírus, mas também outras doenças.

A estrutura desta dissertação está dividida em três capítulos, o primeiro capítulo apresenta a geografia física e humana no Território Yanomami, fazendo o diálogo sobre a origem do mundo a partir da cosmovisão do povo Yanomami, a importância do território para o povo, e abordando o respeito com a natureza.

No segundo capítulo apresento processo histórico de invasão e genocídio que o povo sofreu desde os primeiros contatos com os colonizadores, pautando fatos importantes que ocorreram no território, como sua demarcação, por exemplo. No terceiro e último capítulo começo apresentando como a metodologia foi elaborada com mais detalhe, trazendo principalmente para a reflexão e o debate sobre a “pesquisa”, no segundo momento apresento o diálogo com o referencial teórico, com autores indígenas Gersem Baniwa, Ailton Krenak, Eloy Terena e Célia Xacriabá, apresento também o diálogo que tive com dois líderes Yanomami sobre a temática desta dissertação e entrevistas que o líder Davi Kopenawa em veículo de notícia.

Portanto esta dissertação apresenta como principal referencial teórico autores/autoras e intelectuais indígenas, trazendo para o diálogo o conhecimento tradicional dos povos indígenas e abordando como ciência indígena, mediante suas obras. Pois, falar sobre a importância do território para os povos indígenas se faz necessário ouvir a voz dos sujeitos, ou seja, os indígenas. Neste sentido, usando principalmente o pensamento e a cosmovisão de Davi Kopenawa Yanomami em relação ao território, pois, a saúde dos povos indígenas, do povo Yanomami depende do território protegido, sem doenças, sem Covid-19, garimpo.

1. Os Yanomami e a Urihi

1.1. Origem da Hutukara e do povo Yanomami: Xapiri os protetores da floresta

Sabemos das inúmeras violências e do genocídio que nossos ancestrais, os povos originários, sofreram durante o processo de colonização, assim como esbulhos e usurpação das terras indígenas nesses 521 anos que nós povos indígenas denominamos de invasão.

A pandemia da Covid-19 veio para reforçar o que nós povos indígenas enfrentamos desde de sempre, no que refere ao racismo, discriminação, preconceito e também a tentativa de genocídio (MONTEIRO, 2021.), do nosso povo.

Desde o processo de “descobrimento” do território que sempre foi dos povos originários e hoje é denominado de Brasil, inúmeros povos foram dizimados pelos ditos descobridores do país, os colonizadores. A resistência dos povos indígenas é feita desde sempre, ocorre diariamente, desde que Pedro Álvares Cabral invadiu nossos territórios. E, conseqüentemente, vários povos foram dizimados, línguas indígenas foram extintas, e nossos ancestrais foram expostos a vários tipos de doenças (MONTEIRO, 2021).

Como ocorre atualmente, pois, a Covid-19 chegou nas comunidades indígenas por intermédio dos não indígenas, os quais se aproveitam desse momento delicado para invadir as terras, por exemplo, o território do povo Yanomami que é o objeto de estudo deste trabalho.

Neste capítulo apresento a importância do território indígena para o povo Yanomami de acordo com sua cosmovisão. Cada povo indígena tem sua cosmologia e uma explicação para a origem do universo de acordo com a crença e espiritualidade de cada um. Somos 305 povos indígenas atualmente no Brasil, cada povo tem seu modo de vida, seus costumes, suas crenças e tradições, esses valores imateriais são reconhecidos na Constituição Federal de 1988, no artigo 231.

Para compreender a importância que o território assume para o povo Yanomami é fundamental conhecer sua cosmologia. A visão de mundo, a espiritualidade e a relação de respeito com o território, pois, nós indígenas começamos a conhecer desde o ventre de nossa mãe, desde o início da

gestação, as mulheres indígenas já inicia todo o processo cuidado e respeito com o bebê através do benzimento e da alimentação para que nasçamos saudáveis.

Quando criança aprendemos na prática o respeito pela natureza, o ambiente em que vivemos, e nos é ensinado que os rios, os igarapés, as árvores têm espírito, são eles os donos da floresta, e, portanto, devemos respeitá-los. Meus avós eram muito rigorosos neste sentido quando estávamos no meio da floresta, tínhamos que pedir licença para beber água ou se banhar, por exemplo, num igarapé.

O povo Yanomami acredita na espiritualidade dos seres que vivem da floresta, os espíritos da floresta eles denominam de *xapiri*. Parte dessa cosmovisão do povo, conhecemos devido à obra publicada em 2015 no livro “A queda do céu” do grande líder Davi Kopenawa Yanomami, ele traz para o diálogo a questão da espiritualidade que está relacionada com as florestas, ou seja, o território. Para os Yanomami os *xapiri* são os protetores da floresta, dos seus territórios (MONTEIRO, 2021). Essa obra, onde Davi Kopenawa, narra a cosmologia do seu povo, é usada como um dos principais referenciais teóricos para a elaboração dessa dissertação.

Neste primeiro momento faço uma breve apresentação de Davi Kopenawa e a importância da sua luta pela proteção de seu território e na defesa dos direitos de seu povo, em seguida apresento as principais ideias da cosmologia Yanomami que é riquíssima, e posteriormente serão abordadas questões de geografia física e humana que nos ajudarão a conhecer o povo e a importância do território para os Yanomami, e também, para os povos indígenas do Brasil.

Davi Kopenawa é um líder e pajé importantíssimo que sempre lutou e luta pela proteção do território e defesa de seu povo, após presenciar e vivenciar o impacto da violência que o povo Yanomami enfrentou desde os primeiros contatos com os *kariwas*³, ou seja, os não indígenas. No de 1960, a família de Davi Kopenawa quase foi dizimada devido a doenças como a gripe e a epidemia como o sarampo, a causa maior dessas doenças entrarem nas terras Yanomami

³ Kariwa: na língua indígena nheengatú significa, “não indígenas”. Nheengatú é língua indígena originada do Tupi antigo, falava por alguns povos indígenas do Rio Negro como os Baré, Baniwa, Tukano, Dessana, por exemplo.

foi a iminente invasão de garimpeiros à procura de ouro e demais pedras preciosas (MONTEIRO, 2021). Essa invasão por si só é pior que epidemia, pois leva para os territórios não somente doenças, mas violência, ódio, a falta de respeito com o ser humano e com a natureza.

Devido ao histórico de violência enfrentado, Davi Kopenawa trava atualmente incansável luta pela defesa das florestas, atua na defesa pelo direito do seu povo desde muito jovem. Ele é atualmente da "Hutukara associação Yanomami", entidade indígena de ajuda mútua e etnodesenvolvimento. A seguir apresento um resumo documental sobre sua luta escrita pelo antropólogo Bruce Albert (*Figura 1*).

Figura 1: Periódicos\Aconteceu Especial\Povos Indígenas no Brasil - 1996-2000. A saga de Davi Kopenawa Yanomami⁴.



Desde a década de 1970, os Yanomami lutam contra os invasores em suas terras que cuja invasão e exploração para fins econômicos, pois, as áreas indígenas concentram diversas riquezas, sobretudo, minerais. E no ano de

⁴ Disponível: <http://www.docvirt.com/docreader.net/hemeroindio/16995>.

1988, um incêndio de grande proporção atingiu o estado de Roraima, alcançando terras indígenas e não indígenas. A situação só foi contornada em abril daquele ano, o incêndio teve ampla divulgação da imprensa, mas a imprensa só deu realmente a devida importância ao incêndio meses depois do ocorrido. Na reportagem do jornal abaixo apresento o depoimento que Davi Kopenawa Yanomami deu na época sobre o incêndio, e na cosmovisão do seu povo, o incêndio ocorreu porque o sol pisou na terra, assim como visto na (Figura 2).

Figura 2: Periódicos\Aconteceu Especial\Povos Indígenas no Brasil - 1996-2000. Os pés do Sol pisaram a floresta⁵.

YANOMAMI/INCÊNDIO

Em fevereiro de 1998, um incêndio atingiu parcela significativa do Estado de Roraima, abarcando terras indígenas e não-indígenas. A situação foi contornada

apenas em abril do mesmo ano. Durante esse período, o incêndio mereceu ampla cobertura da imprensa nacional. Abaixo, segue um depoimento de Davi Kopenawa Yanomami sobre o evento e uma seleção de manchetes e matérias jornalísticas

mostrando a seqüência dos acontecimentos mais diretamente relacionados aos Yanomami (mais sobre o incêndio no capítulo Roraima – Serra e Lavrado, neste volume)

OS PÉS DO SOL PISARAM A FLORESTA

A seca e o fogo não chegaram sem motivo. Omamari, o espírito do sol, pousou seu pé sobre a floresta. Foi por isso que começou esse calor. Seus pés desceram sobre a terra, pisaram as águas, as praias dos rios, as colinas e as montanhas. Assim que os pés de Omamari se aproximaram do topo da floresta, tudo começou a secar. Os fazendeiros, os colonos e os outros brancos que moram ao redor da nossa terra não sabem nada sobre o espírito do sol. Eles acenderam fogos por toda parte. Foi assim que a floresta começou a queimar, porque a terra, as árvores e as folhas já estavam todas secas.

Nós, habitantes da Serra do Venho, já conhecemos estas coisas. Mas nem todos os Yanomami sabem. Em muitas casas, também acenderam fogo nas suas roças. Mas o chão da floresta estava coberto de folhas secas que começaram a queimar. O fogo passou para as ervas secas, para os troncos de árvores mortas. As brasas voaram por toda parte com o vento. Quando isso, fiquei muito preocupado. Pensei que os brancos, mas também os Yanomami, foram muito esquecidos.

A fumaça aumentou pouco a pouco e, de repente, ela estava cobrindo toda a floresta. Primeiro, ela subiu ao céu e, depois, baixou sobre nós. Então, lembrei-me dos antigos e fiquei pensando que, nos tempos primeiros, toda a floresta já havia queimado assim. Pensei que poderia recomeçar. Assim, pus-me a cheirar o pé da caça da árvore yáikunahi para fazer dançar meus espíritos xapitipi. Queria que eles descessem para afastar esta fumaça para longe de nós. Os anciãos da il-

Davi Kopenawa e família.

Um fato importante nessa reportagem é como Davi Kopenawa narra a ocorrência do incêndio:

A seca e o fogo não chegaram sem motivo, *Omamari*, o espírito do sol, pousou seus pés sobre a floresta. Foi por isso que começou esse calor. Seus pés desceram sobre a terra, pisaram as águas, as praias do rios, as colinas e as montanhas. Assim que os pés de *Omamari* se aproximaram do topo da floresta tudo começou a secar. (DAVI KOPENAWA, 2000, p.356).

⁵ Disponível: <http://www.docvirt.com/docreader.net/Hemerolndio/17333>

Cada povo indígena tem sua crença, acredita na espiritualidade; o povo Yanomami crê nos espíritos das florestas, os *xapiri*. Davi Kopenawa relata que as secas não chegaram por acaso: o espírito do sol, o *Omamari*, pousou seus pés na floresta e por isso tudo começou a secar. Mas os fazendeiros que moravam ao redor da Terra Indígena Yanomami (TIY), não sabiam disso, acendendo fogo por toda parte, iniciando, dessa forma, o incêndio.

As questões espirituais em relação ao território para o povo Yanomami é muito importante, pois, para cada elemento da natureza, como os rios, o sol, a chuva, o vento e os animais existem os espíritos que os protegem, os *xapiri* (MONTEIRO, 2021).

Assim como para o povo Yanomami foi *Omama*⁶ (o Deus Yanomami) quem criou a terra, a floresta, o vento que agita as folhas das árvores e a água. Foi ele também que deu a vida aos seres humanos. No início da humanidade só existia *Omama* e o seu irmão *Yoasi*. Antes deles, no primeiro tempo/mundo, havia pessoas que os chamavam de *yarori*. Esses primeiros ancestrais dos Yanomami eram humanos com nomes de ancestrais que não paravam de se transformar. Hoje, são os animais de caça que alimentam os Yanomami. *Omama* veio a existir novamente para recriar a floresta, pois a que havia antes era frágil. Por isso, o céu desabou sobre ela e seus habitantes foram arremessados para debaixo da terra, tornando-se vorazes ancestrais de dentes afiados (KOPENAWA e ALBERT, 2015).

Devido à queda do céu, *Omama* recriou uma nova floresta, ou seja, recriou um novo mundo, um novo universo, cujo nome é Hutukara. Esse é também o nome do antigo céu que desabara. *Omama* fixou a imagem dessa nova terra e a esticou aos poucos, com cuidado, do mesmo modo que os Yanomami espalham argila para fazer placas de cerâmicas. Em seguida, cobriu-a com pequenos traços apertados, pintados com tintura de urucum. E para evitar que desabasse novamente, plantou nas suas profundezas imensas peças de metal, com as quais fixou também os pés do céu, pois, sem isso, a terra não teria firmeza e o céu não teria permanecido no lugar. Com o que restou do metal, *Omama* fabricou as primeiras ferramentas de seus ancestrais. Por fim, foram

⁶ *Omama* é o demiurgo da mitologia Yanomami, criador da humanidade atual e de suas regras sociais, ALBERT e MILLIKEN, 2009).

assentadas as montanhas na superfície da terra, ele desenhou o primeiro sol para dar à luz, mas era ardente demais e ele teve que destruí-lo, criando o sol que vemos hoje (KOPENAWA e ALBERT, 2015).

Omama criou as árvores, as plantas que se encontram espalhadas no solo por toda parte e as sementes de seus frutos. As sementes germinaram e deram origem a toda a floresta onde vivem desde então. Foi assim que surgiram as palmeiras e as árvores frutíferas. *Omama* criou as abelhas que moram nas árvores para sorver o néctar das flores com que produzem vários tipos de mel (KOPENAWA e ALBERT, 2015).

Não existiam também os rios; as águas corriam pelas profundidades do solo, só se ouvia os barulhos. Certo dia, *Omama* trabalhava com seu filho na roça. Este começou a chorar de sede. *Omama*, para matar sua sede de seu filho, perfurou o solo com uma barra de metal, a água começou a jorrar fortemente em direção ao céu e jogou para longe o menino que se aproximava para bebê-la. Subiu tão alto que outro rio se formou nas costas do céu, onde vivem os fantasmas do povo. Depois, às águas foram se acumulando na terra formando os rios, os igarapés e os lagos da floresta (KOPENAWA e ALBERT, 2015).

No início, nenhum ser humano vivia ali. *Omama* e seu irmão viviam sozinhos. Não existia nenhuma mulher, os dois só vieram a conhecer a primeira mulher muito mais tarde, quando *Omama* pescou a filha de *Tëpëpë-siki* num grande rio. Antes, *Omama* copulava no joelho dobrado de seu irmão. Com o passar do tempo, o joelho dele engravidou, foi assim que *Omama* teve seu primeiro filho, mas os Yanomami, os povos das florestas, nascem da mulher que ele tirou da água, que era um ser peixe que se deixou capturar em forma de uma mulher. Os xamãs a fazem descer sempre. Chamam-na também de *Paonakare*. O irmão de *Omama*, *Yoasi* era um ser mau, contra a vontade de seu irmão fez surgir na floresta os seres maléficos das doenças, os *në-wãri*, e também, o ser da epidemia, *xawara*, que assim como os outros seres maléficos, é comedor de carne humana. *Yoasi* era maléfico e cheio de esquecimento.

Omama era quem tinha criado o sol que não morre. Não falo aqui do sol *mot'oka*, cujo, seu calor cobre a floresta, e que visto pelas pessoas comuns, mas da imagem do sol. Assim é. O sol e a lua têm imagens que só os xamãs são capazes de fazer descer e dançar. Elas têm aparência de humanos, como nós, mas os

brancos não são capazes de conhecê-las. *Omama* queria que fôssemos imortais, como o ser sol chamado *mot'okari* pelos xamãs. Queria fazer as coisas e pôr em nós um sopro de vida realmente sólido. Por isso, buscou na floresta uma árvore de madeira dura para colocá-la de pé e imitar a forma de sua esposa. Escolheu para tanto uma árvore fantasma *pore hi*, cuja pele se renova continuamente. Queria introduzir a imagem dessa árvore em nosso sopro de vida, para que este permanecesse longo e resistente. Assim poderíamos trocar de pele e esta ficaria sempre lisa e jovem. (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 82-83).

Sendo assim, seria possível rejuvenescer e não morrer nunca, era o desejo de *Omama*, mas o seu irmão não contente, aproveitou de sua ausência para colocar na rede de sua mulher a casca de uma árvore fibrosa e mole. Essa casca dobrou-se para um lado da rede e começou a pender para o chão. De imediato, os espíritos tucanos começaram a entoar seus pungentes lamentos de luto. *Omama* ficou furioso com seu irmão. Mas era tarde demais, *Yoasi* tinha ensinado como morrer para sempre.

Desde então, os humanos estão sempre perto da morte. Também por isso, às vezes, chamamos os brancos de *Yaosi t'ëri*, gente de *Yoasi*. Suas mercadorias, suas máquinas e suas epidemias, que não param de nos trazer a morte, também são, para nós, rastros do irmão mau de *Omama*. Foi também *Yoasi* que criou o ser lua *Poriporiri*. Por isso, este também não para de morrer (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 83).

O *Poriporiri* é um homem que viaja todas as noites pela imensidão do céu, numa canoa, como se fosse um avião. No início, é um rapaz que aos poucos vai envelhecendo, ao terminar sua viagem no céu, está seco e seus cabelos já estão brancos e acaba morrendo. Suas filhas choram a sua morte, juntos com os espíritos tucanos, as lágrimas de seus choros tornam-se chuvas fortes que caem longamente na floresta. Passando algum tempo, quando o corpo já se decompôs, elas recolhem os ossos com cuidado, então eles desabrocham novamente, voltando a vida o *Poriporiri*, o ser lua para os Yanomami é coisa de morte. Se *Omama* tivesse sozinho desde o início, não existiria a morte e o sopro de vida continuaria tendo a mesma potência (KOPENAWA e ALBERT, 2015). Mas *Yoasi* fez os ancestrais dos Yanomami se tornarem outros, infelizmente.

Por isso *Omama* finalmente criou o *xapiri*, para podermos nos vingar das doenças e nos proteger da morte a que nos sujeitou seu irmão mau. Então ele criou os espíritos da floresta *urihinari*, os espíritos das águas *mãu unari* e os espíritos animais *yarori*. Depois, escondeu-os, até que seu filho se tornasse xâma, no topo das montanhas e nas profundezas do mato. Antes eu achava que os *xapiri* tinham vindo a existir por si sós, mas estava enganado. Mais tarde, quando pude vê-los e ouvir seus cantos, realmente entendi quem eram. O pai de minha esposa conta também que foi a esposa de *Omama*, a mulher das águas, quem pediu que os *xapiri* fossem trazidos à existência. (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 83).

Assim, os antepassados dos Yanomami tornaram-se numerosos, a esposa de *Omama* ficou preocupada, pois o que fariam se eles ficassem doentes? Mas *Omama* continuava no esquecimento. Por mais que seu espírito buscasse e se esforçasse, ele se perguntava o que poderia ainda criar. Então, sua esposa, a mulher das águas, lhe disse para parar de pensar e criar os *xapiri*, assim fez *Omama*. Os *xapiri* iriam afugentar os seres maléficos, arrancando deles a imagem de doentes e os trazendo de volta para seus corpos (KOPENAWA e ALBERT, 2015). Assim surgiram os *xapiri*, tão numerosos e poderosos na cosmologia do povo Yanomami.

1.2. URIHI: “ terra floresta”

Queremos que nossos filhos e netos possam também se alimentar da floresta” (KOPENAWA e ALBERT, 2015. p. 470).

O Território para o povo Yanomami é chamado de *Urihi* que quer dizer “terra-floresta”. *Urihi* designa a floresta e o solo, que também é chamado de *ipa urihi*. *Ipa urihi* significa "minha terra" e pode referir-se à região de nascimento ou à região de moradia atual do enunciador. Yanomae *thêpê urhipê*, "a floresta dos seres humanos", é a floresta que *Omama* deu para os Yanomami viverem de geração em geração. Nas palavras dos não indígenas seria equivalente à "terra do povo yanomami". *Urihi* pode ser, também, o nome do mundo: *urihi a pree*, "a grande terra-floresta". Os *yaropê* (animais) que abrigam na floresta são vistos como os antepassados míticos homens e/ou animais do povo Yanomami, da primeira humanidade a Hutukara, que acabaram assumindo a condição animal

em razão de seus comportamentos descontrolados, inversão das regras e valores sociais atuais (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021).

Nas profundezas emaranhadas da *urihi*, nas suas montanhas e nos seus rios, escondem-se inúmeros seres maléficos, os *ně waripě*, que ferem os Yanomami como se fossem caça, provocando doenças e mortes. No topo das montanhas, moram as imagens (*utupě*) dos ancestrais-animais transformadas em *xapiri*. Os *xapiri* foram deixados por *Omama* para que cuidassem dos humanos. Toda a extensão de *urihi* é coberta pelos seus espelhos onde brincam e dançam sem fim. No fundo das águas, esconde-se a casa do monstro *Těpěrēsik*, sogro de *Omama*, onde moram também os espíritos *yawarioma*, cujas irmãs seduzem e enlouquecem os jovens caçadores yanomami (ISA, 2021). Fonte de recursos naturais e minerais, o *urihi* não é, para os Yanomami, um simples lugar inativo submetido à vontade dos não indígenas. Mas é também entidade viva, visível apenas para os Yanomami, que a denominam de *urihinari*, o “espírito da floresta”.

Davi Kopenawa pondera que a “natureza” como os não indígenas a chamam, para os Yanomami, na língua é chamado de *urihi a*, a “terra-floresta” e sua imagem *utupě* vista pelos pajés/xamãs: *urihi a*, isso porque o povo crê nos espíritos da floresta e para eles as árvores têm vida. O que é chamado *urihinari a* é o espírito da floresta, das suas folhas e de seus cipós (ALBERT e MILLIKEN, 2009).

É graças a ela que as árvores estão vivas. Assim, o que chamamos de espírito da floresta são as inúmeras imagens das árvores, as das folhas que são seus cabelos e as dos cipós. São também as dos animais e dos peixes, das abelhas, dos jabutis, dos lagartos, das minhocas e até mesmo as dos grandes caracóis *warama aka*. A imagem do valor de fertilidade *ně roperi* da floresta é o que os brancos chamam de natureza (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 475).

Urihi é, portanto, uma entidade viva que faz parte de uma complexa dinâmica cosmológica de intercâmbios entre humanos e não-humanos, ou seja, entre o mundo real e o espiritual. O espaço territorial do Yanomami é genuíno, a “terra-floresta” não é utilizada para fins econômicos, assim como os não indígenas a utilizam. O território se vê ameaçado pela predação desenfreada e pela cobiça dos *Kariwas*, para o líder Davi Kopenawa Yanomami:

A terra-floresta só pode morrer se for destruída pelos brancos. Então, os riachos sumirão, a terra ficará fria, as árvores secarão e as pedras das montanhas racharão com o calor. Os espíritos xapiripë, que moram nas serras e ficam brincando na floresta, acabarão fugindo. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los para nos proteger. A terra-floresta se tornará seca e vazia. Os xamãs não poderão mais deter as fumaças-epidemias e os seres maléficos que nos adoecem. Assim, todos morrerão. (Davi Kopenawa *apud* ISA, 2020).

O povo Yanomami tem uma relação com a terra de cuidado, respeito e proteção, o processo de luta e resistência do povo sempre será pela proteção do seu território, urihi que é o bem material e espiritual sagrado. Pois, para eles a floresta não existe sem razão, os xapiripë vivem nela, e *Omama* quis que fossem protegidas pelo povo Yanomami (ALBERT e MILLIKEN, 2009). Os povos indígenas de uma forma geral acreditam que a floresta, a natureza tem seu dono, ou seja, os *xapiri*, o *jurupari*, a *curupupira* acreditamos na “espiritualidade” da floresta e a respeitamos. Os nossos anciões nos ensinam desde criança o respeito que devemos ter pela floresta.

1.3. Origem do nome “Yanõmami”.

Sabe-se que os nomes de alguns povos indígenas foram os antropólogos e/ou os não indígenas que deram. Como o fizeram para o meu povo, o povo Baré, que historicamente foi o primeiro povo do rio Negro a ter contato com os colonizadores europeus. Assim também aconteceu com o povo "Yanomami". Este etnônimo foi produzido pelos antropólogos a partir da palavra *yanõmami* que, na expressão *yanõmami thëpë*, significa "seres humanos". Essa expressão se opõe às categorias *yaro* (animais de caça) e *yai* (seres invisíveis ou sem nome), mas também a *napë* (inimigo, estrangeiro, "branco", não indígena). Os Yanomami remetem sua origem à copulação de *Omama* com a filha do monstro aquático *Tëpërësiki*, dono das plantas cultivadas. A *Omama* é atribuída a origem das regras da sociedade e da cultura Yanomami atual, bem como a criação dos espíritos auxiliares dos pajés: os "*xapiripë*" (ou "*hekurapë*") (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021).

Os Yanomami são um dos povos indígenas da Amazônia brasileira cuja história de contato atingiu um grau de exposição internacional gigantesca, tanto nos países em que vivem, no Brasil e na Venezuela, quanto nas mídias internacionais. No fim dos anos 1960, começaram a ficar conhecidos, a partir dos estudos antropológicos sobre guerra e organização social conduzidos na Venezuela que os legou uma indevida, preconceituosa e discriminatória reputação de “povo feroz” (ALBERT e MILLIKEN, 2009 apud CHANGON, 1968a). Essa ação de preconceito e discriminação perdura até os dias atuais. Mas, a partir dos anos 1980, essa imagem pejorativa do povo aos poucos foi mudando, passando a ser chamados de Yanomami, ficaram conhecidos por causa da invasão de seus territórios por garimpeiros, pela devastadora corrida ao ouro (ALBERT e MILLIKEN, 2009).

Apesar do povo Yanomami ter sido objeto de inúmeros e consideráveis estudos e pesquisas científicas, também há uma quantidade expressiva de reportagens, livros jornalísticos e documentários. No entanto, a maioria desse material tem um viés sensacionalista e altamente “exotizante”. Essa imagem pública que foi criada acabou desviando a atenção de aspectos fundamentais sobre seus modos de vida. Um desses pontos negligenciados tem a ver com o crescente interesse pela ecologia da Amazônia nas últimas três décadas, é profundo conhecimento que os Yanomami têm da floresta em que vivem, das inúmeras espécies vegetais nela existente e principalmente da forma como essas espécies podem ser aproveitadas, (ALBERT e MILLIKEN, 2009). Os povos indígenas são os maiores conhecedores de várias espécies vegetais e animais, esses conhecimentos são repassados de geração a geração.

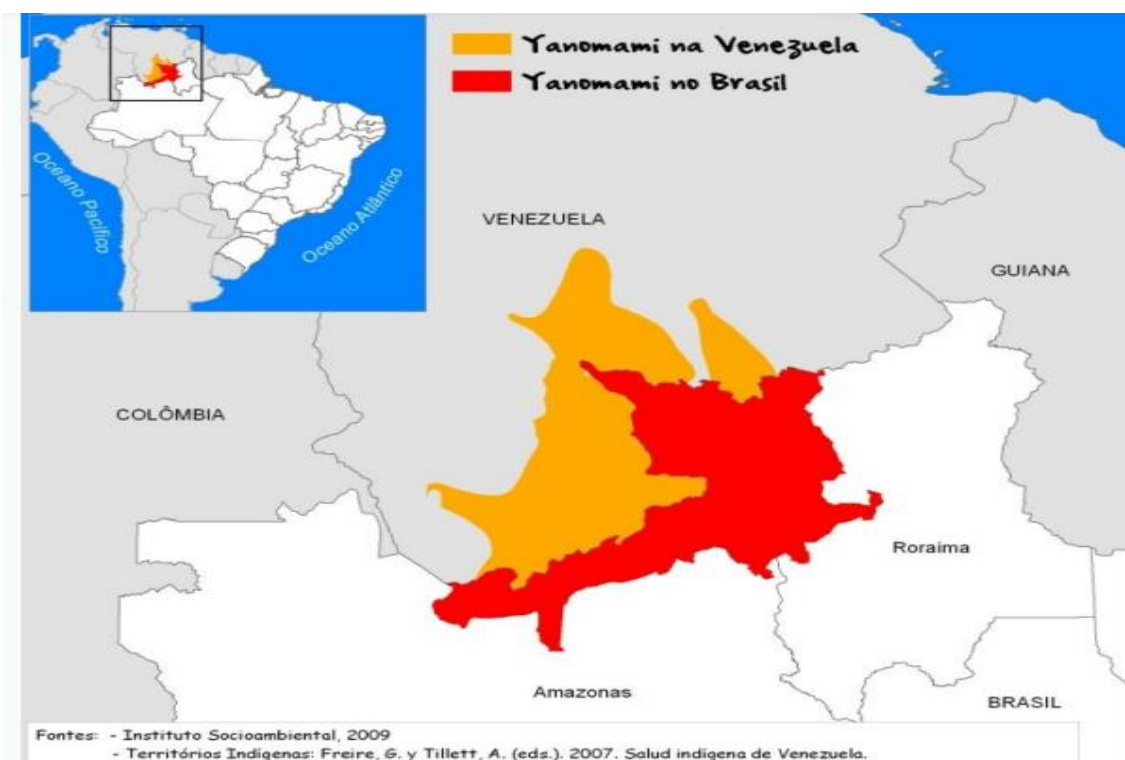
1.4. Os Yanomami: Localização e população

Em todo território nacional 13,8% das terras são terras indígenas (TI), a maior parte dos TI concentra-se na Amazônia: são 424 áreas, 115.344.445 hectares, representando 23% do território amazônico e 98.25% da extensão de todas as TI do país. Somente o território do povo Yanomami ocupa uma área de mais de 9,6 milhões de hectares no Brasil, (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2020). Na Venezuela, os Yanomami vivem na Reserva da Biosfera Alto Orinoco-

Casiquire, de 8,2 milhões de hectares, juntas, essas regiões formam o maior território indígena coberto por floresta de todo o mundo (SURVIVAL, 2020).

Seu território contínuo cobre, aproximadamente, 192.000 km², situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela na região do interflúvio Orinoco - Amazonas (afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro). O Território Yanomami demarcado corresponde a uma área de 96.649 Km². O território situa-se na zona climática trópico-equatorial, é coberto pela floresta tropical, a população Yanomami povoa o território a mais de dois mil anos (KAYSER, 2010). Os limites territoriais para os povos indígenas antes da colonização não existiam, os povos circulavam livremente por toda a extensão territorial que hoje é conhecida como a América do Sul, o mapa (Figura 3) abaixo mostra a localização e a presença do povo Yanomami tanto no território brasileiro quanto no território venezuelano. A área em laranja é o território Venezuelano e em vermelho território brasileiro.

Figura 3: Mapa de localização do TIY Brasil e Venezuela⁷.

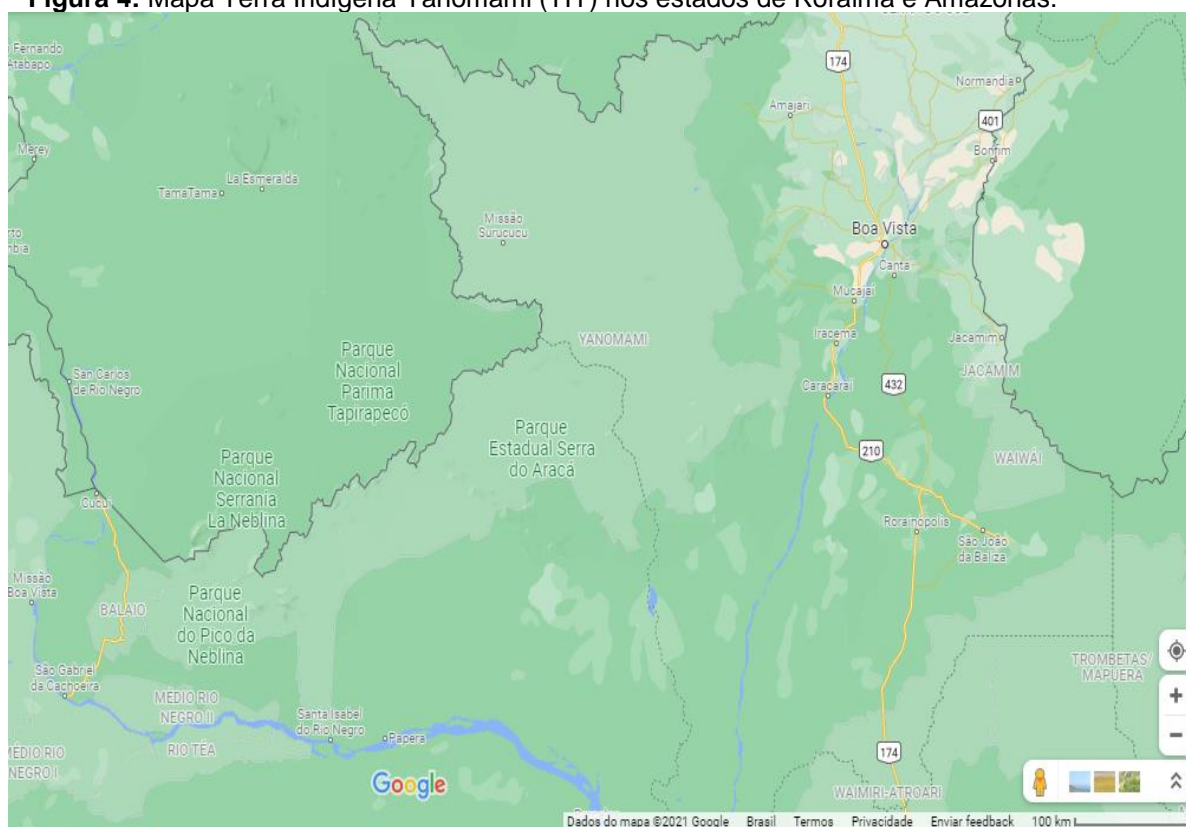


Fonte: Instituto Socioambiental, (ISA, 2009).

⁷Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/600602-garimpo-ilegal-e-coronavirus-na-terra-yanomami-deixam-milhares-de-indigenas-a-propria-sorte-entrevista-especial-com-dario-kopenawa>.

No Brasil, os Yanomami ocupam a região do Alto Rio Branco que se localiza ao oeste do estado de Roraima e a margem esquerda do Rio Negro (ALBERT e MILLIKEN, 2009), noroeste do estado do Amazonas nas regiões geográficas do município de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Abaixo o mapa (Figura 4) mostra na cor verde mais claro toda a extensão do território Yanomami desde o oeste de Roraima até a região do Rio Negro no estado do Amazonas, ambas localizadas na região do Médio e Alto Rio Negro ao noroeste amazense. No Território do povo Yanomami há presença de importantes Unidades de Conservação (ver item 1.5).

Figura 4: Mapa Terra Indígena Yanomami (TIY) nos estados de Roraima e Amazonas.



Fonte: Google Maps, (2021)⁸.

Os Yanomami também são conhecidos como caçadores, agricultores, coletores da floresta o qual ocupa uma área de floresta tropical de aproximadamente 230 mil km², nas duas vertentes da serra do Parima, divisor de água entre o alto Orinoco e as margens esquerda do rio Negro, além de

⁸ Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-2.6830654,-60.3514719,5.5z>

formarem um vasto linguístico e cultural isolado. A população está estimada em mais de 33 mil pessoas espalhadas em 640 comunidades/aldeias (KOPENAWA e ALBERT, 2015), caracterizam-se por possuírem uma grande mobilidade sobre o território que ocupam, unindo as comunidades/aldeias, e mudando seus locais de ocupação periodicamente (NILSSON e FEARNSSIDE, 2011), ou seja, é um povo nômade para os não indígenas, no entanto, entre os povos indígenas é comum a mobilidade entre os povos, tanto para fins de visita e festejos como para troca de saberes.

O povo Yanomami compõem um dos maiores grupos de povo indígena que conservam seu modo de vida tradicional, cultural e também espiritual. Constituem um conjunto cultural e linguístico composto de, pelo menos, quatro subgrupos adjacentes que falam línguas da mesma família: Yanomám, Yanomami, Sanumá e Ninám (KAYSER, 2010), a cultura do povo indígena é rica e diversa.

1.5. Urihi: Geografia física

Segundo a tradição oral Yanomami e os documentos mais antigos que mencionam o povo, o centro histórico do seu habitat situa-se na Serra Parima, divisor de águas entre o alto Orinoco e os afluentes da margem direita do rio Branco. Essa é ainda a área mais densamente povoada do seu território. O movimento de dispersão do povoamento Yanomami a partir da Serra Parima em direção às terras baixas circunvizinhas começou, provavelmente, na primeira metade do século XIX, após a penetração colonial nas regiões do alto Orinoco e dos rios Negro e Branco, na segunda metade do século XVIII. A configuração contemporânea das terras Yanomami tem sua origem neste antigo movimento migratório (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021).

A expansão geográfica dos Yanomami foi possível, a partir do século XIX e até o começo do século XX, por um importante crescimento demográfico. Estudos antropológicos consideram que essa expansão populacional foi causada por transformações econômicas induzidas pela aquisição de novas plantas de cultivo e de ferramentas metálicas através de trocas e guerras com grupos indígenas vizinhos (Karib, ao norte e a leste; Arawak, ao sul e ao oeste), que, por sua vez, mantinham um contato direto com a fronteira branca. O

esvaziamento progressivo do território desses grupos, dizimados pelo contato com a sociedade regional por todo o século XIX, acabou favorecendo também o processo de expansão Yanomami (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021). A demarcação da Terra Indígena Yanomami (TIY) foi oficializada no Brasil em 1991 e homologada por um decreto presidencial em 25 de maio de 1992.

No Brasil a Terra Indígena Yanomami (TIY) se localiza no bioma da floresta amazônica nos estados de Roraima e Amazonas, assim como mostra (Figura 5), constitui ampla variedade de riquezas naturais (fauna e flora) e minerais.

Figura 5: Mapa mostrando a localização do TIY, nos estados de Roraima e Amazonas⁹.



Fonte: Amazônia Real, (2020).

O território cobre vasta área de floresta tropical, é reconhecida por sua alta relevância em termos de proteção da biodiversidade. O território Yanomami compreende toda a área da Serra do Parima (ALBERT; GOMEZ, 1997, *apud* NILSSON; FEARNSIDE, 2011), maior bloco montanhoso florestal da Região Amazônica, na divisa do Brasil com a Venezuela e é contígua aos Maciços do Rio Siapa, Auaris, Caura e Orinoco.

⁹ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/jovem-yanomami-e-primeira-morte-apos-contaminacao-em-area-indigena/>.

O rio Orinoco é um dos principais rios da América do Sul, e tem a terceira maior bacia hidrográfica neste continente, cobre uma área de 948.000 km². É o principal rio da Venezuela, abrangendo quatro quintos do território do país, que percorre sinuosamente por 2.740 km. Além da Venezuela, a bacia do Orinoco abrange um quarto do território da Colômbia. A sua nascente é na Serra Parima, no sul da Venezuela, próximo da fronteira do Brasil, a uma altitude de 1.047 m. Nos primeiros trechos do rio, ocorre uma forte inclinação na direção, no oeste-noroeste, alcançando 500 m de largura, seu leito bifurca-se. A partir daí o curso do rio segue em direção a noroeste, no alto curso tem uma bifurcação do rio que é o canal de Cassiquiare, o qual desemboca do Rio Negro, cujo, é afluente do rio Amazonas, dados BioMania, (2021, online).

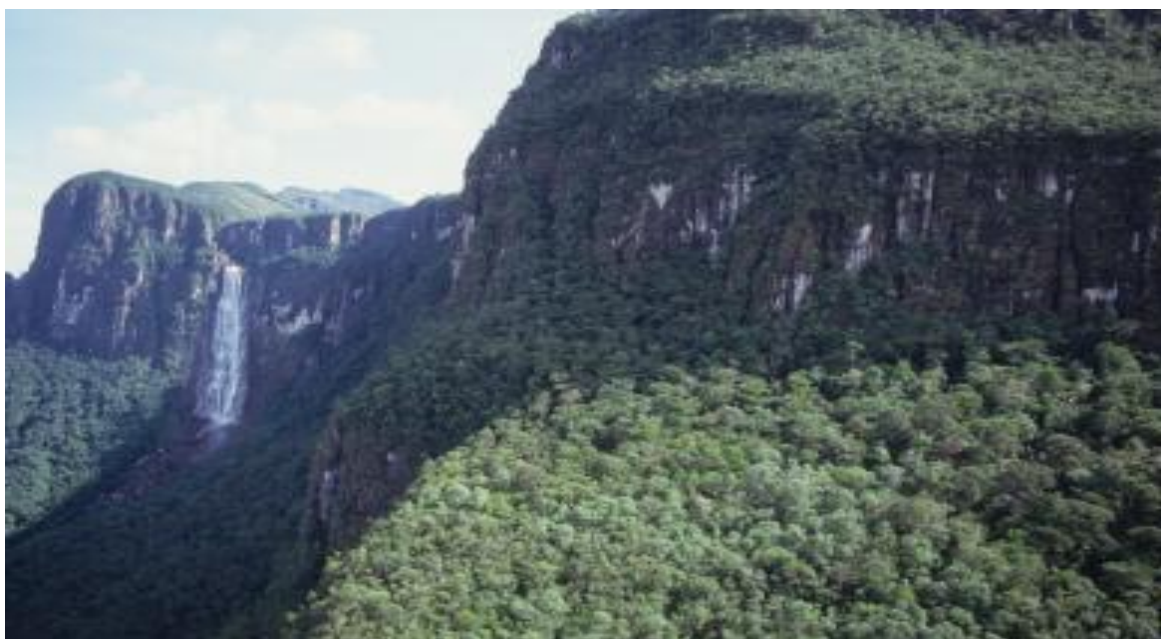
A vegetação da Bacia do Orinoco é formada por vegetação de cerrados llanos¹⁰, nas terras altas do leste e do sul apresentam densas florestas tropicais e sua fauna aquática inclui espécies como o crocodilo do Orinoco (cujo comprimento pode ultrapassar seis metros) e peixes como a piranha, BioMania, (2021, online). As imagens mostradas nas (*Figuras 6 e 7*), podemos observar a Serra Parima de ângulos diferentes e a floresta Amazônia intacta cobrindo o solo da região, além de rios e quedas d'água que percorrem o território.

¹⁰ Os **Llanos** (do castelhano *llanos*, *plainos* ou *planícies*; português: **Lhanos**) são uma vasta região do norte da América do Sul, situada maioritariamente na bacia do rio Orinoco, considerada como um dos ecossistemas mais importantes da Terra e enquadrado no bioma correspondente às savanas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Llanos>
Savanas: é uma região plana cuja vegetação predominante são as plantas gramíneas, com árvores esparsas e arbustos isolados ou em pequenos grupos.

Figura 6: VENEZUELAN AMAZONAS. Serra Parima, Orinoco river basin. Yanomami homelands.¹¹



Figura 7: Imagem da Serra Parima, vista de outro ângulo, mostrando a nascente a esquerda¹².



O clima predominante é sempre úmido, influenciado pelas chuvas trazidas pelos ventos alísios¹³ em sua face brasileira, voltada para o leste.

¹¹ Disponível em: <http://www.hardrainproject.com/hrpl?n=5551>.

¹² Disponível em: <http://www.hardrainproject.com/hrpl?n=7088>.

¹³ Ventos Alísios: deslocamentos de massas de ar quente e úmido que se realizam de forma concêntrica em direção às áreas de baixa pressão atmosférica das zonas equatoriais do globo terrestre, a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). Nesse sentido, eles atuam na modificação

Trata-se de um planalto dissecado onde se formam diversas nascentes que marcam a serra com vales de pequena distância entre si. Os solos são residuais e tendem a se depositar nos sopés das encostas e nas poucas bacias sedimentares intermontanas (BRASIL 1975, *apud* NILSSON e FEARNSSIDE, 2011). A vegetação florestal montana só é interrompida pelos campos da Serra de Surucucu, de topo aplainado e da Serra do Uafaranda ao norte, formam esse conjunto montanhoso as Serras da Neblina e Tapirapecó, escarpas próximas à divisa da Venezuela com o estado do Amazonas. No TIY há também presenças de Unidade de Conservação (UC) que são os Parques Nacionais Pico da Neblina (localizada na área do município de Santa Isabel do Rio Negro), o Parque Nacional Parima Tapirapecó e Parque estadual Serra do Aracá, esses parques encontram-se no Amazonas e a Floresta Nacional de Roraima, localizado em Roraima.

Além das formações serranas a TIY possui terrenos intermediários de altitude média de 400 m, onde transcorrem as bacias do Rio Mucajá e Uraricoera e respectivos afluentes. As baixas dominam o resto do cenário, com altitudes médias de 150 m, nas Bacias dos Rios Catrimani, Demini, Padauri, Aracá, Cauburis e Marauia (NILSSON e FEARNSSIDE, 2011).

Os terrenos sedimentares das baixadas estão assentados sobre rochas cristalinas do Escudo Guianense. Nas baixadas há extensas áreas alagáveis, impróprias para a agricultura, especialmente contíguas às grandes serranias, e também apresentam campinaranas, vegetação oligotrófica¹⁴ em sedimentos inconsolidados arenosos (NILSSON e FEARNSSIDE, 2011). A região Amazônica é o lugar onde se concentra a maior parte da população indígena, e onde as áreas florestais encontram-se mais preservadas, as terras indígenas preservam inúmeras riquezas.

climática cíclica de algumas regiões do planeta, provocando chuvas nos locais onde convergem. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/ventos-alisios/>

¹⁴ Vegetação oligotrófica: Esse tipo de vegetação se restringe às áreas amazônicas do alto rio Negro e seus afluentes adjacentes, recobrimdo as áreas deprimidas e embrejadas, caracterizada por agrupamentos de formações arbóreas altas e finas. Disponível em: <https://www.algosobre.com.br/geografia/tipos-de-vegetacao-do-brasil.html>

1.6. Urihi: Composição florística, a terra-floresta

As florestas cobrem cerca de 30% de toda a superfície continental terrestre, sendo responsáveis pelo fornecimento de importantes benefícios ambientais e sociais para a humanidade, como alimentos, água, ciclagem de nutrientes e a purificação do ar (SANQUETTA et al., 2014). As florestas também fornecem abrigo e alimentos para diversos tipos de animais, contribuem para o controle dos processos erosivos do solo devido às suas raízes.

A riqueza de espécies arbóreas em um ambiente florestal tem sido relacionada à diversidade de plantas que estão presentes em outros lugares da floresta e podendo servir como um indicativo da biodiversidade global do ecossistema. Portanto, a composição florística de uma comunidade vegetal é representada pelas variedades de espécies que estão presentes nesse local (SCHIMIT et al., 2005 *apud* SANQUETTA et al., 2014). As florestas cobrem cerca de 30% de toda a superfície continental terrestre, sendo responsáveis pelo fornecimento de importantes benefícios ambientais e sociais para a humanidade, como alimentos, água, ciclagem de nutrientes e a purificação do ar (SANQUETTA et al., 2014).

A floresta amazônica especificamente é onde se encontra a maior floresta tropical do mundo, sendo responsável por abrigar diversas riquezas, é o bioma florestal brasileiro que se encontra mais preservado devido principalmente a presença de Terras Indígenas. É importante salientar que as Terras Indígenas brasileiras são as áreas que são mais bem preservadas, assim como demonstra o levantamento realizado pelo Mapbiomas entre os anos de 1985 e 2020, nesses 36 anos de estudos os resultados mostram que os territórios indígenas demarcados ou aguardando demarcação são as que mantêm suas características originais (IPAM, 2021). Sobre os estudos de espécies vegetais no TIY há inúmeros trabalhos publicados, aqui irei citar apenas a pesquisa realizada por Bruce Albert e William Milliken (2009).

Os pesquisadores realizaram os estudos em quatro locais dentro do TIY, o primeiro local foi *Watoriki* que se localiza ao nordeste do Amazonas, próximo ao limite com o estado de Roraima, entre as bacias dos rios Demini e Catrimani. A área é coberta por uma densa floresta tropical perene-fólia de terras baixas, diversificada e mista, com estrutura e composição bastante característica para a

região, (HUBER, 1995; MILLIKEN e RATTER, 1989 *apud* ALBERT e MILLIKEN, 2009). O segundo local a ser “visitado” foi o Parawu u, localiza-se no pé da serra Urucuzeiro, a noroeste da aldeia de *Watoroki*, também no estado do Amazonas. Sua vegetação, essencialmente, é similar ao da floresta de *Watoriki*, porém, há presença de algumas espécies como a *Piper francovilleianum* e *Tabernaemontana macrocalyx*, são comuns na floresta dessa região.

A terceira região é, Xitei, está localizada nas áreas mais altas do território Yanomami, nas cabeceiras do rio Parima, a vegetação da região de Xitei é característica das florestas ombrófilas submontanas de terra firme da Serra Parima descritas em detalhes por (HUBER, et al., 1984 *apud* ALBERT; MILLIKEN, 2009). Ainda que a floresta de Xitei apresenta notáveis diferenças quando comparada a *Watoroki*, como a copa um pouco mais baixa, uma maior riqueza da flora epífita e a inclusão de espécie típicas do planalto da Guiana como *Psammisia guianensis*, tem também elementos comuns nas terras baixas, como a *Aspidosperma nitidum*, *Bauhinia guianensis* e *Cedrelinga cateniformis*.

O quarto local de estudo foi em Homoxi, na região das terras altas do curso superior do rio Mucajaí, afluente do rio Branco, nas proximidades da cabeceira do rio Orinoco, a vegetação de Homoxi é similar à de Xitei, apresenta uma floresta submontana típica das regiões das terras altas do território. No entanto na área da aldeia de *Yaritha*, que se encontra a uma menor altitude apresenta uma floresta de transição entre as terras altas e baixas, com espécies características de ambas. A floresta da região de Homoxi é razoavelmente homogênea, com um dossel de 25 a 30 metros de diâmetro e árvores emergentes de 40 metros ou mais de altura, como por exemplo a *Cedrelinga cateniformis*. A presença de lianas é frequente e o sub-bosque é bastante aberto, essa área sofreu considerável degradação ambiental ocasionada pela invasão de garimpeiros no final dos anos 1980 e no começo dos anos 1990, (ALBERT e MILLIKEN, 2009).

São milhares de espécies vegetais nas terras Yanomami, não somente espécies arbóreas, mas espécies frutíferas que servem de alimento tanto para o povo quanto aos animais, os povos indígenas são conhecedores como ninguém das variedades e riquezas existentes nas florestas. Lizot (1984: cap. IV *apud* ALBERT e MILLIKEN, 2009) afirma que os Yanomami com os quais trabalhou na região do Orinoco, podem identificar e nomear cerca de 328 espécies de

plantas, das quais 57% são virtualmente aproveitáveis, os números de espécies de uso medicinal registrado até o momento deste estudo, apenas entre os Yanomami no Brasil foi de 203 plantas, é um número significativo de plantas para uso medicinal tradicional.

O território Yanomami é riquíssimo em variedades de espécies vegetais tanto para fins econômicos quanto para uso interno do povo Yanomami, além das riquezas minerais, como o ouro. Por esta razão há invasões no território para exploração principalmente de fins econômicos. Nessa imensidão de território estão guardados milênios de riquezas (de fauna e flora) e conhecimentos tradicionais do povo que não podem ser perdidos, mas sim preservados.

Como apresentado no decorrer deste capítulo o território Yanomami agrega inúmeras riquezas, naturais, minerais, além da riqueza cultural e linguística. No entanto, o povo Yanomami enfrenta uma das maiores invasões desde o início da pandemia, devido o garimpo ilegal em suas terras, a situação é alarmante. Preservar o Território Indígena Yanomami, é proteger a vida do povo, é preservar a saúde dos Yanomami. Num território indígena é onde se concentra toda a sabedoria de um povo, desde os conhecimentos de ervas medicinais, histórias do povo, suas cosmologias, espiritualidade e saúde. Pois, sem o território não há saúde, território invadido, é povo doente.

2. Histórico de invasões no Território Yanomami

2.1. Os primeiros contatos

Nós, povos indígenas deste território hoje conhecido como Brasil, sabemos dos inúmeros processos de violência e genocídio que nossos antepassados sofreram desde o primeiro dia de invasão. A real história não foi e ainda não é contada nos livros que ensinam a história do Brasil, desconstrói a verdade tentando apagar a luta e resistência dos povos originários, que perdura há mais de 521 anos. Desde a invasão, milhares de indígenas morreram e povos inteiros foram dizimados e até extintos pelos colonizadores. O processo de resistência dos povos indígenas ocorre diariamente desde que Pedro Álvares Cabral invadiu nossos territórios, em consequência vários povos foram dizimados, línguas indígenas foram extintas e nossos ancestrais foram expostos a vários tipos de doenças.

A maior causa das invasões nas terras indígenas é e sempre foi a exploração e a cobiça pelo ouro, como ocorre atualmente com a situação do Território Indígena Yanomami. Neste capítulo, apresento o histórico de invasão pelos não indígenas na terra do povo Yanomami. Os Yanomami são considerados povo de recente contato. De acordo com a literatura especializada, o registro dos primeiros contatos ocorreu no início do século XX, por volta de 1910 e 1940. Os primeiros encontros diretos de grupos Yanomami aconteceram com os representantes da fronteira extrativista local como balateiros, piaçabeiros e caçadores, bem como com militares de expedições de delimitação de fronteira, e funcionários do Serviço de Proteção do Índio (SPI) e/ou viajantes estrangeiros (ALBERT e MILLIKEN, 2009).

Entre 1940 e meados dos anos 1960, foram abertos alguns postos do SPI na região e, juntamente com a abertura dos postos, várias missões católicas e evangélicas estabeleceram os primeiros pontos de contato permanente no território indígena. Estes postos formaram uma espécie de “rede de polos de sedentarização”, onde objetos manufaturados eram fornecidos e alguma assistência sanitária também, abrindo precedentes para os primeiros pontos de contato. Estiveram estes postos na origem de graves surtos epidêmicos de sarampo, gripe, tuberculose e coqueluche. As duas formas de contato que foram mantidas no início pelos Yanomami com os coletores de produtos florestais e com as missões se deram até o início de 1970 (ALBERT e MILLIKEN, 2009).

O contato maciço dos não indígenas e os Yanomami se deu sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 quando os projetos de desenvolvimento do Estado começaram a submeter os Yanomami a formas de interação por causa da expansão fronteira econômica regional, principalmente no oeste de Roraima onde estradas, projetos de colonização, fazendas, serrarias, canteiros de obras e primeiros garimpos foram implementados de forma forçada e genocida. Esses contatos provocaram um choque epidemiológico de grande magnitude, causando altas perdas demográficas, uma degradação sanitária generalizada e, em algumas áreas, graves fenômenos de desestruturação social (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2020, online). Esses projetos geopolíticos amazônicos dos governos militares na época submeteram o povo a uma forma de contato mais intenso e forçado, com intuito de levar o desenvolvimento para a região

amazônica, passando por cima do povo que ali estavam, ou seja, sem consultar os indígenas da região.

As principais formas de contato do povo Yanomami inicialmente foram duas, que ocorreram concomitantemente: a fronteira extrativista e a fronteira missionária. Essas duas formas de contato coexistiram ao longo dos anos 1970 e 1980 na Terra Indígena Yanomami. Ainda na década de 1970, época da ditadura militar no Brasil, foram implementados vários projetos de desenvolvimento no âmbito do “Plano de Integração Nacional” (PIN) entre os anos de 1969 e 1974, no governo do general Médici, (ALBERT e MILLIKEN, 2009).

2.2. A estrada Perimetral Norte

Em 1972, membros da *Aborigines Protection Society* (APS) de Londres visitaram o povo Yanomami em seu território, no estado de Roraima. Eles ficaram impressionados com a situação dos indígenas Yanomami em relação aos outros povos do Brasil, já que se encontravam na época “em grande parte isolados dos interesses colonizadores e comerciais do Brasil” (DAVIS, 1978. p.129). Até então, os Yanomami haviam estabelecido contato apenas com missionários estrangeiros que, de acordo com o relatório dos membros da APS apresentado em 1973, não representavam ameaça para a integridade do povo Yanomami, cuja cultura era suficientemente forte “para resistirem ao zelo catequizador dos missionários” (DAVIS, 1978. p. 130).

Até o final da década de 1973, os contatos com Yanomami ocorreram de forma esporádica com a sociedade não indígena. Mas alguns fatos viriam, no entanto, impactar o povo Yanomami nos anos seguintes, o governo havia começado a construir estradas que atravessavam partes do território de Roraima, com o chamado projeto de desenvolvimento econômico. Uma dessas estradas, a Perimetral Norte com 4000 quilômetros passaria pelo território do povo Yanomami ao longo de sua fronteira sul, a outra seria a estrada territorial que cortaria a parte norte da reserva que ligaria as missões de Catrimani e Surucucus, (DAVIS, 1978).

Os primeiros 235 quilômetros da Perimetral Norte (BR-2010) começaram a ser construídos ainda em 1973, ao sudeste do território Yanomami, no âmbito

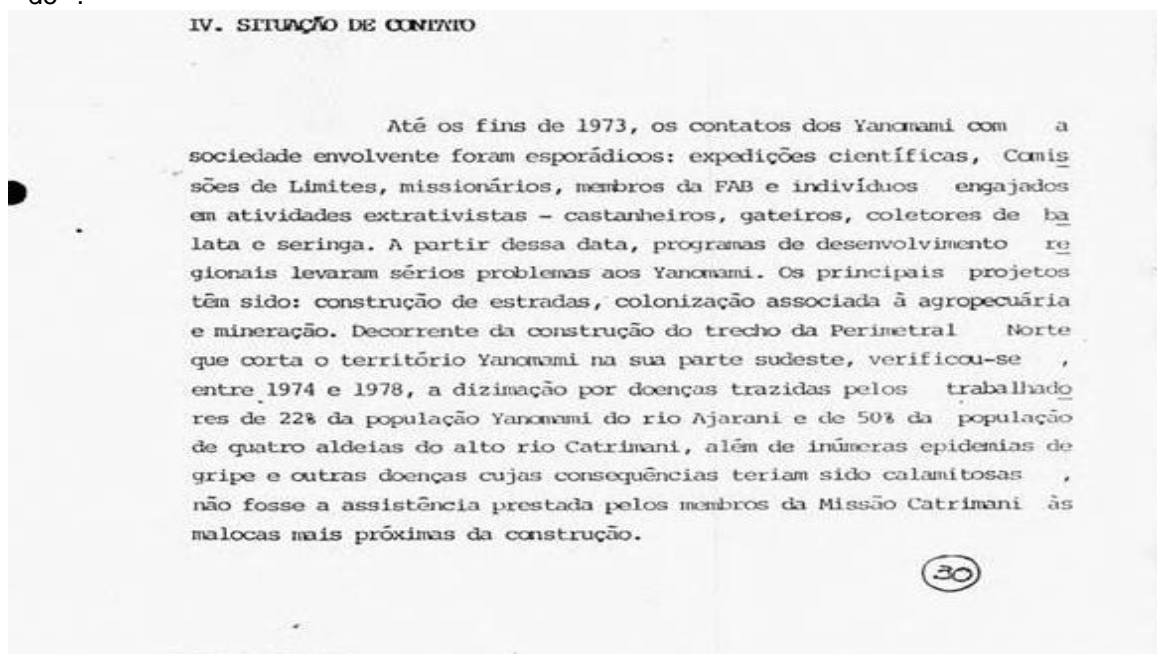
do PIN lançado em 1970 como o objetivo de criar uma nova política de controle e povoamento da região de fronteira norte-amazônica. Os projetos geopolíticos de expansão e os programas de colonização agrícola, (1978-1979), no governo do general Geisel, afetaram diretamente as terras Yanomami e seu modo de viver (ALBERT e MILLIKEN, 2009).

Na década de 1975, o Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, anunciou a descoberta de um campo de urânio na região de Surucucus, em Roraima, um dos locais principais onde viviam mais de duzentos Yanomami distribuídos em dezesseis aldeias. No entanto, essa descoberta não era nenhuma novidade. Desde 1974, já havia mais de cento e cinquenta técnicos, incluindo militares brasileiros, o projeto RADAM, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e a Nuclebrás, a nova companhia estatal para promover a pesquisa nuclear, trabalhando nessa área (DAVIS, 1978 apud ZEMA, 2014).

No mesmo período ouviu-se notícias sobre a oncocercíase, uma doença perigosa e muito temida, conhecida popularmente como cegueira fluvial. A transmissão da doença é feita por um pequeno mosquito, cientistas americanos, informaram sobre a relação entre a incidência crescente desta doença na Bacia Amazônica e as atividades de desflorestamento associadas ao programa de construção das estradas e à proliferação do mosquito. Em 1975, um relatório médico da FUNAI confirmou a incidência da oncocercíase em vários povos indígenas: entre os Yanomami, Tikuna, Tukano e Baniwa, (DAVIS, 1978).

A construção do trecho Perimetral Norte, além causar danos ao meio ambiente, levar doenças, quase dizimou a população Yanomami, o documento histórico abaixo trata-se de um trecho extraído do memorando (antigo) do Ministério do Interior/FUNAI, feito em 18 de setembro 1979, (*Figura 8*). O documento apresenta a situação caótica que o povo Yanomami da região do rio Arajani e rio Catrimani estavam enfrentando, devido a construção da BR-2010.

Figura 8: Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio. Memórias reveladas\ASI-FUNAI - Assessoria de Segurança e Informação da FUNAI\Diretrizes para tutela dos índios\Demarcação de¹⁵.



Assim também a reportagem do jornal *Folha de São Paulo* em 2 de setembro de 1979 (*Figura 9*), reforça que os contatos do povo Yanomami com a sociedade não indígena foram esporádicos entre 1973 e 1974, com a abertura da Perimetral Norte. O projeto de abertura não teve nenhuma estratégia de ocupação e proteção dos povos indígenas, as equipes de desmatamento da construtora Camargo Corrêa adentraram o território indígena sem nenhum controle de saúde, resultando na terrível crise epidemiológica entre os povos da região amazônica, principalmente os Yanomami.

¹⁵ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/BMN_ArquivoNacional/72164.

Figura 9: Reportagem, Memórias Reveladas/ASI-FUNAI - Assessoria de Segurança e Informação da FUNAI/Diretrizes para tutela dos índios/Demarcação de¹⁶.



Com a abertura dos canteiros de obra da estrada, chegaram também os colonos que foram responsáveis pelo primeiro grande choque epidemiológico entre Yanomami. Como consequência, houveram severas perdas demográficas (ALBERT; MILLIKEN, 2009). Essas perdas deixaram entre o povo intensas dores, traumas e tristezas, pois, os que se foram levaram com eles um pouco de identidade e da ancestralidade do povo.

Em paralelo à abertura da estrada, em 1975, através do lançamento do projeto de levantamento dos recursos amazônicos o Radar da Amazônia (RADAM) houve a realização de um inventário sistemático dos recursos naturais da região, revelando a riqueza existente na terra Yanomami, em especial na

¹⁶ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/bmn_arquivonacional/72622.

Serra Parima, (ALBERT e MILLIKEN, 2009). O levantamento detectou importantes jazidas minerais na região, as descobertas de cassiterita e de urânio no TIY atraíram garimpeiros e muitas empresas de mineração. Uma reportagem de 24 de julho de 1976 da revista *Manchete* relata que o governador de Roraima havia dado à Companhia de Mineração Além-Ecuador direitos exclusivos para a prospecção de minérios nos morros da região de Surucucus e que uma pista de aviação havia sido construída para transportar os minérios, (DAVIS, 1978). Desde essa época, começa então o clima de tensão e conflitos entre garimpeiros e indígenas na terra Yanomami.

A publicidade em torno do potencial mineral do território Yanomami desencadeou um movimento progressivo de invasão garimpeira que só aumentou até nos anos 1980, tomando a forma de uma verdadeira corrida do ouro a partir de 1987, (ALBERT e MILLIKEN, 2009). Em consequência, entre 1987 e 1990, cerca de noventa pistas de pouso clandestinas foram abertas na região da Serra Parima, nas cabeceiras do rio Uraricoera, Parima, Mucajaí e Catrimani. A imagem (*Figura 10*), mostra uma das pistas clandestinas de pouso na região do Alto Mucajaí, nas proximidades de Homixi.

Houve uma estimativa que na época havia aproximadamente quarenta mil garimpeiros. Durante esse período de invasões, as relações com os garimpeiros se tornaram uma forma dominante de contato do povo Yanomami com a sociedade não indígena que se encontrava nas circunvizinhanças. O número de invasores representava, no estado de Roraima, aproximadamente cinco vezes sua própria população, de acordo com (ALBERT e MILLIKEN, 2009).

O Garimpo é uma atividade irregular no Brasil que gera consequências irreversíveis para o meio ambiente, degrada o solo, gera assoreamento e contaminação dos rios (por mercúrio), e para os povos indígenas gera impactos sociais e culturais.

Figura 10: Pista de pouso clandestino para aviões do garimpo Chimarrão, curso do Alto Rio Mucajaí/ RR devastado pelo garimpo, região de Homoxi. **Foto:** Charles Vincent (I.Varga, 1989) (Arquivo ISA/1990).



Fonte: Charles Vincent (I.Varga, 1989) (Arquivo ISA/1990).

A imagem mostra (*Figura 11*) os indígenas Yanomami com seus arcos e flechas em meio a rodovia BR-210, a Perimetral Norte. A estrada que seria para levar desenvolvimento, levou caos e muito sofrimento para o povo da região.

Figura 11: Indígenas Yanomami na rodovia federal BR-210, Perimetral Norte, Terra Indígena Yanomami. Foto: Bruce Albert, 1976 (ISA, 2020).



Fonte: Bruce Albert, 1976 (ISA, 2020).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo nessa época um órgão do Ministério do Interior (MINTER), a política indigenista ficava substancialmente limitada ao programa mais amplo de desenvolvimento econômico do regime

militar. Esses limites ficam evidenciados quando se analisa os artigos do Estatuto do Índio que lidam com a questão dos direitos dos povos indígenas e seus territórios, especificamente os artigos 17, 18 e 19 do capítulo 1, do Título III, “Das Terras dos Índios”, do Estatuto do Índio de 1973¹⁷, garantem os direitos exclusivos dos povos indígenas sobre suas terras e territórios e estabelecem a obrigação da FUNAI de demarcar parques, territórios, campos de cultivo e reservas indígenas.

O artigo 18 declara especificamente que “*As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas*”. Contudo, outros artigos contradizem diretamente estes dispositivos, como o artigo 20 que estabelece que o governo pode intervir numa área indígena e transferir grupos “tribais” para realizar obras públicas e explorar o subsolo. Os artigos de 39 a 42 dão à FUNAI o direito de gerir e administrar o “Ativo e a Renda da Propriedade Indígena”. O artigo 43 estabelece que a FUNAI reinvesta esse ativo e essa renda, preferivelmente, em programas assistenciais aos indígenas e os artigos 44 e 45 distinguem entre riqueza do solo e do subsolo, dando ao MINTER, através da FUNAI, o direito de conceder autorização a terceiros com o propósito de arrendar as reservas minerais indígenas, (DAVIS, 1974 *apud* ZEMA, 2014).

Esses últimos artigos do Estatuto do Índio, de acordo com Davis (1978):

São o reflexo mais claro de como a política indigenista brasileira tornou-se institucionalmente comprometida com os interesses mais amplos do desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro. Esses recursos dispositivos vão contra o sentimento expresso do artigo 198 da Constituição Federal brasileira. Basicamente dão um mandato legal à FUNAI para arrendar os recursos estratégicos contidos em terras indígenas às poderosas firmas multinacionais e estatais de mineração, extração de madeira e agroindústria, (DAVIS, 1978, p. 137).

As legislações referentes aos povos originários deixam falhas que podem ser facilmente alteradas pelo Estado. Atualmente mesmo diante de legislação nacional e internacional como o artigo 321 da Constituição Federal de 1988, “*são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e*

¹⁷ Estatuto do Índio, Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973.

tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988), e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada em 2004 pelo governo brasileiro, além de reconhecer a existência e a especificidade dos povos indígenas, garante também o direito à participação na tomada de decisões. No seu artigo 6º estabelece o direito à participação e à consulta livre, prévia e informada como direitos fundamentais dos povos indígenas (MONTEIRO, 2019).

Portanto, processo de explicação e/ou consulta prévia não foi realizado com os povos afetados pela abertura da estrada, ignorando totalmente os preceitos do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU¹⁸, adotado em 1966, e a declaração de Barbados de 1971. A ausência da consulta e explicação da abertura da BR-210 à população afetada teve consequências significativas, se aproximaram indevidamente, isso gerou desagregação, afastamento dos seus costumes, houve o abandono das atividades tradicionais como o trabalho em roças, inserção de bebidas alcólicas, prostituição e o nomadismo em beira de estrada criando consequências severas para o povo até os dias atuais, (PATEO, 2014).

No Brasil, observa-se uma interpretação restritiva quanto aos procedimentos de consulta prévia. O Caso de Belo Monte é mais um exemplo em que, mesmo sendo requisito de natureza jurídica para a construção do megaprojeto hidrelétrico, o direito à consulta prévia e ao consentimento livre, prévio e informado, foram desrespeitados e continuam sendo, pelo Estado brasileiro. Ou seja, a consulta livre e informada não existe na prática e quando os povos são consultados suas decisões não são consideradas, como citado na lei.

2.3. A corrida do ouro na década de 1980

Na década de 1980, várias pistas clandestinas de garimpo foram abertas no curso superior dos principais afluentes do Rio Branco. O número de

¹⁸ Apesar de adotado pela ONU em 1966, no Brasil o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais só foi adotado oficialmente em 1992.

garimpeiros na área Yanomami de Roraima foi, então, estimado em 30 a 40.000, cerca de cinco vezes a população indígena ali residente. Desde essa época, muitos núcleos de garimpagem continuam encravados na terra Yanomami, de onde seguiram espalhando violência e graves problemas sanitários e sociais (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021, online).

No final da década de 1980, à frente de expansão garimpeira havia suplantado as formas anteriores de contato dos Yanomami com a sociedade envolvente, a ponto de relegar a segundo plano a fronteira dos projetos de desenvolvimento surgida nos anos 1970. Além disso, os projetos de colonização implementados nas décadas de 1970 e 1980 no leste e sudeste das terras Yanomami criaram uma frente de povoamento que tendeu a se expandir para dentro da área indígena (regiões de Ajarani e Apiaú) devido ao fluxo migratório direcionado para Roraima - tendência que foi ampliada depois em consequência do apagamento dos limites da demarcação por um mega-incêndio que atingiu Roraima (1998) (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021, online).

Nessa época, temia-se que o fim do garimpo em Serra Pelada multiplicasse o número de garimpeiros invasores em outras terras, como de fato aconteceu. O presidente da FUNAI na época, Otávio Ferreira Lima, disse que o decreto presidencial permitiria um maior controle e fiscalização da exploração mineral naquelas áreas e que a arrecadação de recursos seria revertida em benefício das comunidades. Rapidamente, uma equipe de técnicos da FUNAI iniciou um levantamento das principais riquezas encontradas nas reservas. Até aquele momento, a FUNAI não tinha nenhum levantamento das riquezas dos territórios da Amazônia Legal, mas através de um confronto com o mapa mineral do RADAM, foram identificadas 26 áreas indígenas com excelente potencial mineral, sendo que a maior dessas áreas (oito milhões de hectares) corresponde às terras habitadas pelos Yanomami (ZEMA, 2014).

2.4. O Projeto Calha Norte (PCN)

Em junho de 1985, o Secretário do Conselho de Segurança Nacional (CSN), o General Bayma Denys, havia apresentado o Projeto Calha Norte (PCN). O objetivo central do projeto repousava sobre a ocupação militar da zona fronteira situada ao norte do curso do rio Amazonas-Solimões e o

desenvolvimento econômico da região. Segurança nacional e desenvolvimento eram as palavras centrais. O projeto voltava-se para menos de 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal, onde viviam cerca de 63 mil indígenas distribuídos em 54 povos. A região norte da Amazônia seria dividida em três zonas: a zona ribeirinha de ocupação mais tradicional, a zona de fronteira com a Colômbia, Venezuela e as três Guianas e a zona interior. O PCN se concentraria na zona de fronteira delimitando uma área de cento e cinquenta quilômetros de largura ao longo de 6.500 quilômetros de fronteira (ZEMA, 2014).

Três bases militares do “Projeto Calha Norte” foram implementadas na Terra Yanomami desde 1985 (Pelotões Especiais de Fronteira/ PEF de Maturacá, Surucucus e Auaris), induzindo graves problemas sociais nas populações locais, o que gerou protestos de lideranças Yanomami de Roraima (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021, online). O projeto levaria para as regiões afetadas a construção de uma rede de hospitais ao longo de toda a fronteira norte e a vontade anunciada de melhorar os serviços sociais e o nível de vida das populações. O PCN era sobretudo, um projeto de desenvolvimento econômico cujo objetivo era atrair investimentos estrangeiros e explorar os recursos naturais localizados na faixa escolhida e nos territórios indígenas (ZEMA, 2014).

As terras do povo Yanomami (Roraima) e dos Tukano orientais, Arawak e Maku (Alto Rio Negro-AM) foram divididas respectivamente em 19 e 14 pequenas áreas indígenas descontínuas, o resto de seu território tradicional (71,5% e 61%) sendo transformado por meio de uma “expropriação ecológica” sem precedente em diferentes unidades de conservação incompatíveis com o conceito de ocupação permanente e usufruto exclusivo conforme estabelecido no artigo 231 da Constituição (ALBERT, 1990; ZEMA, 2014).

Na terra Yanomami, foram criados um parque nacional, duas florestas nacionais e na região do Alto Rio Negro, onze florestas nacionais. Essas florestas ao invés de representarem cinturões protetores dos povos indígenas como afirmavam na época os militares do CSN, estavam na realidade destinadas a exploração industrial de madeira e outros produtos florestais e também a exploração de minérios (CABALZAR e RICARDO, 2004; ZEMA, 2014). A espoliação desses dois territórios indígenas no quadro do PCN havia sido subscrita em 1989 e 1990 por muitos decretos do presidente da República José

Sarney que homologou a demarcação de diferentes áreas indígenas e criavam as florestas nacionais.

O PCN consistiu na redução das terras indígenas favorecendo o processo de sedentarização e liberando as terras para companhias de prospecção mineral atraindo assim investimentos para a região. Aliado a isto, os povos indígenas foram submetidos a isolamento político uma vez que o acesso aos seus territórios ficava sujeito à habilitação pelo PCN (ALBERT, 1991). Os movimentos sociais, apoiadores da causa indígena (antropólogo e missionários) e os representantes de organizações indígenas, engajados foram impedidos de entrarem em terras indígenas para evitar o desenvolvimento de tendências separatistas. Dessa forma, a assistência sanitária, educacional, econômica, alimentar, foi unicamente promulgada pelos militares gerando uma dependência irreversível, de forma a torná-los mais manipuláveis e corruptíveis com a intrusão nos seus territórios de empresas de extração de minérios (ZEMA, 2014). O PCN assim como a abertura da Perimetral Norte BR-210, levou doenças, impactos ambientais e culturais para a população.

O objetivo oculto do PCN e de suas ramificações permanecia idêntico aos objetivos do PIN, a redução dos territórios indígenas em proveito dos interesses empresariais. Implementado por um governo democrático, continuava muito autoritário tanto pela qualidade de seus organizadores, o Conselho de Segurança Nacional, quanto pelos meios de ação as espoliações, acordos forçados, expulsão das organizações militantes dos territórios Yanomami. Sob o comando dos militares, a política adotada na Amazônia não estava de acordo com os direitos humanos e entrava em contradição com a nova Constituição Federal (ALBERT, 1991). Pois, as Florestas Nacionais têm fins de uso econômico, como por exemplo, a comercialização de madeiras, produtos florestais não madeireiros, fatos inconciliáveis com as formas de ocupação tradicional dos povos indígenas.

O PCN recebeu milhares de críticas por estudiosos parceiros do povo Yanomami, como Bruce Albert, e de ONG's nacionais e internacionais. Na reportagem (*Figura 12*) o Conselho Missionário Indigenista (CIMI) era totalmente contra ideia, denuncia o PCN como sendo mais um obstáculo para burlar a demarcação da TIY, o presidente do CIMI Vitor Kameyame se pronunciou e disse que os processos de demarcação eram totalmente politiqueros porque estavam

atingindo somente as áreas menores, deixando as grandes reservas dos Yanomami, Tukano e Maku e outras de fora. Em sua fala, ele ressaltou que a demarcação das TI's sempre foi o objetivo do CIMI, e não entendia o porquê o governo demorava demarcar as grandes reservas. Para Vitor Kameyame a Nova República continuava com o populismo e repetindo os mesmos erros em relação aos povos indígenas da chamada Velha República.

Figura 12: Cimi contra o projeto Calha Norte. Coleção de recortes de jornal sobre a política indigenista\Coleção CIMI- Norte \1986¹⁹.



Por outro lado, a implementação do PCN foi uma estratégia de genocídio para exterminar o povo Yanomami. A estratégia de extermínio foi traçada por precisão matemática que começou em 1987, quando Romero Jucá presidia a FUNAI, naquela ocasião havia tempo hábil para expulsar os garimpeiros do território, no entanto, Jucá preferiu retirar as testemunhas do genocídio, expulsando e proibindo a entrada de missionários, médicos, antropólogos e jornalistas que poderiam denunciar as irregularidades. Paralelamente nos gabinetes do Palácio do Planalto, Romero Jucá em companhias de militares,

¹⁹ Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/hemeroindiorecortes/6262>

ajudava a delimitar as linhas do PCN, teoricamente o projeto parecia interessante, pois visava o crescimento econômico e levaria desenvolvimento para a região. Entretanto, na prática abriu campos de pouso facilitando a entrada de garimpeiros (MOREIRA, 1991).

O passo seguinte da estratégia foi a nomeação de Jucá para o governo de Roraima, logo após sua nomeação e antes da promulgação da Constituição, em uma só “canetada”, no Palácio do Planalto, o Governo, reduziu 70% do TIY, dos nove milhões de hectares delimitados no Governo do General Figueiredo. Transformando o restante em Floresta Nacional, assim como já suscitado acima. Em menos de um ano da implantação do Projeto Calha Norte, 68 Yanomami sucumbiram às doenças europeias e aos tiros dos garimpeiros (MOREIRA, 1991).

Além do povo Yanomami o PCN viabilizou invasões violentas no território do povo indígena Waimiri-Atroari, sua população diminuiu drasticamente de 3.000 para 332 indígenas em 1982. Nos anos 1972-1977 esse território foi cortado pela estrada BR-174 que liga Manaus a Boa Vista, seguida da implantação da mina de estanho, da construção da hidrelétrica, e da colonização de projetos pecuários no limite da área (BAINES, 1993 *apud* MONTEIRO, 2018).

O Projeto Calha Norte nas regiões onde houve sua implantação, foi em meio a diversas ameaças e com uso da força para facilitar a exploração de recursos naturais minerais em territórios indígenas. Na região do Alto Rio Negro, por exemplo, empresas mineradoras manipularam as lideranças indígenas, jogando um contra o outro, visando enfraquecer o grupo, consolidando o controle da ‘mineração’ e atrapalhando a organização do povo local (WRIGHT, 2005 *apud* MONTEIRO, 2019). Essa estratégia de manipulação é utilizada desde os tempos coloniais, usam tal estratégia para invadir as terras indígenas.

2.5. A Comissão Para Criação do Parque Yanomami (CCPY)

Criada em 1978, a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), originalmente denominada Comissão pela Criação do Parque Yanomami, é uma organização não-governamental brasileira sem fins lucrativos dedicada à defesa dos direitos territoriais, culturais e civis dos Yanomami.

Foi criada com objetivo principal de lutar pela demarcação da Terra Indígena Yanomami. Dedicando -se a uma longa e ampla campanha nacional e internacional de modo a levar informações e sensibilizar a opinião pública e pressionar o Estado brasileiro a efetuar a demarcação de uma área contínua e adequada às necessidades dos Yanomami. Após 13 anos de uma campanha contínua, a TIY foi oficialmente demarcada em 1991, homologada e registrada em 1992, garantindo assim, ao povo Yanomami o direito constitucional de usufruto exclusivo de territórios localizados no norte dos estados de Roraima e Amazonas (COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI, 2021).

Com a demarcação e homologação da Terra Indígena Yanomami oficializada, a CCPY passou a concentrar-se em duas áreas fundamentais: saúde e educação, com o fomento, a partir de 1995, de uma rede de escolas em três regiões do território Yanomami no estado do Amazonas. Em função da crescente demanda de assistência sanitária na Terra Indígena Yanomami e da reforma do sistema público de atendimento à saúde indígena, criou-se em 1999 uma nova ONG, URIHI Saúde Yanomami. Esta entidade, é hoje exclusivamente dedicada à assistência e educação em saúde do povo Yanomami através de convênio com a antiga Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), (COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI, 2021), hoje a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

O convênio firmado entre a FUNASA e a Urihi no primeiro momento, previu uma duração de 15 meses, iniciada em 12 de dezembro de 1999, a assistência da Urihi cobre 12 regiões da TIY: as três onde a CCPY atuava (Demini, Toototobi e Parawau), além de Sururucu, Aratha u, Hakoma, Xitei, Parafari, Homoxi, Auaris, Catrimani e Ajarani (MAIA, 2000).

A partir de 2000, a CCPY, também com sede em Brasília e escritório em Boa Vista, consolidou e expandiu o seu programa de educação intercultural, em quatro novas regiões, no estado de Roraima, chegando a um total de 35 escolas Yanomami. Iniciou-se então um programa de apoio à capacitação e representação políticas dos Yanomami a fim de ampliar sua participação em foros regionais, nacionais e internacionais relevantes à defesa dos seus direitos. Completando estas iniciativas, começou a desenvolver um programa de gestão ambiental na Terra Indígena Yanomami, tendo como objetivo de assegurar a proteção dos seus recursos naturais, com a implementação de sistemas

agroflorestais em regiões de longa e crescente concentração populacional, o reflorestamento de áreas degradadas pelas atividades garimpeiras, a construção de poços artesianos em áreas atingidas por seca, e incentivo ao desenvolvimento de uma apicultura²⁰ - meliponicultura²¹ indígena (COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI, 2021, online).

Em concomitante a essas atividades, coordenadas por seu escritório em Boa Vista, Roraima, a CCPY, a partir da sua sede em Brasília, continua a desempenhar seu papel tradicional de apoio político e jurídico aos Yanomami com suas principais linhas de ação: Divulgação de informações relativas à situação e às iniciativas dos Yanomami através de boletins, eletrônicos, website, comunicados de imprensa, manifestações políticas e culturais; Monitoramento das políticas públicas e medidas legislativas que os afetem direta ou indiretamente; e, assessoria jurídica permanente para a defesa dos seus direitos territoriais, culturais, sociais, civis e políticos no âmbito nacional e internacional.

Hoje a Comissão Pró-Yanomami continua sendo umas das mais importantes ONG em defesa dos direitos do povo Yanomami, elabora projetos para captação de recursos, administra os programas de campo e participa de intercâmbio com várias organizações através da Rede de Cooperação Alternativa, fórum internacional que congrega ONG's e organizações indígenas no Brasil e no exterior (COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI, 2021).

2.6. A demarcação da Terra Indígena Yanomami

A partir dos primeiros contatos o povo Yanomami, até então isolado, passa a sofrer assédios da sociedade nacional (missões religiosas). Com a construção da BR-210, e com a divulgação do projeto RADAM determinam o avanço de invasões na TIY, assim como já mencionado no início deste capítulo, levando doenças e mortes à população indígena da região.

²⁰ É a atividade de criação de espécies de abelhas do gênero *Apis* para fins de produção de mel, pólen apícola, própolis, cera de abelhas, geleia real e apitoxina ou para serviços de polinização. Disponível em: <https://abelha.org.br/faq/39-o-que-e-apicultura/>.

²¹ Criação de abelha sem ferrão. É uma atividade sustentável que não prejudica o meio ambiente, gera produto de valor econômico como mel e própolis, e aumenta a produtividade de diversas culturas agrícolas. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/111373/1/Folder-Meliponicultura-portugues.pdf>.

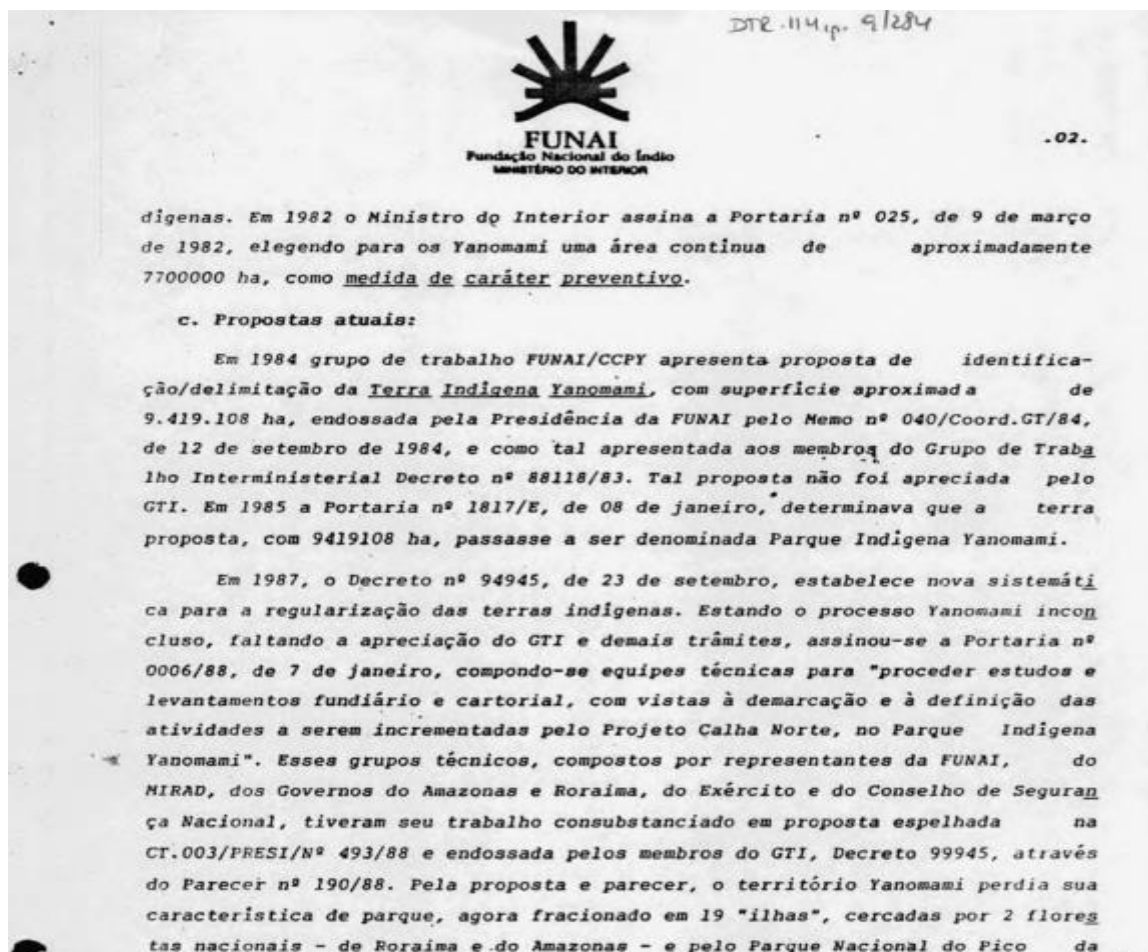
Em 1969 o Ministro do Estado do Interior Afonso Augusto de Albuquerque Lima, submete a Presidência da República uma minuta de Decreto criando o Parque Indígena Yanomami. Nos anos 1977-78, portarias delimitam 21 áreas separadas para os indígenas, mas em 1979 a Comissão para o Parque Indígena Yanomami (CCPY) propõe uma área contínua de 65.000,00 há, em contrapartida em 1980, a FUNAI apresenta outra proposta da Criação do Parque 10.000,00 há aproximadamente, para seguidamente propor um parque descontínuo, constituído por 11 ilhas²², separadas por corredores ecológicos que não seriam consideradas indígenas. Em 1982 o Ministro do Interior assina a portaria nº 025, de 09 de março de 1982, elegendo para os Yanomami uma área contínua de aproximadamente 77.000,00, como medida de caráter preventivo²³. (Esse trecho reescreve o texto do documento inicial da figura 13 e 14).

Até o território Yanomami ser demarcado houve muita discussão e polémica envolvendo principalmente as questões jurídicas, no entanto, cito brevemente o resumo de como ocorreu, mostrando alguns documentos importantes que reforçam o argumento. A reivindicação do reconhecimento oficial dos direitos territoriais Yanomami foi objeto de persistência e determinação, principalmente, da CCPY desde 1978. Em 10 de agosto de 1988 foi anunciada em Brasília, pelo presidente da FUNAI na época, a Portaria nº160, que tinha como objetivo elaborar e delimitar as terras Yanomami, tal portaria foi reformulada em 18 de novembro sob a forma da Portaria nº 250. O ministro do Interior apresentou essa medida como resposta à sociedade nacional e internacional preocupada com a proteção da população Yanomami e a preservação de suas terras (ALBERT e TOURNEAU, 2004).

²² A teoria da “biogeografia de ilhas” foi proposta na década de 1960 pelos ecólogos Robert MacArthur e Edward O. Wilson para explicar a riqueza de espécies em ilhas. Atualmente a teoria é aplicada não apenas para ilhas oceânicas, mas também em referência a qualquer habitat que esteja isolado por um ambiente inadequado às espécies presentes na “ilha”, como por exemplo lagos isolados por terra, picos de montanhas isolados por planícies, fragmentos florestais isolados por áreas desmatadas, clareiras em uma floresta isoladas por árvores etc. Esta teoria propõe, basicamente, que a riqueza de espécies em uma ilha é mantida em um equilíbrio entre migrações e extinções — com espécies continuamente sendo substituídas —, que por sua vez dependem de dois fatores: o tamanho da ilha e seu grau de isolamento. A teoria da biogeografia de ilhas tem sido muito aplicada para estudar o efeito da fragmentação de habitats e, assim, embasar as decisões sobre a necessidade de implantação de corredores ecológicos, por exemplo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/ecologia/biogeografia-de-ilhas/>.

²³ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/bmn_arquivonacional/75807.

Figura 13: Memórias Reveladas\ASI-FUNAI - Assessoria de Segurança e Informação da FUNAI\Diretrizes para tutela dos índios\Demarcação de ²⁴.



O documento (Figura 13 e 14) mostra resumidamente os processos iniciais para que ocorresse a demarcação da Terra Indígena Yanomami, a demarcação da TIY ocorreu em meio à polêmica devido ao fato de ocorrer subtração do tamanho real da área que seria demarcada, dando margem para que as invasões garimpeiras aumentasse no território. Para que houvesse êxito na demarcação, desde 1988 a comunidade internacional começou a se mobilizar para defender o povo Yanomami, ONGs europeias como *Survival Internacional* levaram o caso dos Yanomami para representantes políticos europeus e para a União Europeia.

²⁴ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/bmn_arquivonacional/75808.

Figura 14: Memórias Reveladas\ASI-FUNAI - Assessoria de Segurança e Informação da FUNAI\Diretrizes para tutela dos índios\Demarcação de²⁵.

A 20 de outubro de 1989 o Juiz Federal da Sétima Vara, por força da liminar, interditou todo o território identificado em 1984 e endossado em 1985 por Portaria da Presidência da FUNAI, com 9.419,108 ha. Dada a gravidade da situação e para pôr cobro ao descalabro e à violência praticada contra os Yanomami, o Decreto nº 98502, de 12 de dezembro de 1989, aprovou o Plano de Defesa das Áreas Indígenas Yanomami, para retirada dos invasores e atenção à saúde dos índios, com a participação do Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Aeronáutica e outras entidades, sob coordenação da FUNAI. Tais trabalhos ainda estão em andamento.

Por sua vez, também a FUNAI reagiu. A 17 de agosto de 1990, através da CT 003/PRESI/Nº 355/90, o Presidente do órgão encaminhou ao Ministério da Justiça proposta para reestudo da terra Yanomami, reconhecendo que seu fracionamento em 19 áreas contribuiu "para o enfraquecimento físico e cultural dos seus habitantes, facilitando inclusive as invasões garimpeiras". Assim, propôs a constituição da "Comissão governamental de alto nível" sob sua coordenação, e integrada pela SAE, SENAM e Ministério da Justiça, para reestudo da questão do território contínuo para os Yanomami.

A 17 de outubro de 1990, através do Of. 003/PRESI/Nº 003/90, o Presidente da FUNAI encaminha ao Ministério da Justiça Exposição de Motivos e projetos de decreto de criação do Parque Indígena Yanomami, como território contínuo, indo de encontro à tese das florestas e parque nacionais como "amortecedores" dos impactos sobre mencionada área indígena, ou seja, reconhecendo a posse permanente e a ocupação tradicional Yanomami sobre os cerca de 9 milhões de hectares identificados, delimitados e aceitos pela FUNAI.

Brasília, 28 de janeiro de 1991.

SUAF/FUNAI

SUAF/SAD/dcs

A ação internacional teve o apoio no interior do país de alguns representantes da sociedade civil e notadamente do senador Fernando Henrique Cardoso. Quando Collor de Mello, recentemente eleito, esteve na Europa enfrentou críticas e uma opinião pública acalorada e retornando ao Brasil, providenciou a retirada de garimpeiros do território Yanomami. Defensores de direitos indígenas estavam cientes da ameaça que a mineração de ouro representava para os Yanomami. Em 1987, por exemplo, o senador Severo Gomes apresentou um projeto para a demarcação do Parque Indígena Yanomami no Congresso brasileiro. Nesse mesmo ano, Davi Yanomami, escreveu ao presidente Sarney denunciando as invasões dos garimpeiros, a ameaça à saúde, o estilo de vida e a cultura dos Yanomami. Nos três anos

²⁵ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/bmn_arquivonacional/75809.

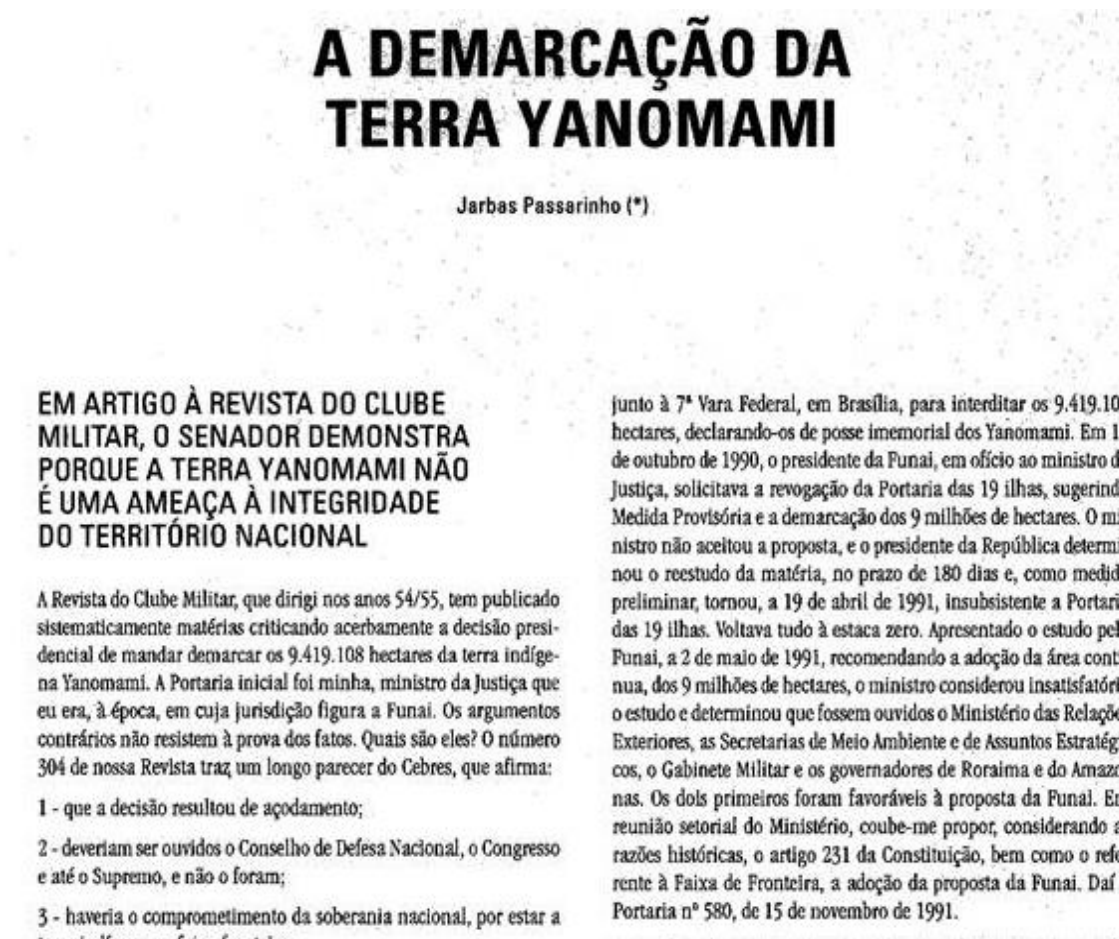
seguintes, os meios de comunicação nacionais e internacionais publicaram informações sobre os confrontos e violência entre os garimpeiros e o povo, e sobre os surtos de epidemias no território indígenas como resultado do contato indevido com os garimpeiros (ZEMA, 2014).

Em março de 1990, o novo presidente havia decidido visitar o povo Yanomami, logo após este encontro, anuncia que um novo estudo de delimitação das terras Yanomami seria executado. Ele propõe igualmente uma reformulação do Projeto Calha Norte (PCN) sugerindo que, para continuar, o PCN deveria vir acompanhado de uma séria política ambiental. A este respeito, o presidente neutraliza alguns aspectos da hegemonia militar na Amazônia, o que provoca tensões entre os militares e a Presidência da República. O presidente Fernando Collor de Mello, finalmente, assinou o decreto de demarcação da terra indígena Yanomami contínua às vésperas da Rio 92. Este ato político, sem dúvida, não deixa de representar um grande passo à frente na aplicação dos direitos indígenas no Brasil (ZEMA, 2014).

Em seu discurso o ex Presidente Collor disse que sua decisão se apoiou em “ sólido consenso no âmbito do poder executivo”, frisando que a demarcação da área faria fronteira como o território do povo Yanomami da Venezuela, em nenhum momento comprometeria a soberania nacional, como argumentam os ministros militares na época (PIB, 1996). Ele reforça que:

Com a decisão de hoje, a soberania continua intacta e saiu reforçada, pois, estamos colocando em prática o Artigo 20 da Constituição, que inclui, entre os bens da União, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios; e o artigo 231, que determina que essas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis (PIB, 1996, p. 225).

Figura 15: A demarcação da Terra Yanomami²⁶.



A Revista Clube Militar (Figura 15) publica sistematicamente matérias criticando a decisão do Presidente por demarcar os 9.419.108 hectares do território Yanomami, destacando que, a decisão resultou de adoçamento; deveriam ser ouvidos o Conselho de Defesa Nacional, o Congresso e também o Supremo; haveria o comprometimento da soberania nacional, por estar a terra indígena na faixa de fronteira; e a área a demarcar era excessiva, para “reduzir número de índio”, foram essas as críticas. Em resposta, o senador Jarbas Passarinho diz: “A portaria inicial foi minha, ministro da justiça que eu era à época, em cuja jurisdição figura a FUNAI. Os argumentos contrários não resistem à prova dos fatos”.

Além disso, em 1990, a demarcação da terra indígena Yanomami foi definida por políticos locais e nacionais como sendo o resultado de uma conspiração internacional que visava impedir a exploração dentro da terra

²⁶ Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/Hemerolndio/16309>.

indígena. Mas tais acusações infundadas não tiveram qualquer impacto real sobre a demarcação do território Yanomami (ZEMA, 2014). Finalmente a demarcação da Terra Indígena Yanomami (TY) foi oficializada no Brasil em 1991 e homologada por um decreto presidencial em 25 de maio de 1992²⁷.

2.7. O Massacre de Haximu: tudo pelo ouro

A aldeia Haximu, está localizada na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, no estado do Roraima. O massacre de Haximu ocorreu no ano de 1993, o povo Yanomami da aldeia Haximu quase sofreu um extermínio, o crime em Haximu ganhou repercussão internacional, sendo pouco mencionado aqui no Brasil.

O contexto do massacre de Haximu foi o conflito entre os indígenas Yanomami e os garimpeiros que faziam garimpo ilegal de ouro na região. Na época, estava em curso “a corrida do ouro no Brasil”, e após a construção da Rodovia Perimetral Norte através da terra demarcada onde os Yanomami vivem, os encontros entre indígenas e não indígenas passou a ser uma realidade cotidiana (BRUNATO, 2020). Apenas por uma questão de sorte é que foram capazes de sobreviver ao ataque, que ocorreu com intenções genocidas ao povo Yanomami em suas terras.

Bruce Albert, faz uma narrativa de como a armadilha garimpeira agiu em Haximu, a origem do massacre está numa situação crônica de conflitos que ele chamou de interétnico que se instalou no território Yanomami, ocasionada pela presença predatória da atividade garimpeira. No entanto, desde o início da bendita corrida ao ouro no ano de 1987, vários assassinatos de indígenas ocorreram (ALBERT,1996). Esse cenário lamentável de invasões nas terras indígenas e de massacre se repete novamente, crianças Yanomami sendo sugadas por dragas de garimpo. Portanto, é importante tornar claro o contexto social e econômico capaz de gerar essas violências genocidas.

Os garimpeiros agem friamente e são calculistas antes de se instalarem em uma área dentro da TIY, chegam em pequenos grupos, assim sentem-se vulneráveis em relação aos indígenas, e temendo reação negativas tentam comprar os indígenas distribuindo bens materiais e comidas, (ALBERT,1996).

²⁷ Ver em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1992/decreto-53917-25-maio-1992-607961-publicacaooriginal-128896-pe.html>.

Fazem igual os colonizadores quando chegaram aqui, fizeram-se de amigos dos povos originários para em seguida massacrar nossos ancestrais. Os Yanomami têm pouca experiência com os não indígenas e veem essa atitude como demonstração de generosidade, enquanto esse contato “amigável” ocorre, os indígenas não sentem o impacto sanitário e ecológico do garimpo, os garimpeiros por sua vez fazem o papel de “novos colonizadores”, invadindo territórios indígenas e massacrando os povos indígenas, assim como feito em 1500.

Assim o número de garimpeiros vai aumentando substancialmente já não sendo preciso manter a generosidade inicial, os indígenas passam de ameaças a estorvo com suas insistentes demandas pelos bens não indígenas que se acostumaram a receber, os garimpeiros irritam-se e fazem promessas falsas para afastá-los, como atitudes agressivas (ALBERT,1996). Surge assim os primeiros impasses que levam ao conflito, os indígenas se tornam dependentes dos garimpeiros e estes já se recusam a comprar a boa vontade dos Yanomami, essa contradição está na raiz de todos os conflitos envolvendo os Yanomami e os garimpeiros no território indígena, segundo Albert.

Por volta de 1993, as relações entre os garimpeiros do rio Taboca, no alto Orinoco, na Venezuela, e os Yanomami de Haximu já haviam chegado e tal impasse. A partir do dia 15 de julho os fatos se precipitam, quando seis rapazes de Haximu chegam em uma área de garimpo para pedir comida e bens de troca, conforme a recomendação dos anciões, no entanto, receberam apenas comida e um bilhete para ser entregue em outra área rio acima, com promessa de que lá eles conseguiriam as coisas (ALBERT,1996). Assim os garimpeiros enganavam os indígenas, a fim de ganhar mais tempo com a exploração em suas terras.

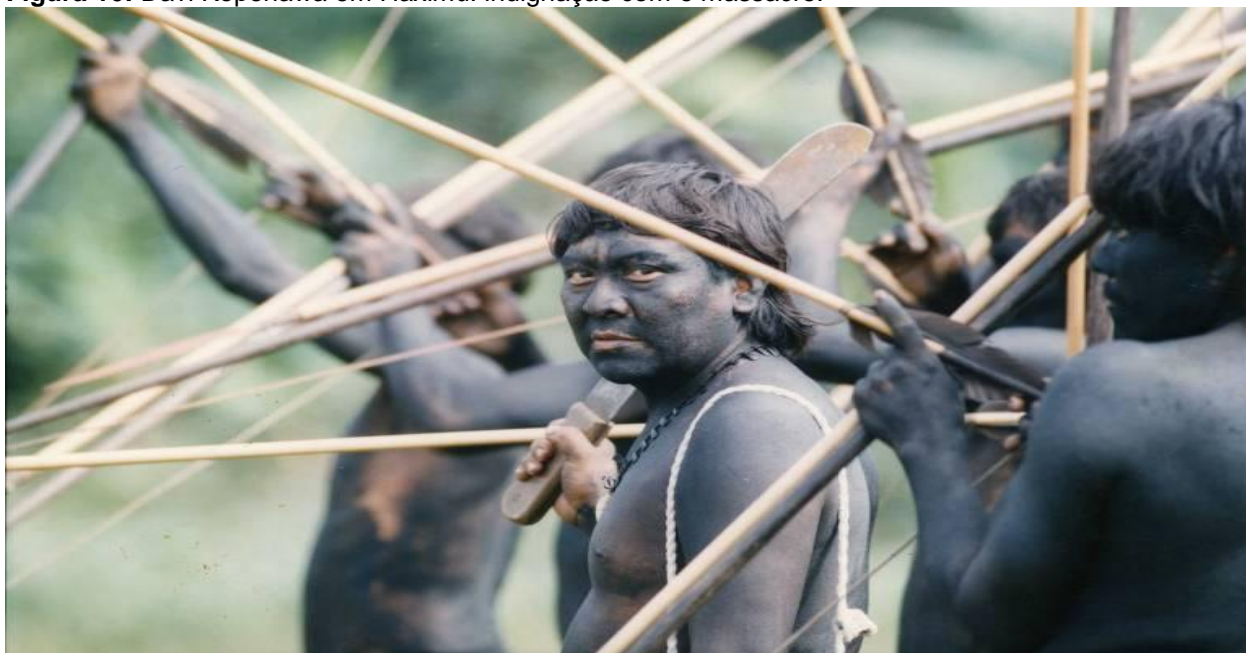
Na área seguinte onde se encontram outros garimpeiros os Yanomami, conseguem alguns mantimentos e roupas, em seguida são mandados irem embora, os garimpeiros chegam a cogitar de matar os seis rapazes ali mesmo, mas temem presença de outros indígenas que pudessem estar escondidos na floresta. Mas decidem atacá-los na trilha de volta para as malocas. Após uma longa caminhada os rapazes Yanomami param para descansar e comer o que receberam da maloca, em seguida chegam os garimpeiros em torno de cinco ou seis que os convidam para caçar anta e visitar uma outra área onde há

garimpeiros, mesmo estranhando o convite os indígenas aceitaram o convite (ALBERT,1996). Mal sabia os indígenas que estavam indo rumo a uma armadilha orquestrada friamente pelos garimpeiros.

Um pouco adiante, o último Yanomami sai da fila para defecar; passando sua espingarda – a única dos rapazes – para outro Yanomami e se embrenha no mato dizendo aos outros para seguir adiante. Bruscamente, um deles imobiliza o braço do índio que segura a arma e atira a queima-roupa em seu ventre com uma espingarda de dois canos serrados. Mais três índios a seguir são fulminados pelos outros garimpeiros. Um dos assassinos contou depois que um dos rapazes se agachou com as mãos no rosto e, tentando escapar da morte, suplicou: 'garimpeiro amigo'. Foi sumariamente executado com um tiro no rosto (ALBERT, 1996, p.204).

A seguir, na imagem abaixo Davi Kopenawa e outros Yanomami demonstram toda sua indignação após o massacre de Haximu.

Figura 16: Davi Kopenawa em Haximu: indignação com o massacre.



Fonte: ISA, 1991/95. Ormuzd Alves/folha imagem (set/93).

E seguindo, o Yanomami que saiu da fila, ouviu os tiros e com medo jogou-se no rio Orinoco, conseguindo fugir, outro jovem de 18 anos que estava na frente de todos na trilha também tentou escapar, mas é encurralado entre três garimpeiros que, “dispostos em triângulo, se revezam em atirar no rapaz como se fosse tiro ao alvo”, mas graças a sua agilidade conseguiu desviar dos dois

primeiros tiros, mas é ferido pelo terceiro. Contudo, ele consegue escapar se jogando também no rio Orinoco. Há outro sobrevivente este conseguiu chegar as malocas do Haximu e relata o assassinato dos seus parentes, após ocorrido os Yanomami se vingam matando um garimpeiro e ferindo outro. Esse ataque enfurece os garimpeiros, a partir disso começam a planejar o massacre, a operação para o massacre foi patrocinada por empresários da região, (ALBERT,1996). Assim ocorre nos dias atuais, as invasões por garimpeiros na terra indígena Yanomami, se intensificou desde o início da pandemia ocasionada pelo Covid-19, e continuam sendo organizados e patrocinados por empresários.

No dia em que ocorreu o massacre em Haximu, a maioria das mulheres saíram para buscar frutas como o ingá na roça, que ficava a várias horas a pé e junto com elas vão quase todas as crianças e um líder, ficam na aldeia cerca de dezenove pessoas. Algumas horas depois, por volta de meio-dia, os garimpeiros chegam na aldeia e cercam de um lado, crianças brincavam, mulheres cortavam lenha e os demais encontravam-se deitados nas redes. Um dos garimpeiros dispara o primeiro tiro e os demais o seguem, abrindo fogo, ao mesmo tempo que seguem em direção às vítimas, em meio ao tiroteio e violência alguns indígenas conseguem escapar, incluindo crianças, duas meninas de seis e sete anos e uma menina de dez anos, isso graças a complexidade dos abrigos e o emaranhado da vegetação típica de roça velha (ALBERT,1996).

As duas meninas pequenas e um dos guerreiros saem feridos com chumbo espalhado pelo rosto, pescoço, costas e braços; a menina maior recebe um ferimento muito mais grave na cabeça no qual viria a falecer mais tarde. Do esconderijo, os fugitivos continuam a ouvir gritos abafados pelo estrondo dos tiros. Longos minutos depois, os garimpeiros interrompem o tiroteio e entram nos abrigos para terminar de matar quem ainda está vivo. A golpe de facão matam não somente os feridos, mas os poucos que não haviam sido atingidos; por fim, mutilam e esquartejam todos os cadáveres crivados de bala e chumbo (ALBERT, 1996, p. 206).

No massacre morreram doze Yanomami, um homem e duas mulheres idosas, uma jovem de outra aldeia (Homoxi) que estava de vista em Haximu, três meninas adolescentes, uma menina de um ano, outra criança de três anos e três meninos entre seis e oito anos. Três dessas crianças eram órfãs de pais mortos pela malária. A mulher de Homoxi tinha dezoito anos e foi atingida por um tiro de

espingarda a menos de dez metros e imediatamente por outro em menos de dois. “Uma idosa cega foi assassinada a ponta pés e um bebê deitado numa rede foi embrulhado num pano e trespassado com faca” (ALBERT,1996, p. 206).

Os garimpeiros se dão conta de que não exterminaram todos os Yanomami de Haximu. E voltam com duas espingardas que estavam nos abrigos da aldeia, disparam dois foguetes para assustar os indígenas, evitando assim possível perseguição, e retornam ao garimpo. Algumas semanas depois, se ouve a notícia do massacre pela Rádio Nacional, os garimpeiros ameaçam de morte quem os delatar, e assim se espalham pelo país em fuga. Quando finalmente cessou o tiroteio um dos indígenas que escapou ileso, corre até onde as mulheres estavam coletando ingá, e relata o que houve e pede para todos se esconderem, o indígena retorna para a aldeia e procura a arma e não encontra, solicita então que três mulheres vão à Makayu a aldeia onde os indígenas de Haximu encontravam-se refugiados. Elas caminham por hora até chegar e contar a notícia do massacre, há muita comoção, descrevem de forma intensa e dramática a forma de como as mulheres e crianças foram mutiladas ou esquartejadas, (ALBERT,1996).

Os homens partem rapidamente para o local do massacre e chegam no início da noite, unem-se aos feridos e aos demais sobreviventes, a situação era de terror e revolta. “O forte cheiro de sangue força-os a passar a noite um pouco afastados da cena do massacre”. E, ao amanhecer começam a cremação e os ritos funerários de acordo com sua cultura e tradição, nem o risco de serem novamente atacados os impedem de realizar um funeral apropriado a seus parentes. A cremação tem início de imediato devido os Yanomami estarem temerosos a outro possível ataque dos garimpeiros. Os corpos para a cremação ficam dispostos em posição fetal nas piras crematórias individuais, os adultos são cremados ainda no acampamento, o corpo dos mais jovens são levados para outra aldeia onde haviam passado a noite e lá são cremados (ALBERT,1996).

Para os Yanomami as cinzas dos mortos são os bens mais preciosos, elas ficam sempre aos cuidados das mulheres, que as levam consigo mesmo quando viajam. Após a cremação, os habitantes de Haximu coletam todos os pertencentes dos mortos para serem distribuídos durante os ritos funerários. Após as cremações os Yanomami recolhem todos os pertences dos mortos para

serem depois destruídos durante os ritos funerários. Na figura a seguir mostra imagem de Yanomami com as cinzas de seus parentes que foram vítimas do massacre em Haximu.

Figura 17: Yanomami com as cinzas dos parentes vitimados no Massacre de Haximu.



Fonte: Carlo Zacchini, 1991/95 (ISA, 2020).

Os habitantes de Haximu fogem por dias cruzam o Orinoco até finalmente chegarem à maloca do Marcos (líder indígena) no alto Pato Tou, afluente do Toototobi, já no estado do Amazonas, no dia 24 de agosto de 1993, cerca de um mês após a chacina. Os sobreviventes escolhem Toototobi por ser livre de garimpeiros, os Yanomami da aldeia são seus amigos e por ter um posto de saúde o qual já havia usado várias vezes para se tratar de malária. Já na maloca de Marcos, os indígenas de Haximu foram pulverizando os ossos dos parentes mortos, guardando-os em cabaças lacradas e mantidas em cestas de trama abertas ou embrulhadas em panos (ALBERT, 1996).

Organizaram uma grande cerimônia funerária em homenagem aos mortos, as cinzas dos adultos serão enterradas junto às fogueiras domésticas de seus parentes e das crianças foram tomadas com mingau de banana. Durante esse processo de cerimônia, as cabaças, as cestas e todos os objetos que pertenciam aos mortos serão também queimados. A destruição

dos pertences dos mortos, a obliteração de seus nomes pessoais e o enterramento ou ingestão de suas cinzas nos rituais funerários Yanomami têm por objetivo que o espectro possa viajar definitivamente para o mundo dos mortos nas “costas do Céu” sem a possibilidade de voltar e atormentar os vivos. Para que isso aconteça, é necessário que estes comemorem os seus mortos até que todas as cinzas acabem, durante sucessivas cerimônias mortuárias” (ALBERT, 1996, p. 207).

A figura abaixo mostra a imagem de Yanomami chorando a dor da perda de seus parentes, com olhares de tristeza e luto. Para o que ficaram lhes restou honrar os parentes na cerimônia de cremação.

Figura 18: Yanomami Choram seus mortos em Haximu²⁸.



Fonte: Maurílio Claretto/AE (SET/93).

Devido a isso que povo de Haximu teve que buscar todos os pertences de seus parentes mortos, mesmo sabendo que poderiam sofrer um possível ataque novamente dos garimpeiros, pois, se não a fizessem iriam condenar seus espíritos a circular entre dois mundos, assombrando os vivos, ficariam perdidos e para os Yanomami é pior que a própria morte. Sobreviveram sessenta e nove indígenas, estes já refugiados na maloca do Marcos aos poucos foram reconstruindo a vida, com planos de abrir novas roças e construir novas casas.

²⁸ Disponível: <http://www.docvirt.com/docreader.net/hemeroindio/16318>.

No entanto, o luto do povo durou até as cinzas dos mortos acabar, é quando a sua vida voltará a normalidade, eles nunca esqueceram que os não indígenas são capazes de matar mulheres e crianças, “como espírito de comedores de gente” (ALBERT,1996). Para os Yanomami os garimpeiros não são dignos de ser considerados nem inimigos e só esperam que estes assassinos sejam “trancados” pelos não indígenas para nunca mais retornarem aos seus territórios, levando dor e a tristeza.

2.8. A (re) invasão da TIY

Em agosto de 1992, uma nova onda de invasões ocorre novamente no território Yanomami, cerca de quinhentos garimpeiros usam pistas clandestinas nas regiões de Catrimani, Aracaça e Parafuri, a denúncia foi feita pelo coordenador da Operação Yanomami. A invasão coordenada por empresários do garimpo com atuação me Boa Vista/RR, se consolidou naquela época quando ocorria a COP-92, (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 1995), a Polícia Federal em parceria com a FUNAI, através da Operação Selva Livre, retirou cerca de quatro mil garimpeiros e apreendeu mais de 500 gramas de ouro (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL,1995).

Embora a intensidade dessa corrida do ouro tenha diminuído muito a partir do começo dos anos 1990, até hoje núcleos de garimpagem continuam encravados na terra Yanomami, de onde seguem espalhando violência e graves problemas sanitários e sociais, sendo que o acesso a muitos desses núcleos se dá por terra ou rio partindo-se do limite leste da TIY, (HUTUKARA, 2021). Em denúncia Davi Kopenawa escreve uma carta comunicando a preocupação do povo Yanomami devido a nova onda de invasão na área Yanomami pelos garimpeiros. Os garimpeiros encontravam-se pelas proximidades de do rio Catrimani e no alto Catrimani, estando também nos arredores de Xiteia, Homoxi, Papiu e Parafuri, havendo 35 pistas de pouso ilegais no território Yanomami e cerca de três mil garimpeiros em solo brasileiro e cerca de quatro mil em solo venezuelano (DAVI KOPENAWA,1996 apud ISA, 2000).

Nós Yanomami queremos ajuda de vocês para divulgar essa notícia sobre a invasão dos garimpeiros. Pedimos que esta

denúncia seja transmitida para vários países da Europa e nos Estados Unidos para que eles tomem conhecimento do que está ocorrendo de novo na área Yanomami. Pedimos que as organizações destes países, que apoiam as questões indígenas enviem cartas ao presidente do Brasil pedindo que ele libere verbas para operação de retirada dos garimpeiros para que acabe com urgência a invasão da área Yanomami. Caso os garimpeiros não sejam retirados logo, as doenças voltarão a aumentar de novo. (Davi Kopenawa Yanomami, 05/06/1996 *apud* ISA, 2000, p. 349).

No entanto, a Polícia Federal disse que faltava recurso para agir, a falta de pessoas e de dinheiro para o processo de fiscalização das reservas indígenas do Estado facilita a invasão de garimpeiros na região, sobretudo, nas terras do povo Yanomami (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2000).

Em 09 de dezembro de 2002, novamente centenas de garimpeiros aproveitando-se da morosidade de da desarticulação do poder público tornam a invadir o território Yanomami da região de Paapiu, uma das regiões mais atingidas durante a corrida pelo ouro na década de 1980, levou milhares de garimpeiros ao interior do território em busca de ouro (PATEO, 2006). Com o retorno das invasões os Yanomami então escreveram uma carta denúncia para a FUNAI, nela relatava detalhes da invasão em suas terras, narrando o dia e o horário das invasões.

No dia 1 de agosto de 2002, um avião de garimpeiros desceu, às 7 horas da manhã. No dia 2 outro avião desceu, às 8 horas. No dia 4 outro avião desceu, às 10 horas. No dia 5 outro avião desceu, às horas. No dia 11, outro avião, às 6 horas. No dia 12, outro avião, às 12 horas. No dia 14 o avião desceu às 9 horas. No dia 15 às 8 horas. No dia 16, às 4 horas da tarde. No dia 18, às 3 horas. No dia 19 desceu às 8 horas, (trecho da carta denúncia, 2002, *apud* PATEO, 2006. p. 341).

Essa breve citação, é trecho da carta que os Yanomami escreveram denunciando a invasão, e está contida no documento a seguir (*Figura 21*), destaquei no texto para melhor visualização.

Figura 19: O retorno do caos. Periódicos\Aconteceu Especial\Povos Indígenas no Brasil - 2001-2005²⁹.

O Retorno do Caos

Rogéria Duarte do Patto

Antropóloga, pesquisadora do NHI/USP e Instituto Socioambiental

CENTENAS DE GARIMPEIROS SE APROVEITAM DA MOROSIDADE E DA DESARTICULAÇÃO DO PODER PÚBLICO E VOLTAM A INVADIR A TI YANOMAMI

No dia 9 de dezembro de 2002, os Yanomami do Paapiu, uma das regiões mais atingidas pela corrida do ouro que levou milhares de garimpeiros ao interior de seu território no final da década de 1980, escreveram em uma carta dirigida à Funai:

“No dia 1 de agosto de 2002, um avião de garimpeiros desceu, às 7 horas da manhã. No dia 2 outro avião desceu, às 8 horas. No dia 4, outro avião desceu, às 10 horas. No dia 5, outro avião, às 9 horas. No dia 11, outro avião, às 6 horas. No dia 12, outro avião, às 12 horas. No dia 14 o avião desceu às 9 horas. No dia 15 às 8 horas. No dia 16 desceu às 4 horas da tarde. No dia 18 às 3 horas. No dia 19 desceu às 8 horas”.¹

O controle dos pousos e decolagens testemunhados pelos Yanomami em uma pista conhecida como “Rangel”, nas proximidades do rio Couto de Magalhães (RR), engrossa uma longa lista de

nas aldeias, limitando assim a capacidade de comunicação e vigilância territorial dos Yanomami. Como era esperado, o relaxamento da fiscalização do tráfego aéreo e o sucateamento da estrutura em área potencializaram as oportunidades para os invasores.

Incentivados por uma nova tendência de aumento nas cotações do ouro no mercado internacional (cerca de 550 dólares a onça na *London Bullion Market* em janeiro de 2006 – a maior cotação desde 1981), os garimpeiros embrenham-se na mata em busca de novos veios para a extração do minério.

Dia 23 de novembro de 2005, 52 Yanomami do Haxiu, uma aldeia localizada a cerca de 20 km de distância do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) do Exército Brasileiro, prenderam três garimpeiros que perambulavam por sua região. Eram exploradores em busca de novos sítios para a exploração do ouro, indicação clara da expansão das atividades de exploração ilegal do minério no interior da TI Yanomami. A situação torna-se ainda mais grave se considerarmos o recente fechamento de diversos pólos de atendimento no coração da área, dentre eles o Pólo Base de Homoxi, no Alto Rio Mucajai, um dos centros da invasão da década de 1980. O abandono dessas unidades de saúde, além

Os controles de pouso e também decolagens testemunhadas pelos Yanomami, endossa uma longa lista de denúncias, cartas e solicitações encaminhadas aos órgãos competentes com o objetivo de tentar barrar mais uma invasão maciça de garimpeiros que estavam reocupando antigas grotas de exploração de ouro. Os Yanomami ficaram aterrorizados pela perspectiva de novamente passarem por todo o impacto devastador provocado pela invasão, levando doenças para o povo, degradando o meio ambiente, levando violência física e também sexual.

2.9. Cada centímetro do território (demarcado) importa, tem nome e tem história

²⁹ Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/hemeroindio/18144>.

Ao contrário do que o atual presidente da república disse em sua campanha à presidência que não demarcaria nenhum centímetro de terra indígena, para nós povos indígenas cada centímetro de terra demarcado importa.

Ouvimos muito a frase “há muita terra indígena para poucos índios”, mas podemos dizer também que há muita fazenda para poucos fazendeiros. Pois, não é o número de indígenas num território que define a sua presença nesse espaço, mas sua forma de organização social e pela maneira de como se relacionam com a natureza para sobreviver, (ROGEDO *apud* PASSARINHO, 1996).

Os Yanomami estavam em seus territórios há milhares de anos, as terras entre as diversas aldeias têm evidências de ocupação permanente, são redes de trilhas, inúmeros acampamentos de caça em cada parcela da floresta. O povo é considerado nômade pelo fato de estarem em constante movimento entre as aldeias, mas em vez de nomadismo, há interações entre as aldeias durante cerimônias fúnebres ou em cerimônias de casamento. Limitar o espaço territorial do povo ao local ou imediações de cada aldeia é causar danos irreparáveis à sua organização social, crença e tradição, (PASSARINHO, 1996). Cada espaço do território para os povos tem história, tem nome e carrega consigo inúmeros saberes e cosmologias do povo e que somente o povo é detentor desses saberes, sobretudo, quando diz respeito ao povo Yanomami.

O Terra Indígena Yanomami, não é somente tradicional, mas imemorial ocupada pelo povo, habitam as bacias dos rios Negro e Branco, cujo, o ponto de dispersão original teria sido a Serra do Parima, onde está a maior concentração, a de Surucucus. As terras indígenas são imemoriais, para nós não há valor em dinheiro ou mercadoria que possa comprar nossos valores, nossas crenças e tudo aquilo no qual acreditamos.

Na luta pela defesa das nossas terras, surgiram muitas Organizações não governamentais (ONGs) de apoio à nossa luta. As ONGs não tinham todas um mesmo campo de ação. O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), com sede em São Paulo, concentrava seus projetos nos índios Krahô de Goiás, nos Sateré-Mawé do Amazonas e Waiãpi do Amapá; a Comissão Para Criação do Parque Yanomami (CCPY) criada em 1978, se ocupava exclusivamente do povo Yanomami; o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), hoje

Instituto Socioambiental (ISA), se interessava tanto por questões indígenas quanto ambientais (RAMOS, 1998 apud ZEMA, 2014, p. 239). Essas ONGs quebraram, de certa forma, o monopólio da FUNAI em matéria de política indigenista e preencheram as lacunas do Estado ao desempenharem um papel de assistência em diferentes níveis e áreas. A partir dos anos 80, essas ONGs começam a levar as reivindicações dos povos indígenas a nível internacional, para poder atingir de forma mais eficaz o nível nacional (ZEMA, 2014).

Os não indígenas (garimpeiros, madeireiros, posseiros, fazendeiros, empresários), os quais meus avós se referiam como *arigós*, não conseguem entender, muito menos compreender o respeito que temos pela natureza, pelos nossos territórios. Por isso invadem as terras indígenas em busca de minério e de exploração de recursos naturais como a madeira por exemplo, levando a devastação do mundo não indígena para dentro dos territórios. O território do povo Yanomami vem sofrendo inúmeras ameaças tanto de mineradoras quanto do setor agropecuário da região, que são as maiores interessadas em expandir suas atividades ao oeste do estado de Roraima (KOPENAWA e ALBERT, 2015). O contato com os não indígenas ocorreu de forma involuntária por parte do povo Yanomami, desde missões religiosas e pela invasão dos garimpeiros em suas terras.

Nas últimas décadas a estratégia dos povos indígenas é principalmente a nível internacional, levando denúncias de invasão e genocídio que ocorrem nos territórios indígenas como o povo Yanomami, foi o que ocorreu na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - (COP 26), ocorridas entre o dia 01 e 12 de novembro em Glasgow na Escócia, lideranças indígenas estiveram presentes para falar sobre a importância de preservar as terras indígenas e denunciando os crimes contra os povos indígenas.

A humanidade está cada vez mais descrente, essa descrença faz o não indígena agir de forma violenta com os povos, não respeitam a diversidade, a nossa cultura e nossas tradições que para nós é sagrado. Nos veem diferente por sermos povos das florestas, protegê-las com todas as nossas forças. Mesmo após 521 anos de invasão e contato, muitos povos indígenas ainda lutam pela demarcação e proteção dos territórios, não aceitaremos nenhum direito a menos.

3. Povo Yanomami: “Nossa Luta é Pela Vida”³⁰

3.1. Metodologia

Neste capítulo inicialmente, apresento a metodologia do trabalho, como surgiu o tema e faço um diálogo sobre os processos e os desafios pelo qual passei no decorrer da escrita dessa dissertação. Na segunda parte do capítulo, apresento as entrevistas com os líderes indígenas. Há uma questão que orienta esta pesquisa: “ O que é ser indígena”? Pois, de fato, precisamos dialogar sobre o assunto que permeia este trabalho.

Neste referido capítulo também apresento o resultado das conversas por intermédio das entrevistas que realizei com os líderes Yanomami, conversei primeiramente com Alberto Góes Yanomami, mais conhecido como Beto Góes Yanomami, tem quarenta anos de idade e é Técnico Protético. A imagem a seguir (*Figura 20*), mostra Beto Góes Yanomami junto a outros líderes Yanomami, seus primos e seu pai o Tuxaua³¹ Júlio Góes.

³⁰ A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, com suas organizações de base e parceiros, construiu o relatório “Nossa luta é pela vida” para expor as diferentes dimensões dos impactos da pandemia da Covid-19 entre os povos indígenas do Brasil.

³¹ Tuxaua: Líder do povo e/ou liderança do povo.

Figura 20: Imagem de Beto Góes Yanomami, foto cedida pelo entrevistado via aplicativo whatsapp. Fonte: Beto Góes.



Júlio Góes Yanomami-Ronsowe, Ronsowe significa Voz da Mata, Júlio Góes foi um dos líderes Yanomami que combateu a invasão de garimpeiros na região do Maturacá, que se localiza na região do Alto Rio Negro, fica a 30 minutos de avião do município de São Gabriel da Cachoeira-AM.

Beto Góes, seguindo o exemplo do pai como líder, atua principalmente na área da saúde indígena do povo Yanomami, foi presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) Yanomami, no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y). A função do CONDISI é atuar como controle social na fiscalização e monitoramento de como o SUS está atuando na implementação de políticas públicas de saúde específicas para os povos indígenas. O DSEI-Y, é uma dos 34 DSEI's no Brasil que fazem parte do organograma institucional da Secretaria Especial de Saúde indígena (SESAI).

Num segundo momento, conversei com Dario Kopenawa, outro importante líder do povo. Ele é o filho mais velho de Davi Kopenawa Yanomami, líder conhecido em todo o mundo pela defesa dos direitos do povo Yanomami.

Figura 21: Dário Kopenawa e Davi Kopenawa no lançamento da revista Trip – Dario Kopenawa Yanomami. Foto: Moreno Saraiva Martins/ISA. Fonte: Hutukara³²



A imagem (*Figura 21*), vemos Dario Kopenawa ao lado de seu pai, Davi Kopenawa. Dario Kopenawa Yanomami nasceu em 1982, na comunidade do *Watoriki* (Serra do Vento), também conhecida como Demini, no Amazonas. Dário segue os passos do pai, e começou sua luta ainda jovem quando, de 1997 a 1999, ele tornou-se professor em sua comunidade, encabeçando o projeto de educação intercultural bilíngue com grande ênfase na valorização da escrita da língua Yanomami. Em 2004 ele se tornou o responsável pela escola em sua comunidade, e ao mesmo tempo se juntou ao conselho de administração da Hutukara Associação Yanomami, da qual seu pai é o presidente (HUTUKARA, 2022).

Em 2003, em Paris, ele deu palestras para estudantes franceses durante a abertura da Exposição dos Yanomami na Fondation Cartier. Durante a mesma viagem, ele foi para a Itália a convite da Survival Internacional Itália, onde se encontrou com políticos e estudantes.

Tanto Beto Góes quanto Dario Kopenawa lutam em defesa dos direitos do povo Yanomami, seja na proteção territorial, na educação e na saúde.

³² Disponível em: <http://hutukara.org/index.php/hay/davi-kopenawa?start=5>.

3.2. A origem do tema

O meu tema de pesquisa inicialmente era outra temática. Porém, no início do ano de 2020 o planeta foi surpreendido com a pandemia do Covid-19. Em março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou oficialmente que o mundo estaria enfrentando uma pandemia gerada Covid-19, doença respiratória causada por pelo novo coronavírus SARS-CoV-2.

De acordo com a OMS (2020), o coronavírus é transmitido de pessoa para pessoa por meio de saliva ou gotículas respiratórias, que circulam quando alguém que está infectado espirra, tosse ou fala. A declaração de “pandemia” é um reconhecimento de que, no momento, existem surtos de Covid-19 em vários países, ou seja, no mundo todo. Com a declaração da pandemia, as autoridades alertaram que o método de prevenção mais eficaz seria o isolamento social da população, e os cuidados redobrados de higienização, pois, não havia vacina e em tão pouco se tinha previsão quando seria possível imunizar toda a população. A partir do 2º semestre de 2020 já havia previsão de possível vacina para o final daquele ano.

No Brasil, o coronavírus chegou, inicialmente, através de pessoas vindo de outros países e não indígenas e se espalhou rapidamente por todo o território nacional. A Covid19 espalhou como pólvora no território nacional chegando aos territórios dos povos indígenas, até em territórios que se encontram em regiões mais distantes das grandes capitais metropolitanas, como neste estudo no território povo Yanomami.

A Covid-19 se espalhou rapidamente pelos territórios indígenas, os casos aumentando diariamente, lideranças indígenas, nossos anciões, nossos avós/nossos avós e inclusive crianças indígenas sendo vítimas fatais. Neste momento de profunda fragilidade, tivemos que lutar contra o aumento das invasões em terras indígenas, sobretudo no TIY.

É importante relatar e compartilhar com os leitores que minha família teve vítimas fatais do vírus da Covid19. Minha avó, uma senhora indígena conhecedora e mantenedora da nossa cultura, conhecia inúmeras ervas medicinais, variedades de manivas³³, ela é uma dentre centenas de indígenas

³³ Mudas de mandioca.

anciões da região do Rio Negro, que foi vítima da Covi-19. Não somente minha família e meu povo que sofreu perdas, mas outros povos e parentes indígenas também.

A situação do povo Yanomami me deixou apreensiva, ansiosa, me fez refletir sobre o meu trabalho de mestrado, eu precisava fazer algo, o fato que aconteceu com minha vó me deu coragem para mudar o tema da dissertação. Durante uma orientação coletiva com minha orientadora, onde estavam presentes outros orientandos dela, a professora Vanessa perguntou se alguém gostaria de mudar o tema da pesquisa e eu prontamente respondi que eu gostaria de mudar. Minha orientadora apoiou a minha escolha.

Sabendo e acompanhando a situação caótica que os Yanomami estavam passando, mudei a pesquisa para: “O retorno de Xawara no território Yanomami: conflito, luta e resistência durante a crise sanitária global da Covid19”. Eu percebi a importância de abordar a temática por um olhar epistêmico específico, sobretudo por um olhar indígena. Desta forma esta pesquisa tem como missão contar a história de lutas e resistência do povo Yanomami em tempos de Covid19.

3.3. Os desafios de escrever a dissertação: “descolonizando metodologias”

Realizar “pesquisa” acadêmica é importante principalmente quando se trata de pesquisadores indígenas trazendo para o meio acadêmico os conhecimentos dos povos indígenas.

No decorrer da escrita desta dissertação tive muitos momentos internos de conflitos, o primeiro foi eu pensar, como eu sendo indígena Baré eu iria “pesquisar” outro povo? Me questionei. Meu primeiro pensamento foi esse, mas rapidamente pensei, só porque sou Baré não significa que eu tenha que fazer uma dissertação sobre o povo Baré. É comum indígenas de um determinado povo indígena elaborarem seus trabalhos de conclusão de curso, suas dissertações ou teses com seu respectivo povo, mas resolvi fazer diferente. Este foi um desafio que me candidatei a trilhar.

Outro ponto que me deixou reflexiva e questionei foi sobre o meu papel como indígena na pós-graduação foi o de “ser pesquisadora”. A palavra

“pesquisa” em si me deixava angustiada, é uma palavra que pesquisadores não indígenas usam bastante e no meio acadêmico é comum falar e ouvir. Eu sendo indígena, não quero ser apenas mais uma “pesquisadora” dentre muitos que pesquisam as populações indígenas e, às vezes, os povos não têm o retorno de tais pesquisas ou muito menos fazem parte da pesquisa em si.

Eu não me sinto uma pesquisadora porque não quero apenas reproduzir e/ou reescrever falas para que eu possa fazer uma dissertação e assim obter o grau de mestre. Eu quero por meio dos meus estudos e conhecimentos adquiridos no meio acadêmico poder ajudar os povos indígenas levando nossas pautas, nossos conhecimentos como indígena na pós-graduação para estabelecer um diálogo no espaço acadêmico. Pois, é fundamental e considero importante, pautar nossos conhecimentos tradicionais também como ciência.

Em meio a escrita da dissertação, muitas vezes travei sem conseguir escrever, pensando em algumas situações, por exemplo, como devo agir na hora da entrevista? Eu queria fazer diferente, não queria ser só mais uma “pesquisadora” como já mencionado acima, mas sim uma pesquisadora indígena que vai pesquisar e estudar algo que faz parte do meu mundo.

No meio desses desafios conflituosos pelo qual passei, tive o conhecimento da obra de Linda Tuhiwai Smith, Maori Ngāti Awa, indígena da Nova Zelândia que tem um livro publicado com o tema “Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas”³⁴. Ao ler, já no início da introdução, tive respostas para a crítica que fizera sobre a “pesquisa”, Linda Smith diz o seguinte sobre a “pesquisa”:

Da perspectiva do colonizado, uma posição do qual escrevo e escolho privilegiar, o termo pesquisa está indissociavelmente ligado ao colonialismo e ao imperialismo europeu. A palavra “pesquisa”, em si, é provavelmente uma das mais sujas do mundo vocabular indígena. Quando mencionada em diversos contextos provoca silêncio, evoca memórias ruins, desperta um sorriso de conhecimento e desconfiança (...). A forma como a pesquisa científica esteve implicada nos piores momentos do colonialismo mantém-se como uma história lembrada por muitos povos colonizados em todo o mundo (SMITH, 2018, p. 11.)

³⁴ No primeiro momento tive acesso somente a introdução em formato PDF, já traduzido em português.

Eu, sendo indígena, autora deste trabalho, optei por seguir as metodologias propostas por Linda T. Smith. Essas metodologias convidam não apenas a nos interrogarmos sobre as práticas de pesquisa que são usadas na academia, mas também a nos centrarmos nas vozes e escritas indígenas.

Ao destacar as críticas e reivindicações dos líderes e pensadores indígenas e nosso papel como produtores de conhecimento, esta dissertação tenta abraçar a descolonização da pesquisa, por um olhar indígena.

Linda Tuhiwai Smith, é uma acadêmica, professora e intelectual no campo da educação indígena na Nova Zelândia. Seu livro *Decolonizing methodologies: research and Indigenous Peoples*, publicado pela primeira vez em 1998, continua sendo um trabalho influente e inovador sobre a pesquisa indígena. Nesse livro, ela denuncia o legado colonial do racismo epistêmico e da exploração dos conhecimentos e da sabedoria indígena por parte dos pesquisadores não indígenas há séculos. Ela mostra como os “legados imperiais do conhecimento ocidental” continuam influenciando as instituições educacionais “na exclusão dos povos indígenas e de suas aspirações” (2016, p. 15), e propõe caminhos possíveis para que outros pesquisadores indígenas desenvolvam metodologias indígenas de acordo com as epistemologias próprias dos povos indígenas.

A metodologia descolonial indígena de Linda T. Smith se baseia no reconhecimento das perspectivas indígenas na pesquisa.

Nessa dissertação, proponho, ao invés de reproduzir e/ou citar como referencial teórico autores não indígenas que já escreveram sobre o povo Yanomami, trazer uma leitura atenta que inclua as histórias, cosmologias, os valores, as práticas e os saberes indígenas de modo a dar conta da complexidade da situação vivenciada hoje pelo povo Yanomami a partir do olhar indígena.

Toda pesquisa tem uma fundamentação teórica. Durante muito tempo, a teoria ocidental oprimiu os conhecimentos, a ciência dos povos indígenas, denominando de conhecimentos não científicos. “O desenvolvimento de teorias por parte de acadêmicos indígenas que buscam explicar nossa existência na sociedade contemporânea (...) apenas começou” (SMITH, 2016, p. 67). O que se espera é que “as novas formas de teorização dos acadêmicos indígenas estejam fundamentadas em um sentido real sobre o que significa ser uma

pessoa indígena e em uma sensibilidade em relação a isso” (SMITH, 2016, p. 68).

Nesse sentido, enquanto pesquisadores indígenas, somos nós que determinamos as prioridades e privilegiamos os assuntos que nos importa discutir e debater na academia. O que não significa uma não aceitação da teoria ocidental, como esclarece Linda T. Smith, “mas implica centrarmos nossas preocupações e nossa visão de mundo e, assim, conhecer e compreender a teoria e a pesquisa a partir de nossas próprias perspectivas e para os nossos propósitos” (2016, p. 69).

A partir dessa leitura para mim fez todo sentido as críticas, as reflexões e também os conflitos internos pelo qual passei. Não foi e não é uma questão somente minha, muitos indígenas passam por isso, devido ao processo de colonização que os povos indígenas passaram e ainda passam. Nós sempre estivemos do outro lado da “pesquisa”, sendo o objeto de estudo. É comum termos os conflitos internos e fazermos também a crítica em relação à pesquisa, o que contribui para o nosso amadurecimento enquanto intelectual indígena, enriquecendo o diálogo na academia, bem como fortalecendo, dando maior visibilidade para indígenas no meio acadêmico com outras cosmovisões e epistemologias descoloniais.

3.4. Dissertação e a Pandemia

Minha graduação é em Engenharia Florestal e mudar para outra área de estudos no mestrado fez eu sentir o impacto dessa mudança, foram muitos momentos difíceis e desafiadores, continua sendo, cada pessoa tem seu processo de adaptação, além de toda a exigência que existe numa Pós-graduação.

Está na Pós-graduação é uma grande conquista, mas requer dedicação, tempo e muita leitura, eu particularmente, no início tive algumas dificuldades devido à alta carga de leitura dos textos e artigos para escrever. Em meio aos desafios, surge a pandemia gerada pelo Covid-19, de repente nos vimos tendo que nos adaptar repentinamente a outra forma de trabalhar, estudar, participar de reuniões, o formato online. Estudar remotamente foi complicado e difícil,

escolhi ficar em Brasília pois o ambiente para estudar é melhor e o acesso à internet também.

Mas o maior desafio foi o que seria o meu trabalho em campo para “coletar os dados” para a minha dissertação, devido a pandemia não foi possível ir a “campo”, pois, seguindo as recomendações da OMS e respeitando todos os protocolos de segurança, todo meu trabalho para concluir essa dissertação foi de forma on-line, incluindo as conversas/entrevistas que realizei.

3.4.1. Os materiais e métodos

3.4.2. Pesquisa documental

A abordagem metodológica utilizada para a realização da dissertação teve dois pilares para a orientação na elaboração do trabalho científico. Inicialmente fiz buscas de materiais bibliográficos referente ao povo Yanomami, como artigos, dissertações, teses, jornais, revistas, assim como pesquisei em sites importantes como o “Centro de Referência Virtual indígena do Armazém Memória do Centro de Referência Virtual indígena do Armazém Memória”³⁵, onde encontrei documentos históricos importantes referente aos Yanomami o qual utilizei-os no capítulo 2, além do site Hutukara, que é específico do povo.

O site contém bancos de dados de milhares de documentos importantes que mostram a violência que os povos indígenas sofreram.

Para essa dissertação fiz buscas com as palavras-chaves a seguir “yanomami + desintrusão + garimpo”, resultando em 20 ocorrências documentais, em seguida com “yanomami+ demarcação” tendo como resultado 2.799 ocorrências, com “yanomami + invasão + massacre” obtive 112 ocorrências. Os documentos nos mostram os processos de contato, conflitos e invasão no que concerne a TIY, encontradas nas pastas do Centro de Referência Virtual indígena do Armazém Memória. Ressalto que o número de ocorrências se repetem, devido a isso o alto número de resultado das ocorrências, utilizei documentos que retratam o processo histórico dos primeiros contatos, invasão, violência até demarcação do território.

³⁵ <http://armazemmemoria.com.br/>

3.4.3 Conversas com Yanomami

No segundo momento realizei entrevistas, mas vou me referir aqui como conversas. Essas conversas foram feitas com dois Yanomami e foi realizada de forma virtual via e-mail e *Google Meet*, para ajudar no diálogo utilizou-se um roteiro prévio (entrevista-semiestruturada).

O estudo trata-se de um trabalho descritivo exploratório de abordagem qualitativa, foi elaborado e adotado um instrumento de “pesquisa” que se baseou no diálogo com os Yanomami de forma virtual. Além disso, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no ato do diálogo, para cada participante assinar, concordando com o estudo e suas ferramentas de pesquisas.

De acordo com Duarte (2002), de modo geral, as pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas, elemento que foi o eixo da oralidade para a realização deste trabalho. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado (DUARTE, 2002).

Nesta dissertação usei o método “bola de neve” também conhecida como *Snowball*, no qual uma entrevista sugere outras pessoas chaves que possam interessar e tem algo a contribuir com a pesquisa. O método bola de neve é também uma técnica de amostragem que vem sendo utilizada em pesquisas qualitativas, ela permite alcançar populações pouco conhecidas ou de difícil acesso (BOCKORNI e GOMES, 2021).

3.5. O contato com os líderes Yanomami.

Tive a preocupação de buscar a melhor forma de entrar em contato com os entrevistados para não ser invasiva. Sendo esta, uma das maiores preocupações que tive, portanto, busquei o diálogo. Até então, inicialmente, gostaria de poder conversar com os grandes líderes indígenas, um deles Davi Kopenawa Yanomami, mas devido à dificuldade de acesso à internet, e pelo fato dele passar a maior parte do tempo na aldeia devido a pandemia, não foi possível.

Procurei líderes Yanomami que estão à frente da luta pelos seus direitos, que acompanham de perto a resistência do seu povo. Um deles já havia conhecido pessoalmente em 2017, no Acampamento Terra Livre (ATL)³⁶ ocorrido em Brasília, entrar em contato com ele foi mais fácil, pois eu tinha o seu contato, que foi o Beto Góes. O segundo líder Dario Kopenawa, temos amigos e professores em comum, através deles consegui entrar em contato, ambos me receberam muito bem. O mais difícil foi encontrar um dia para estas conversas, pois, a demanda a eles atribuída são muitas.

As formas de contato inicial foram via Whatsapp e e-mail. No entanto, umas das conversas foi por e-mail, tentamos por duas vezes fazer por vídeo chamada, mas devido a conexão da internet da aldeia estar muito ruim, realizamos por e-mail. Devido a esta situação vocês poderão ver mais falas de Dario Kopenawa no decorrer do capítulo três do que falas de Beto de Góes.

A segunda conversa conseguimos fazer por chamada de vídeo, a conversa teve duração de 40 minutos. As duas lideranças com quem conversei são pessoas bastante procuradas para conceder entrevistas e falar sobre os enfrentamentos de luta que o povo Yanomami vem travando, principalmente, em meio a pandemia. Foi um pouco difícil arrumar um tempo para conversarmos, não somente por serem lideranças importantes e receberem muitas demandas frente a luta pelo seu povo, mas pelo acesso à internet.

³⁶ ATL: O Acampamento Terra Livre é uma mobilização nacional, realizada anualmente desde 2004 pelo movimento indígena do Brasil, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das nossas demandas e reivindicações, principalmente as demarcações das terras indígenas.

3.6. Fundamentação teórica: dialogando com intelectuais indígenas

Nesta dissertação apresento como o principal referencial intelectuais indígenas como Gersem Baniwa, Luiz Eloy Terena, Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Célia Xacriaba, estes pensadores abordam a temática do território a partir do olhar singular do seu povo, trago neste trabalho, para o diálogo, o conhecimento tradicional dos povos indígenas e abordando também como ciência indígena. Os povos originários passaram e passam por diversos processos de lutas e desafios que perpassam o imaginário dos nossos ancestrais, hoje conseguimos escrever nossa própria história, escrever no sentido literal da escrita. Nossos antepassados, nossos anciões nos ensinavam através da história contada, ou seja, da oralidade e também através da observação. Hoje, usamos “o papel e a caneta” como arma de nossa luta política (MONTEIRO, 2021).

O fato de sermos povos da oralidade facilitou o trabalho dos colonizadores que fizeram de tudo para apagar e destruir a história dos milhares de povos que aqui existiam. Por isso, há poucos trabalhos escritos por indígenas. No entanto, estamos mudando o rumo da história. Há muitas pesquisas relacionadas a questões indígenas, principalmente no que tange aos territórios, sendo que, a maioria dessas pesquisas é realizada por não indígenas (MONTEIRO, 2021). Neste sentido, considero importante fazer o diálogo sobre o território pelos próprios indígenas.

De acordo com Gersem Baniwa (2006), a luta pela proteção dos territórios indígenas é o que unifica, articula e mobiliza todos, abordando especialmente a importância para a vida dos povos originários, sem o território não há saúde, educação, proteção do meio ambiente, não há vida, o território é fundamental na resistência dos povos indígenas, para além de bens materiais o território tem um significado que envolve espiritualidade, valores, conhecimentos e tradições. Território é onde se fortalece a identidade e a cultura de cada povo.

O território está ligado às suas manifestações culturais e às tradições, às relações familiares e sociais. Por conta disso, muitos povos indígenas brasileiros, como os Yanomami, os Baniwa, os Ticuna e os Guarani, mesmo suportando a separação limítrofe dos territórios nacionais distintos, vivem a coesão étnica histórica, e compartilham a mesma língua, os

mesmos costumes, as mesmas tradições e um projeto sociocultural e político comum, sem a negação da consciência nacional subjacente ao Estado nacional. (LUCIANO, 2006, p.102).

O Território e o povo estão conectados, há uma integração profunda e harmônica com a natureza, os indígenas sentem-se como parte dela.

O autor Luiz Eloy Terena (2019), refere-se ao território como território retomado ou poké`exa uti, visto que o povo Terena fez inúmeras retomadas para reaver parte de seu território tradicional, Eloy classifica o território retomado como um local de direitos coletivos, onde a comunidade pode usufruir de seu território de onde seus antepassados foram retirados no passado, e nos dias atuais, foram impedidos de usufruir.

Ailton Krenak, aborda a temática território de acordo com a ciência do povo Krenak. Para ele, as montanhas, as árvores e os rios são parte da coletividade do povo indígena.

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização, (KRENAK, 2018, p.21).

Reforçando que é algo importante na construção da identidade enquanto coletivo indígena, Ailton Krenak explica que o território para os Krenak não é um mero bem material que possa ser usado para fins econômicos.

Davi Kopewana Yanomami liderança e Xamã, aborda o território de acordo com a cosmologia do povo. Ele traz para o diálogo a questão da espiritualidade que está relacionada com as florestas, ou seja, o território. Para os Yanomami os xapiri (espíritos) são os protetores da floresta.

Os xapiris também trabalham sem descanso para impedir a floresta de retornar ao caos. Quando a chuva cai sem parar a floresta fica coberta de nuvens baixas e escuras durante dias, a um dado momento não aguentamos mais. Ficamos sem poder caçar nem abrir roças para plantar bananeiras. Temos penas de nossas mulheres e crianças, que ficam com fome de carne de caça, (KOPENAWA e ALBERT, 2015).

A narrativa de Kopenawa e Albert (2019), é muito interessante porque faz uma abordagem do modo como o respeito pela floresta é perceptível, sempre ponderando a importância dos xapiri para o povo Yanomami. Os povos indígenas de modo geral têm uma espiritualidade muito forte e a relação com a natureza é o elo fundamental para a proteção do território.

Célia Xacriabá educadora, liderança e ativista conceitua o território como sendo “(...) cheio de ciência, terra está em nossa consciência” (Célia Xacriabá, 2014). Célia pondera que palavras como estas são guardadas como herança. E leva consigo as parábolas e os aprendizados das grandes lideranças. O ensinamento dos mais velhos e lideranças é repassado adiante. Célia aborda a concepção de educação como território, no entanto lembra que a ferramenta para a aprendizagem não é o giz, mas a luta. O limite desse aprendizado identitário está, portanto, em nós mesmos e no quanto somos capazes de subverter os espaços com os quais convivemos, transitando por eles sem deixar que nos desbotem, Célia Xacriabá (2018).

O território indígena, motivação primeira para a estruturação do Movimento Indígena, sempre foi para os diferentes povos uma grande preocupação. A não demarcação coloca sob constante ameaça a relação de meu povo com a terra e o modo de viver harmônico e sustentável. Embora a cultura não seja estática, é necessário manter a relação com o sagrado, e isso passa necessariamente pelo território, (CÉLIA XACRIABÁ, 2018, p. 54).

A reflexão e as abordagens que Célia faz sobre território são importantes por que é na visão de uma indígena mulher, pois, as mulheres são parte fundamental na luta pela proteção das terras indígenas. Em 2019, teve a primeira marcha nacional das mulheres indígenas organizada por mulheres indígenas onde se reuniram 2.500 indígenas e 130 povos com o tema “Território, Nosso Corpo, Nosso Espírito”.

Observa-se, portanto, nos diferentes contextos e óticas dos pensadores indígenas que a percepção sobre território tem algo em comum, a importância do território para os povos indígenas é a mesma, a luta, o respeito, a união na defesa dos direitos já conquistado, é mútua. Quando se fala em direitos, além da questão territorial, envolve sobretudo educação e saúde.

3.7. O que é ser indígena?

Nós povos indígenas do Brasil somos diversos, de culturas e línguas diferentes. Na região do Rio Negro no estado do Amazonas de onde eu sou, somos 23 povos indígenas e 16 línguas indígenas faladas. A sociedade não indígena em geral desconhece a diversidade de povos e culturas existentes no país, somos 305 povos, 274 línguas indígenas, além dos povos indígenas, os povos tradicionais quilombolas fazem parte também dessa diversidade de cultura se somam aos povos indígenas pela defesa de seus territórios.

Muitos não sabem a verdadeira história de como o Brasil foi “descoberto”, e, muito menos, a luta dos povos originários que aqui se encontravam em 1500, como nossos ancestrais lutaram para defender suas terras, atualmente nós lutamos. Falar hoje de povos indígenas no Brasil significa falar de uma diversidade de povos e cultura, habitantes originários das terras conhecidas atualmente como continente americano. São povos que aqui já habitavam há milhares de anos, muito antes da invasão europeia (LUCIANO, 2006). Pois, segundo uma definição técnica das Nações Unidas, de 1986.

As comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos (NAÇÕES UNIDAS, 1986 *apud* LUCIANO, 2006, p. 26.).

Povos indígenas foram massacrados e muitos povos dizimados pelos colonizadores, terras indígenas foram usurpadas, muitos sofreram esbulhos. Muitas terras hoje pertencem aos grandes fazendeiros produtores de soja. Desde sempre lutamos pela defesa dos nossos territórios, a verdadeira história não é contada, não é ensinada no currículo da educação básica no país, mesmo tendo lei nº 11.645/08, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Assim como no “Art. 26-

A: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008), mesmo com respaldo em lei as escolas públicas e privadas não seguem rigor o que a lei impõe.

O livro de história ensina e mostra os povos indígenas de forma exotizada, estereotipada e romantizada, como se ainda vivêssemos na época da invasão. Faço a crítica sobre a educação, pois considero importante trazer para o diálogo a realidade, a verdade sobre os povos indígenas, principalmente nos tempos atuais é fundamental nos posicionarmos.

Neste capítulo, trago também para o diálogo o debate sobre “o que é ser indígena”, porque se faz necessário e ao mesmo tempo me traz à lembrança algo que vivi quando cheguei em Brasília pela primeira vez. Um certo dia estava descendo o elevador de um apartamento na Asa Norte onde trabalhei, junto também estava uma pessoa não indígena, esta fez a seguinte pergunta: “você é índia?” Parei por alguns segundos, pensei e respondi: “Sim, sou índia”. Até então, nunca alguém havia feito tal pergunta, porque, para mim, eu sempre fui Baré, povo ao qual pertencço e com o qual me identifico. Sabemos que o termo índio foi dado pelos colonizadores portugueses porque achavam que haviam chegado na Índia, um país oriental.

Fiz a breve narrativa acima para lhes introduzir e apresentar a conversa que tive com os líderes Yanomami, sobre “como é ser um Yanomami”. O diálogo inicial foi esse, pois, antes de tudo o indígena é ser humano, assim como uma pessoa não indígena. Foi também esse ponto que um dos entrevistados ressaltou.

Eu sou ser humano, igual a qualquer pessoa (...), tenho vida, tenho pensamento, o conhecimento, tenho a filosofia, a minha fala. Trabalho, cuidando e lutando pelos nossos direitos, então eu sou assim. Isso é um Yanomami, Yanomami é uma pessoa que nasceu na terra Yanomami há muitos, que cresceu, que surgiu no seu país, então isso é um Yanomami, o tronco linguístico é familiar, então isso é um yanomami. É um ser humano o Yanomami (Dário Kopenawa, entrevistado).

O Yanomami “*é guerreiro desde o nascimento, defensor do seu habitat, da sua cultura, seus costumes e tradições. Protagonista e autônomo de sua história*” (Alberto Góes Yanomami). Cada povo indígena tem seu modo de viver, sua cosmovisão, sua forma de se identificar enquanto pertencente a um povo.

Bem como Gersem Baniwa (2006, p.101) afirma “ território é condição de vida para os povos indígenas”. Sem território não existe povo, pois, o território é fortalecimento para a identidade dos povos indígenas do Brasil.

3.8. Covid-19: Contexto geral

Neste item faço um breve resumo de onde surgiram os primeiros casos da Covi-19, apresentando os dados oficiais, e como estão atualmente os números de casos tanto no mundo quanto no Brasil, para situar os futuros leitores.

O novo coronavírus, descoberto em dezembro de 2019, recebeu o nome de SARS-CoV-2, cuja doença recebeu a denominação pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Covid-19. O vírus surgiu inicialmente em Wuhan na China, disseminando-se por todo o mundo rapidamente e já se constitui um dos grandes desafios a ser enfrentado por toda a população mundial. O rápido conhecimento a respeito da infecção, que chega a ser quase que instantâneo, deve-se em muito aos pesquisadores chineses em parceria com cientistas de outros países do mundo (SBP, 2020, online).

Pondera-se que o vírus pode se espalhar através de pequenas partículas líquidas expelidas por uma pessoa infectada pela boca ou nariz ao tossir, espirrar, falar, cantar ou respirar. Os dados atualmente disponíveis sugerem que o vírus se espalha principalmente entre pessoas que estão em contato próximo, geralmente dentro de um metro. Uma pessoa pode ser infectada pela inalação de aerossóis ou gotículas que contenham vírus ou que entrem em contato direto com os olhos, nariz ou boca. O vírus também pode se espalhar em espaços internos mal ventilados e / ou lotados, onde frequentemente passam longos períodos de tempo. Isso ocorre porque os aerossóis permanecem suspensos no ar ou percorrem distâncias superiores a um metro. Também é possível se infectar tocando em superfícies contaminadas pelo vírus e, posteriormente, tocando seus olhos, nariz ou boca sem ter lavado as mãos (OMS, 2020).

Conforme os dados da OMS, até 19 de março de 2020, 209.839 casos da doença foram confirmados no mundo, destes, mais de 80.000 na China e mais de 35.000 na Itália, (SBP, 2020), estes foram os primeiros dados iniciais. Em todo o mundo milhares de pessoas foram infectadas e perderam suas vidas, em

novembro de 2021 os casos de óbitos no âmbito mundial ultrapassam 5 milhões de vítimas (CNN, 2021). Em todo o mundo 305 milhões de pessoas foram contaminadas (Wikipédia, 2022).

O primeiro caso do novo coronavírus no Brasil foi confirmado em São Paulo, em um homem de 61 anos, ele tinha voltado de uma viagem da Itália, onde na época havia um aumento expressivo de casos da doença. O Brasil apresenta atualmente mais de 22 milhões de pessoas infectadas pelo Covid-19 e o número de vítimas fatais já ultrapassou 600 mil nos últimos dados atualizados (Wikipédia, 2022; BRASIL, 2022). O Brasil infelizmente é o terceiro país com maior número de mortes registradas pela Covi-19, ficando atrás somente dos Estados Unidos e da Índia.

3.9. Povos Indígenas e Covid-19

Em tempos de pandemia e solidariedade coletiva que reacendeu no mundo só será completa com os povos indígenas, pois, a cura não estará somente no princípio ativo, mas no ativar dos nossos princípios humanos” (Trecho da Carta Final da Assembleia Nacional da Resistência Indígena)³⁷.

O primeiro caso confirmado de Covid-19 entre os povos indígenas foi no município de Santo Antônio do Içá, no Amazonas, uma jovem Agente Indígena de Saúde (AIS) do povo Kokama. Esse caso revela um padrão que irá persistir sobre a entrada do vírus em muitos territórios, como na TIY, evidenciando a política anti-indígena do atual governo (APIB. 2022).

O comunicado oficial sobre a contaminação da jovem Kokama, pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), saiu no dia 8 de abril de 2020, demonstrando a fragilidade da SESAI em tomar medidas de proteção. A jovem Kokama foi contaminada por um médico da SESAI que voltava de férias de São Paulo para atender indígenas da região do Alto Rio Solimões, o médico estava com Covid-19, dando assim início a uma cadeia de contaminação entre os povos da região (APIB, 2022).

A SESAI é o órgão governamental responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo

³⁷ Disponível: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/.

de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Foi criada em 2010, atende mais de 755 mil indígenas que moram em comunidades indígenas em todo o Brasil (BRASIL, 2022).

Entre a população indígena brasileira, de acordo com os dados SESAI, atualizados até o dia 13 de janeiro de 2022, foram 57.406 casos entre indígenas e 858 óbitos de indígenas (BRASIL, 2022), desde o início da pandemia.

No entanto, os dados entram em conflitos com os dados obtidos e divulgados pela APIB, onde os dados demonstram que foram 63.220 casos e 1.254 casos de óbitos entre a população indígena (APIB, 2022), estes dados foram atualizados até o último dia 13 de janeiro de 2022. Esses conflitos de informações se deve a subnotificação de dados.

A subnotificação de casos de COVID-19 no Brasil tem sido praticada em todos os âmbitos sociais e atingindo todos os grupos durante a pandemia. No entanto, a complexidade da situação dos indígenas no país revela condições de vulnerabilidade e racismo institucional que ameaçam os povos originários especialmente (APIB, 2020). Os povos indígenas do Brasil, representados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil fazem denúncias contra o governo, dentre elas também a prática de genocídio.

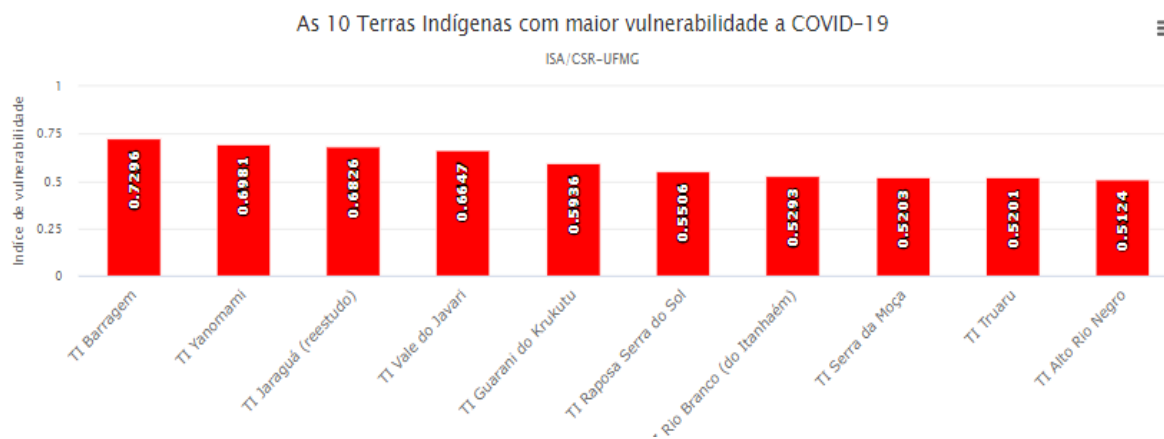
A Imagem abaixo (*Figura 22*), nos mostra um gráfico, resultado de um realizado por pesquisadores da UFMG e ISA, onde indica a vulnerabilidade das dez Terras Indígenas com maior exposição em relação a Covid-19, onde valores próximos a 1 indicam maior risco de dispersão da doença. A TIY aparece em segundo lugar em vulnerabilidade com o valor 0,698, ficando atrás da TI Barragem que fica no estado de São Paulo, com índice de vulnerabilidade de 0,729. As outras TI's são Jaraguá-SP, Vale do Javari/AM, Guarani do Krukutu-SP, Raposa Serra do Sol-RR, Rio Branco-SP, Serra da Moça, Truaru e Alto Rio Negro-AM.

Figura 22: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a Covid-19.

Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a COVID-19

O índice mede a vulnerabilidade das Terras Indígenas frente à Covid-19, valores mais próximos de 1 indicam maior risco.

Compõem a análise dados de vulnerabilidade social, disponibilidade de leitos hospitalares, números de casos por município, número de óbitos, perfil etário da população indígena, vias de acesso e outros fatores relacionados com a estrutura de atendimento da saúde indígena e mobilidade territorial. A última atualização é de 14/01/2022 16:10:02 (ISA/CSR-UFMG). Confira a nota técnica <https://isa.to/2RNMEJ5>



Fonte: ISA, 2022 online.

Os resultados mostram que o potencial de dispersão da Covid-19 pode atingir populações indígenas em áreas com uma grande diversidade de contextos regionais, destacando sempre a vulnerabilidade social como propulsor de propagação do vírus. Esse risco grande, por exemplo, é evidente nas Terras Indígenas no estado de Roraima, em especial a Terra Indígena Yanomami, que sofre intensa invasão de garimpeiros. A dispersão do Covid-19 e o alto índice de vulnerabilidade no caso da TIY se deve ao número crescente de invasões por garimpeiros na região.

Diante do agravamento e da fragilidade no combate à pandemia e às invasões, iniciou-se uma ação ampla de monitoramento comunitário participativo para realizar um levantamento e uma sistematização dos casos em todo o país. Nesse sentido, foi criado o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, que possibilitou a divulgação de dados mais condizentes com a realidade, bem como confrontar a subnotificação dos casos entre a população indígena e as informações divulgadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (APIB, 2020).

As organizações indígenas, lideranças, associações indígenas tem se mobilizado e alertam para a demora no envio de recursos às aldeias pelos órgãos federais. Enquanto isso, algumas estratégias de combate e prevenção

ao COVID-19, foram criadas pelos próprios indígenas. Em muitas comunidades indígenas foram criadas barricadas afim de fiscalizar a entrada e saída de pessoas das aldeias. Pensando na segurança e na saúde dos indígenas.

3.9.1 Saúde Indígena

A Saúde indígena no âmbito governamental é representada pela SESAI, que foi criada em 2010. A sua criação foi fruto do movimento indígena, desde a primeira Conferência Nacional de Saúde Indígena, 1986, umas das reivindicações era uma maior participação na gestão e mais autonomia administrativa para os DSEI's. O modelo de assistência da saúde indígena organiza os serviços em um espaço etnocultural dinâmico que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando racionalizar e qualificar a atenção à saúde e respeitando a diversidade cultural dos povos indígenas (BRASIL, 2022).

A base de organização da saúde indígena são os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI): unidades descentralizadas que organizam o atendimento regionalmente. Atualmente são 34 DSEI divididos por critérios territoriais conforme a distribuição geográfica das comunidades indígenas. Uma das missões iniciais da SESAI foi transformar os DSEI em unidades gestoras, para que tenham autonomia de realizar licitações, contratar serviços, adquirir medicamentos, entre outras ações. Esta era uma reivindicação antiga dos povos indígenas (BRASIL, 2022).

Atualmente o Subsistema do Sistema Único de Saúde (SASISUS) criado para atender a saúde indígena sofre com a falta de estrutura e de recursos para tratamento de complicações mais severas como a Covid-19. Além disso, os modos de vida de muitos povos criam uma exposição às doenças infecciosas a qual as pessoas nas cidades não estão submetidas (ISA, 2022, online). Grande parte dos povos indígenas vive em casas coletivas, e é comum entre indígenas o compartilhamento de utensílios, como cuias, tigelas e outros objetos, o que favorece o contágio.

Indígenas e não indígenas estão imunologicamente suscetíveis a vírus que nunca circularam antes, como é o caso da Covid-19. Diferentes estudos atestam, no entanto, que os povos indígenas são mais vulneráveis a epidemias

em função de condições sociais, econômicas e de saúde piores do que as dos não indígenas, o que amplifica o potencial de disseminação de doenças. Condições particulares afetam as populações indígenas, como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, seja pela distância geográfica, como pela indisponibilidade ou insuficiência de equipes de saúde (ISA, 2022, online).

Nessa pandemia, os povos indígenas relatam a preocupação e insegurança com a Covid-19, principalmente nas aldeias. A maioria, distante dos centros de atendimento de saúde que tratam minimamente da especificidade da doença Covid-19; principal causa de mortes no país, atualmente (VIEIRA, 2022, online). Indígenas são vítimas da doença, como o caso dos Yanomami.

3.9.2. Território Indígena Yanomami e Covid-19

O retorno de *xawara* marcou, nos últimos dois anos, o território indígena Yanomami. Para os Yanomami, *xawara* são as doenças que chegam em seu território levadas por não indígenas como “o sarampo, a gripe, a malária, a tuberculose e todas as doenças que nos matam para devorar nossa carne” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 366). Desde 2020, a todas essas epidemias levadas pelos não indígenas para os seus territórios, veio se acrescentar a pandemia da covid-19 que, rapidamente, chegou nas terras Yanomami por causa principalmente da explosão do garimpo ilegal.

Há tempos, Davi Kopenawa alerta a sociedade sobre o poder de destruição da *xawara*. Como pajé/xamã, ele vê os espíritos da epidemia que são chamados de *xawarari*. São seres maléficos que, não comem caça nem peixe, mas “só tem fome de gordura humana e sede de nosso sangue, que bebem até secar” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 366). São “ferozes e gulosos” e “moram em casas repletas de mercadorias e comida” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 367). Onde os brancos fabricam seus objetos e os armazenam, ali prospera a *xawara*. Quando os habitantes da floresta começam a desejar as mercadorias, atraem os *xawarari*. As doenças sempre seguem as mercadorias. “Os seres maléficos não tiram os olhos das mercadorias, para onde elas vão, mesmo longe das cidades” e é “acompanhando os objetos dos brancos que acabam vindo se instalar em nossas casas, como convidados invisíveis” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 368).

Davi Kopenawa nos alertou também que os *xawarari* eram numerosos, mais numerosos que os não indígenas e que os *xapiri*, e que, enquanto os grandes homens continuassem “mandando os genros e os filhos arrancarem da escuridão da terra as coisas maléficas que alastram as doenças de que sofremos todos”, os *xawarari* não cessariam de aumentar (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 370). Tornando-se espírito com seu sogro e os outros velhos xamãs de sua casa, Davi Kopenawa aprendeu a conhecer a epidemia do ouro, a *oru xawara* e, desde então, tem gritado aos quatro cantos da terra que os Yanomami não querem que “extraíam os minérios que *Omama* escondeu debaixo da terra” porque não querem “que as fumaças da epidemia *xawara* se alastrem em nossas florestas” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 371).

No final da década de 1980, após muita luta e mobilização do povo Yanomami, houve um conjunto de operações de retirada. Fala-se em mais de 40 mil garimpeiros que foram retirados no final da década de 1980. Boa parte desses garimpeiros acabaram indo para outros territórios indígenas, principalmente para a TI Raposa Serra do Sol (VENTURA, 2021).

Assim como o líder entrevistado Alberto Góes Yanomami relatou em nosso diálogo, no início do contato nos anos 40 e 50 foi muito sangrento com a invasão dos seringueiros e balateiros, conflitos internos os parentes indígenas do povo Baré do rio negro. Porém, também na década de 70 com as construções da Perimetral Norte houve o maior impacto epidemiológico com o contato com os *napês*³⁸, a epidemia de sarampo e gripe ocasionou milhares de óbitos (BETO GÓES, entrevista).

Por causa da baixa imunidade dos meus parentes da época, Diante desta tragédia o líder Júlio Góes e o jovem Davi Kopenawa Yanomami iniciaram a luta para demarcar o território, que se concretizou somente no ano de 1992 com demarcação e homologação da terra Yanomami (BETO GÓES, entrevista).

Dário Kopenawa, também relatou em nosso diálogo, onde enfatizou que, “*nos anos 70, 80 e 86 o povo Yanomami não tinha o conhecimento, nem a noção para proteger o território*”. No entanto, quando ele se refere a não ter conhecimento nem noção é no sentido do conhecimento ocidental, ou seja, a

³⁸ Não indígenas.

educação, o estudo³⁹. Mas depois de muita luta conseguiram. Os 40 mil garimpeiros foram retirados para demarcar e homologar a Terra Indígena Yanomami, são aproximadamente 60 anos de resistência na luta pela defesa do povo Yanomami.

Esse processo de retirada, depois de uma muita luta, aconteceu na época da constituinte de 1987-1988. Romero Jucá, ex-senador, havia acabado de assumir a presidência da Funai onde ficou de 1986 a 1988. Depois, Jucá se instalou em Roraima onde assumiu como governador e onde continua atuando hoje como representante da elite política. Romero Jucá sempre foi um grande defensor da abertura das terras indígenas para a exploração mineral. Ele é o autor do Projeto de Lei n.1610 de 1995 que visa regulamentar a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em Terra Indígenas, em discussão há mais de duas décadas no Congresso. Hoje, Jucá é considerado um dos principais inimigos dos povos indígenas (VENTURA, 2021).

Desde que foi para Roraima, Jucá colocou a questão da mineração como uma prioridade e a Terra Indígena Yanomami sempre foi o alvo particular da elite política e da elite econômica do estado. A prova disso é que existem hoje mais de 700 requerimentos de pesquisa mineral na TI Yanomami na Agência Nacional de Mineração (ANM), antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mesmo não estando a mineração regularizada dentro dos territórios indígenas (VENTURA, 2021).

A pressão sobre a TI Yanomami tem sido permanente e constante. Como vimos, no capítulo 2 desta dissertação, a Terra Indígena Yanomami foi homologada em 1992. Em 1993, já com a terra indígena homologada, houve o massacre de Haximu quando os Yanomami foram assassinados por garimpeiros. O massacre de Haximu se tornou, anos depois, a primeira condenação do Brasil por crime de genocídio (VENTURA, 2021).

³⁹ No mundo indígena vejo três tipos de educação: 1) Educação indígena, a educação que é adquirida no dia a dia, com a vivência nas aldeias e/ou comunidades, os conhecimentos são passados dos mais velhos aos mais novos, o conhecimento é feito na prática. O contrário do que ocorre no meio acadêmico, onde o conhecimento é repassado da teoria para a prática. 2) Escolar Indígena, ela está relacionada à criação de escolas voltadas especificamente para os povos indígenas, respeitando suas línguas, tempos próprios, culturas e especificidades em geral (LUCIANO, 2006). 3) Educação superior, onde se formam profissionais em diferentes áreas do conhecimento como: advogados, médicos, engenheiros, biólogos, geógrafos, são esses profissionais, alguns deles indígenas que atuam na defesa dos nossos direitos enquanto povos indígenas.

A memória do massacre de Haximu ainda assombra os Yanomami. A explosão das invasões por causa do garimpo ilegal reacendeu essa memória. De acordo com os dados apresentados pela Hutukara Associação Yanomami (HAY), é estimada a presença ilegal de cerca de 20 mil garimpeiros na Terra Indígena Yanomami (TIY).

Dario Kopenawa relata qual é outra situação que deixa o povo preocupado:

A nossa maior preocupação é a crise política da sociedade não indígena, não nos deixam em paz, estão sempre perturbando, sempre explorando a nossa riqueza, desmatando a Amazônia, prejudicando a saúde, querendo tomar os nossos territórios, querendo acabar com a vida, com o direito. Então isso é a maior preocupação, então estamos defendendo nosso direito que está no papel, na constituição de 1988 (DARIO KOPENAWA, entrevista)

Já em 2018 e 2019, a HAY denunciava que o garimpo estava avançando e se aproximando cada vez mais das comunidades, inclusive dos territórios onde vivem grupos indígenas em situação de isolamento ou “povos livres”. No entanto, nos últimos dois anos, o aumento do número de invasores significou o crescimento rápido da devastação do território, o aumento dos conflitos e das práticas de violência e a propagação da covid-19, nova *xawara* levada aos seus territórios pelos garimpeiros desde o início da pandemia em 2020. O ritmo do avanço da mineração ilegal no TIY impressionou a todos, ainda mais em pleno contexto de pandemia. De fato, as medidas sanitárias de isolamento e de restrição de contato não foram suficientes para impedir esse avanço acelerado.

3.9.3 “A última floresta”⁴⁰

Além dos impactos ambientais gravíssimos que o garimpo ilegal acarreta, os impactos sociais também são denunciados. O garimpo, desde sempre, tem causado uma forte desestruturação social. O filme “A última floresta” de 2020 retrata essa questão de forma impressionante.

⁴⁰ O título do documentário a “Última Floresta”, disponível no canal de streaming, Netflix.

O filme mostra o modo como os garimpeiros agem para atrair jovens Yanomami. A cena do jovem guerreiro Yanomami, sentado conversando com um garimpeiro que, com o celular na mão, mostra imagens da “floresta dos brancos”, com seu concreto, seus prédios e sua alimentação, revela um pouco de como se dá o contato com os garimpeiros. A esposa do jovem guerreiro comenta com a mãe que seu esposo havia saído para caçar, mas não havia retornado ainda. Depois do encontro com o garimpeiro, o jovem retorna sem a caça. À noite, em volta da fogueira, Davi Kopenawa conversa com esse jovem guerreiro. Ele diz: “Eu sei que você está gostando dos não indígenas”.

Ele conta como ele também havia sido atraído pelos garimpeiros, em outra época, quando ele era jovem. Conta o que ele viu e vivenciou na cidade dos brancos e alerta o rapaz sobre como o branco usa o feitiço das mercadorias para atrair os indígenas para o garimpo. Davi explica o valor da liberdade que os habitantes da floresta conhecem e como, no mundo do branco, essa liberdade não existe (A última floresta, 2021).

Para reafirmar o que narrado no documentário Beto Góes ressalta a preocupação deles é também com os jovens, pois:

O processo de aculturação e acesso à cultura ocidental desenfreado dos jovens, sem acesso a escolas. A invasão garimpeira com anuência de alguns jovens que não respeitam as lideranças, gerando conflitos na floresta, (BETO GÓES, entrevista)

Os garimpeiros usam o poder da persuasão com os jovens, ele tática de gerar conflitos é usado desde sempre pelos colonizadores.

O filme “A última floresta” é um filme documentário de longa-metragem, lançado em março de 2021 que tem Davi Kopenawa como protagonista e co-roteirista. O cenário do filme é belíssimo e a sonoplastia também. Somos imersos na grandeza da paisagem da TIY, com suas cachoeiras, corredeiras, chapadões, a mata densa, as montanhas, o céu e as nuvens. A magia, o encanto e a sedução da floresta, assim como a espiritualidade Yanomami são um convite para a descoberta de um outro mundo. Me veio à memória o lugar onde nasci, florestas ainda intactas, rios limpos, montanhas maravilhosas, essas são as riquezas que para nós indígenas não têm valor monetários que as compreem.

Para além do cenário, o filme mostra a luta do povo Yanomami e sua incrível história de resistência para manter sua cultura espiritual e cotidiana viva em meio à invasão e à destruição garimpeira. O filme ganhou quatro prêmios internacionais: no Festival de Berlin, ganhou o Prêmio do Público; no Festival de Seul, ganhou o Prêmio de Melhor Filme; no Festival dos Povos Indígenas de Montréal, ganhou o Prêmio de Melhor Obra e no Festival Signs of The Night da Alemanha, ganhou o Prêmio de Melhor documentário (NUNES, 2021).

O filme consagra o esforço da luta do povo Yanomami para mostrar ao mundo a situação dramática que eles estão vivendo por causa das invasões do garimpo ilegal e dos garimpeiros. Mas não apenas isso, o objetivo principal do filme é, como explica Dario Kopenawa, levar à sociedade não indígena, nacional e internacional, a mensagem e os ensinamentos dos Yanomami. Até hoje, explica Dario, “a sociedade não indígena não entendeu ainda o que são os povos da floresta, quem são os Yanomami, quem são os Ye’kwana, onde eles moram, onde eles vivem, o que comem no dia a dia, o que eles fazem nas suas atividades sociais nas suas aldeias” (KOPENAWA e BOLOGNESI, 2021). O filme é um convite à reflexão sobre a importância da floresta. Segundo Dario Kopenawa é “uma reflexão política, uma reflexão sobre sobrevivência, uma reflexão sobre o que estamos sofrendo hoje em dia, um cenário político muito ruim para sociedade não indígena e para o povo da floresta e da Mãe Terra” (KOPENAWA e BOLOGNESI, 2021). O filme está circulando no mundo inteiro para, nas palavras de Dario:

(...) levar a política do povo Yanomami e Ye’kwana. Não é o filme do Davi, não é o filme do Dario, é o filme do povo da floresta (...) para que vocês possam refletir nas casas de vocês. Esse filme está batendo nas portas das casas de vocês, demonstrando a identidade dos Yanomami, a identidade do sofrimento dos Yanomami. Desmatamento da Mãe Terra, destruição da floresta, contaminação dos rios das terras indígenas e de outras terras indígenas, terra Yanomami e outras terras indígenas e também a destruição da cidade onde os brancos estão sofrendo, passando fome, a água está acabando (...). É uma reflexão sobre o problema que está revoltando o homem branco que não está cuidando da nossa Mãe Terra. (...) Uma reflexão sobre “A última floresta” para vocês entenderem bem a visão do povo Yanomami, a espiritualidade do povo Yanomami, para vocês entenderem bem o que significa o filme “A última floresta”. Uma frase bonitinha, mas as várias sequências que representa esse filme “A última floresta” que está transmitindo para a população,

a sociedade brasileira (...) Esse filme está falando da década de 1970, os nossos ancestrais, meus pais e meus avôs, morreram bastante por causa da epidemia que se chama de sarampo. Isso é um xawara trazido por não indígenas (...), mas na década de 1980, quando quarenta mil garimpeiros invasores levaram xawara para minha aldeia e morreram quase vinte por cento dos Yanomami, foram massacrados. Dezesesseis Yanomami foram assassinados, no contexto jurídico Brasil inteiro está reconhecido como massacre de Haximu. Esse vídeo, esse filme, ele está demonstrando o resultado que aconteceu para os Yanomami e para o meu povo. Então, não é para achar o filme bonitinho não. O filme é uma reflexão sobre o problema que nós estamos sofrendo hoje em dia, cenário muito ruim” (KOPENAWA e BOLOGNESI, 2021).

Para termos uma dimensão do que significa esse sofrimento de que fala Dario Kopenawa nessa conversa sobre o filme “A última floresta”, é importante recuperarmos alguns acontecimentos dos últimos dois anos que marcaram a vida dos Yanomami. Para além do impacto do vírus da Covid-19 sobre a vida dos Yanomami em 2020, outros episódios dão conta das muitas práticas de violência física e política que os afetaram.

Em abril de 2020, diante do agravamento da situação das invasões e da escalada da pandemia em todo o país, especialistas começaram a alertar sobre o alto risco da doença para os povos indígenas, sobretudo para aqueles que, como os Yanomami, vivem em casas comuns em grande número de pessoas e famílias reunidas e têm o hábito de compartilharem cuias e outros utensílios. Nessa época, no dia 7 de abril de 2020, apareceu o primeiro caso de um Yanomami contaminado por Covid-19. Foi um jovem de 15 anos de uma comunidade na região do Rio Uraricoera, uma das mais afetadas pela invasão garimpeira. O jovem foi internado em um hospital de Boa Vista onde veio a falecer alguns meses depois.

3.9.4. “Fora Garimpo, fora Covid-19”

Em junho de 2020, com o avanço da Covid-19 no TIY, lideranças Yanomami e Ye'kwana, por meio de suas organizações e associações, lançaram a campanha #ForaGarimpoForaCovid. A campanha, que incluiu um filme, o monitoramento dos casos e uma série de demandas às autoridades políticas brasileiras, foi um “grito de socorro contra um velho pesadelo”, segundo as

lideranças Yanomami e Ye'kwana (INSTITUTO SOCIAMBIENTAL, 2020, p. 4). A campanha pedia às autoridades do governo federal a desintrusão urgente dos mais de 20 mil garimpeiros da TIY, principais vetores de transmissão do coronavírus. Diante da ameaça que representava a chegada da pandemia na TIY por causa da situação de vulnerabilidade social devido, sobretudo, a um frágil atendimento à saúde, e vulnerabilidade imunológica, o ISA, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fiocruz, apresentou um estudo alertando que, se nada fosse feito para retirar os garimpeiros invasores, “cerca de 5.600 Yanomami poderiam ser infectados, considerando apenas as comunidades próximas às zonas garimpeiras” o que representa aproximadamente 40% da população que vive na área (ISA, 2020, p. 4).

A implementação de medidas de isolamento social, desde o início da pandemia, significou um desafio para os Yanomami já que suas moradias coletivas representam um fator de risco de contaminação maior neste contexto. Além disso, por terem um histórico de doenças respiratórias, os Yanomami apresentam “várias fragilidades em seu quadro geral de saúde” que podem agravar a infecção pelo vírus (ISA, 2020, p. 4). As moradias coletivas em comum entre os povos indígenas, ou seja, é cultural dividir os espaços nas aldeias e comunidades indígenas.

O estudo do ISA também mostrou que os Polos Base que atendem a TIY “têm o maior grau de vulnerabilidade entre os 172 estados no Brasil”. Os Polos Base da TIY possuem “a menor disponibilidade de leitos e respiradores, as maiores limitações relacionadas com o transporte de enfermos e um alto grau de vulnerabilidade social” (ISA, 2020, p. 5). Em junho de 2020, tinham sido confirmados 55 casos de contaminação por Covid-19 entre os Yanomami, com três mortes em decorrência da doença. Nesse estudo, o ISA alertava sobre o alto grau de vulnerabilidade que afeta os povos indígenas em situação de isolamento voluntário que vivem na TIY, os Moxihatëtêma, que também têm sido impactados pela presença do garimpo (ISA, 2020, p. 6). O estudo do ISA foi o primeiro alerta. A chegada da Covid-19 não impediu o garimpo e o desmatamento de avançar no TIY.

O desmatamento e o garimpo são percebidos pelos Yanomami e os Ye'kwana como uma questão de saúde pública, sobretudo por causa dos impactos em termos de segurança alimentar e medicina preventiva. Em

entrevista ao Brasil de Fato, Dario Kopenawa explica como o garimpo afeta a segurança alimentar de seu povo:

Falando historicamente, nós povos da floresta, a gente nunca passou fome antes de chegar os invasores. Sabemos sobreviver, nos temos alimentos no mato, frutas, castanha, açaí isso existe. Então isso é uma repercussão que aconteceu de uma criança estava muito desnutrida e também muito malária, falta de assistência, falta de segurança alimentar então isso. Quando nós Yanomami não tínhamos o problema de invasão a gente se alimenta, tem alimento, a gente planta macaxeira, planta banana, planta a taioba, planta mamão então isso é o nosso alimento tradicional a gente planta quando não tem um problema na terra indígena Yanomami. As crianças saudáveis, nós homens trabalhamos, plantamos as nossas roças, caçando, buscando alimento, então isso a gente vive assim. Mas quando o problema da invasão do nosso território atrapalha a vida dos trabalhadores yanomami durante o problema. Quando os Yanomami ficam doentes, quando eu estou doente, eu não posso trabalhar, eu não tenho força para correr atrás para matar anta por exemplo e eu não tenho força para derrubar árvore para plantar a nossa comida, banana, macaxeira eu não tenho força. Quando estou com saúde, aí sim, eu posso trabalhar e correr atrás, buscar alimentos para poder alimentar as nossas famílias. Quando a gente está com saúde, a gente se movimenta, quando a gente fica doente, a gente não se movimenta e é isso que acontece. Então, falando dos problemas, repetindo, mais de 20 mil garimpeiros na terra Yanomami estão presentes. Isso significa os nossos parentes foram impactados porque uma presença garimpo é muito forte, os rios poluídos, cheio de maquinários, cheio de barulho dos maquinários, próximo das comunidades, aí Yanomami doente de malária, de coronavírus e outras doenças, diarreia, gripe, transmitido por garimpo ilegal. E aí? Pai e mãe não têm como fazer a comida para os seus filhos. E depois o garimpeiro fala: “olha, eu sou garimpeiro bom, eu vou dar comida, eu vou dar arroz, vou dar cachaça”, assim que eles falam isso. Então isso é um problema muito grande. Onde tem os garimpos muito próximos está acontecendo sim, porque não tem como sustentar seu filho então está acontecendo. Por isso aquela imagem da criança teve repercussão na mídia aconteceu porque falta de assistência na comunidade, os enfermeiros, técnicos de enfermagem, eles têm que fazer visita domiciliar para ver como está a criança, como está o peso e quando criança está atacada de malária e a criança cai, criança é frágil, por isso se tornou como desnutrição. E isso aconteceu essa uma reflexão de fome, na visão do branco refletiu que os Yanomami estão passando fome, não é. Tem que ver qual é o problema dos Yanomami estão enfrentando, o problema dos invasores, problema de contaminação da água, as crianças tomam água suja e depois têm dor de barriga, depois ficam com dor de coração porque a água está contaminada por Mercúrio. Então quando as crianças estão saudáveis, não acontece isso. E, por outro lado, eu vou dizer que

onde não tem garimpo presente, as crianças estão saudáveis (BRASIL DE FATO, 2021).

A campanha #ForaGarimpoForaCovid atingiu a marca de 400 mil assinaturas. Mas apesar do apoio popular e do avanço da pandemia dentro das aldeias, o Governo Federal não realizou nenhuma ação efetiva para expulsar os garimpeiros invasores do território Yanomami (PAIXÃO, 2020).

Em julho de 2020, a HAY escreveu uma nota relatando a audiência com o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. No encontro, Dario Kopenawa informou o vice-presidente sobre o aumento da invasão garimpeira na TIY e pediu “providências enérgicas para a retirada dos invasores”, além de denunciar o assassinato de dois Yanomami por garimpeiros ilegais, “fato que nos preocupa muito porque além da extrema violência pode levar a uma espiral de conflito entre os Yanomami e os garimpeiros” (HAY, 2020). Foi pedido ao vice-presidente que tomasse “todas as medidas cabíveis para que nossa terra seja um território de legalidade, onde a gente possa viver de acordo com nossa cultura, em paz e com saúde” (HAY, 2020).

A nota esclarece que a invasão garimpeira funciona como “uma complexa rede de atividades clandestinas que exige uma logística cara” e que “quem financia o garimpo tem muito dinheiro”. Os Yanomami sabem que “aqueles que promovem a atividade atuam como crime organizado ligado ao tráfico de drogas e de armas” e que “tudo isso, em uma região de fronteira, configura verdadeira ameaça à soberania nacional” (HAY, 2020). Caberia ao Vice-Presidente, como presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ), “tomar as providências de Estado para salvaguardar os Yanomami e todos os brasileiros” (HAY, 2020). O vice-presidente se comprometeu, naquele momento a reabrir as quatro Bases de Proteção Etnoambiental (BAPES) que funcionam como postos de fiscalização e controle dentro da TIY e que estudaria a possibilidade de uma desintrusão do garimpo da TIY sem, contudo, explicar quando e como isso acontecerá (HAY, 2020).

Após a reunião, o general Mourão fez uma postagem em sua conta no Twitter sobre a crise na TIY afirmando que, em vez de 20 mil garimpeiros, conforme atestam pesquisadores e organizações indígenas, seriam 3,5 mil garimpeiros dentro da terra indígena, localizada entre Roraima e Amazonas. Segundo Luís Ventura do CIMI Norte, essa declaração não foi apenas um

desrespeito à organização indígena Yanomami, mas foi uma afronta pretender diminuir o impacto e a seriedade, a gravidade da situação. Nessa mesma declaração, a solução que ele apresentava para dar fim à crise na TIY era regularizar o garimpo. Fica evidente, de acordo com Ventura, que o interesse do governo não é, de modo algum, combater o crime. O interesse do governo é deixar que o crime aconteça, deixar que os indígenas continuem sofrendo toda essa violência porque, na expectativa deles, essa violência deve servir como pressão para que a atividade do garimpo e da mineração dentro das terras indígenas seja regulamentada (VENTURA, 2021).

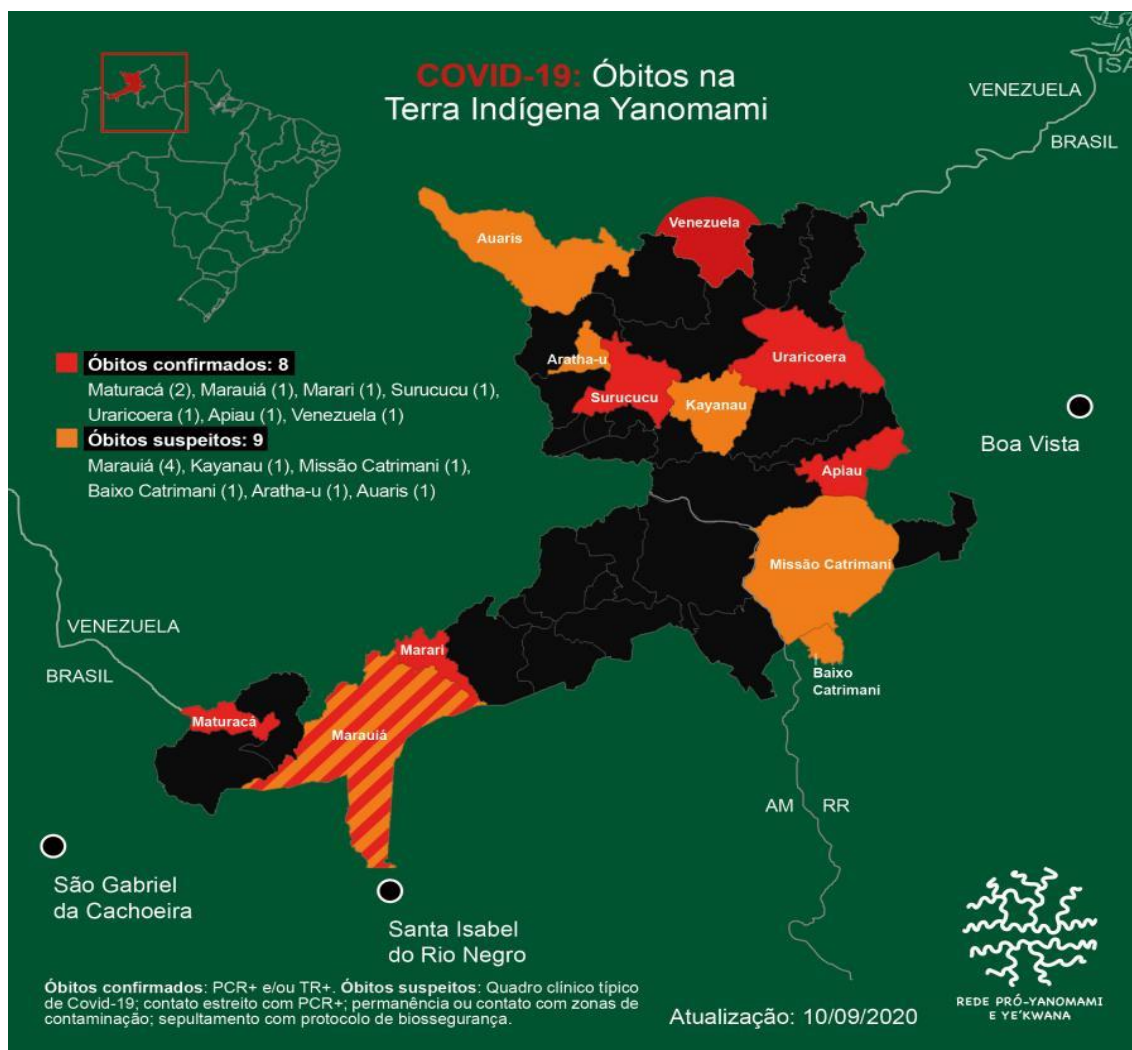
Ressalta-se que a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) já se encontrava fragilizada, portanto, quando a pandemia chegou ao Brasil esse foi um fator determinante para o agravamento da situação entre os povos indígenas e nos seus territórios. Nos meses de abril e maio, quando os casos de contaminação por Covid-19 aumentaram no país, os valores liquidados para a Saúde Indígena sofreram uma queda de R\$ 100 milhões em comparação com o mesmo período de 2019 (APIB, 2020). Com todos os problemas enfrentados pelos os povos indígenas durante a pandemia, teve também a questão das subnotificações de dados, tanto de infectados quanto de óbitos.

A rede Pró-Yanomami e Ye'kuwana fez o alerta sobre as subnotificações, houve casos confirmados de contaminação em 13 área das 37 regiões da Terra Indígena Yanomami. Nas aldeias, o isolamento entre os indígenas é impraticável, em consequência, é possível que cerca de 10.800 Yanomami e Ye'kwana tenham sido expostos ao novo coronavírus, em um universo de cerca de 27 mil pessoas – mais de um terço da população, (ISA, 2020, online). Na denúncia feita, a organização afirmou que 17 indígenas já haviam sido vítimas da Covid-19. Coletivo de pesquisadores e apoiadores da causa afirmaram que desde abril, se registrou oficialmente somente seis óbitos, ou seja, uma taxa de letalidade de 0,9 %, rara no planeta e desconhecida na América do Sul, a não ser em um país de registro sanitário duvidoso igual a Venezuela (0,8%), os pesquisadores ressaltam que, das 17 mortes, oito são óbitos confirmados e nove suspeitos.

Esse levantamento independente, evidenciou uma taxa de letalidade menos confiável (2,58 %), pouco inferior à do Brasil (3,1%). A SESAI, entretanto, não contabilizou as mortes registradas pela Rede Pró-YY e muitos outros óbitos suspeitos que ocorreram em cidades e na terra Yanomami, desde o início da pandemia (ISA, 2020, online).

Entre os casos subnotificados pela SESAI, está o caso do recém-nascido Yanomami em 18 de agosto. O bebê que na época tinha cinco meses e vivia numa aldeia na região do rio Marauíá-AM, estava com malária. Informações da rede Pró-YY, a criança foi levada pela família ao município de Santa Isabel do Rio Negro. Retornando à comunidade, todos começaram a ter sintomas de Covid-19, o bebê e outras quatro pessoas fizeram os testes para Covid-19, todos testaram positivo, o bebê passou a respirar com dificuldades. Essa morte não entrou para a estatística da SESAI, apesar do resultado ser positivo (ISA, 2020, online). De acordo com os pesquisadores, no Marauíá, onde vivem cerca de 2.500 Yanomami, cerca de 10% da população da TIY, foram realizadas pela SESAI somente quatro testes rápidos de Covid-19, todos positivos. Outros 30 testes foram realizados depois pela Secretaria Municipal de Saúde Santa Isabel do Rio Negro – AM, todos também positivos. O mapa a seguir mostra os óbitos por Covid-19 na TIY, confirmados e suspeitos, (*Figura 23*).

Figura 23: Mapa de óbitos por Covi-19 na TIY⁴¹.

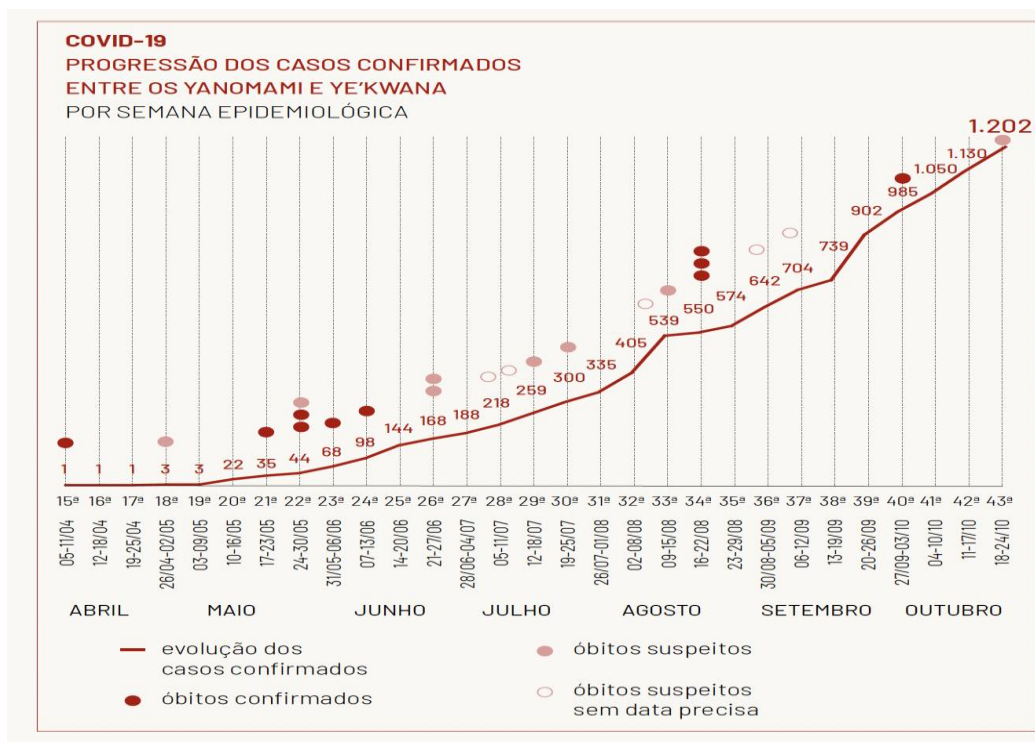


Fonte: ISA, (2020).

Em dezembro de 2020, o ISA produziu um segundo estudo dando conta do avanço da Covid-19 e dos impactos do garimpo ao longo do ano. Diante da falta de transparência da Sesai em relação aos dados sobre os casos de contaminação por Covid-19 entre os indígenas, a Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana (Rede Pró-YY) se organizou para realizar o monitoramento independente do avanço da Covid-19 na TIY e dar visibilidade às denúncias dos indígenas (MACHADO, 2020). De abril a outubro de 2020, foram registrados 1.202 casos de contaminação por Covid-19, como mostra o gráfico abaixo.

⁴¹ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/rede-pro-yanomami-e-yekwana-denuncia-subnotificacao-de-mortos-e-contaminados-pela-covid-19>.

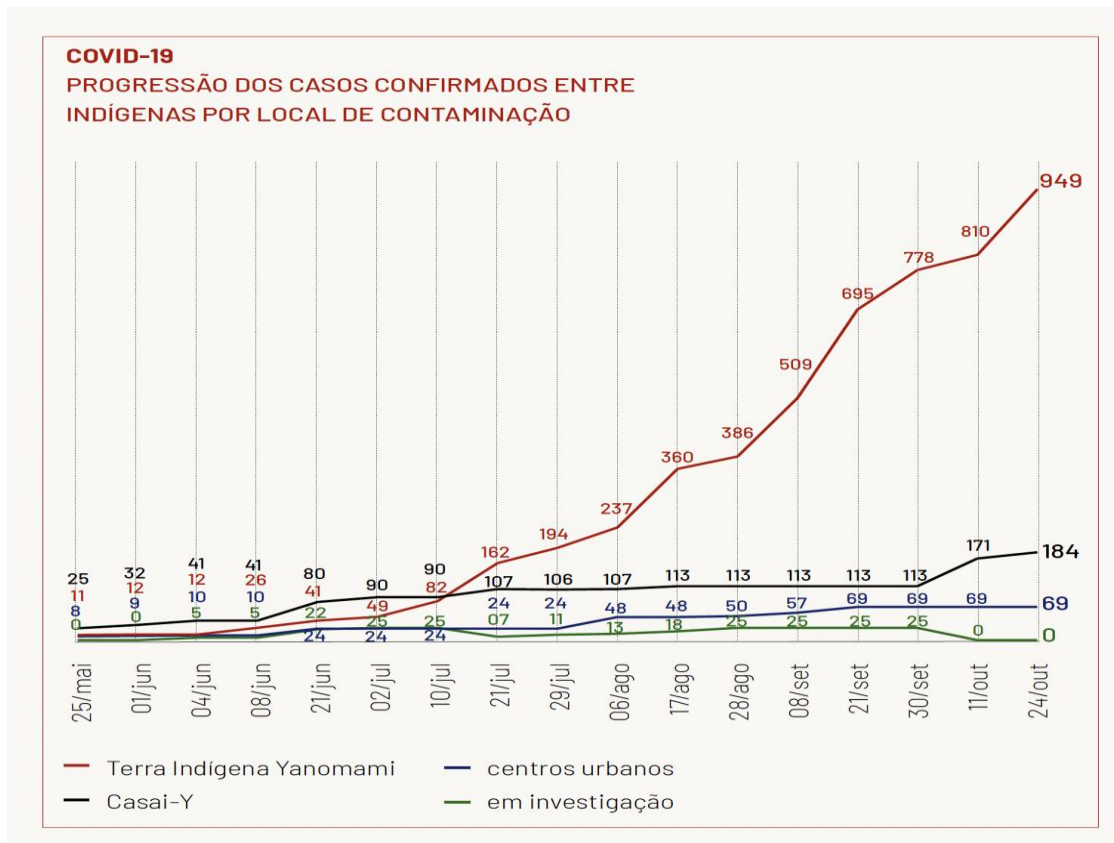
Figura 24: Gráfico progressão dos dados confirmados entre os Yanomami e Ye'kwana.



Fonte: Machado, (2020, p.12)

De acordo com o estudo do ISA, as primeiras pessoas a se contaminarem com o novo coronavírus foram indígenas que estavam na Casai-Y para tratar de outras doenças ou acompanhando parentes. Devido a problemas de atraso na contratação de serviços de táxi aéreo, os Yanomami e Ye'kwana, impedidos de voltar às suas comunidades, acabaram sendo contaminados assim como parte dos funcionários da Casai-Y. “De abril a outubro, 184 indígenas foram contaminados no local, bem como 81% dos funcionários que lá trabalham (MACHADO, 2020, p. 13). O gráfico abaixo mostra a rapidez como o vírus se alastrou nas comunidades, de maio a outubro de 2020, comparativamente às contaminações nas outras localidades como na Casai-Y e nos centros urbanos.

Figura 25: Gráfico progressão dos dados confirmados entre os indígenas.



Fonte: Machado, (2020, p.14).

Os gráficos revelam o rápido avanço da Covid-19 na TIY e essa realidade trouxe à tona os problemas e as deficiências antigas no sistema de atendimento à saúde dos Yanomami e Ye'kwana. No atual contexto, essa realidade expôs não apenas as “desigualdades regionais”, mas também o preconceito contra minorias étnicas vivenciado no Brasil, mostrando “a face mais cruel do racismo institucional, que ‘oficialmente’ limita o acesso de populações minoritárias aos melhores recursos disponíveis no Sistema único de Saúde (SUS) para o enfrentamento à Covid-19” (BASTA, 2020, p. 19).

Esse racismo institucional fica ainda mais evidente com o descaso e a inação do Estado. De fato, apesar dos estudos, das denúncias e das demandas apresentadas pelas lideranças Yanomami e Ye'kwana, a resposta dos agentes públicos, quando houve, foi tardia e insuficiente e a nova doença continuou avançando na maior Terra Indígena do país. Devido a irresponsabilidade do governo milhares de vidas foram perdidas, assim como afirma Dario Kopenawa, em nossa conversa.

É uma responsabilidade do governo para cuidar do povo brasileiro, os povos indígenas, é uma responsabilidade do governo federal, estadual e municipal, são responsáveis para cuidar da população. Mas descuidou bastante, morreu muita gente, 610 mil mortes, morreram porque não teve responsabilidade e não cuidou da população brasileira, isso é irresponsabilidade, incluindo o povo Yanomami e outros povos indígenas, (DARIO KOPENAWA, entrevista).

Diante da situação de descaso do Estado brasileiro para com os povos indígenas em face da Covid-19 e “em vista da flagrante violação aos preceitos constitucionais da dignidade da pessoa humana, dos direitos à vida e à saúde, bem como ao direito dos povos indígenas de viverem em seu território, de acordo com suas culturas e tradições, a Articulação dos Povos indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com seis partidos políticos, propôs, no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709 em junho de 2019. A ação buscava a garantia de estabelecimento de medidas emergenciais para a prevenção da disseminação pela Covid-19 e pedia a extrusão urgente de invasores de sete Terras Indígenas, entre elas, a TIY (PECORA e BATISTA, 2020, p. 22).

O Ministério Público Federal (MPF), por sua vez, também propôs a “Ação Civil Pública (ACP) nº 1001973-17.2020.4.01.4200” requerendo que “a União adote medidas emergenciais de extrusão de garimpeiros da TIY diante da continuada invasão que expõe comunidades indígenas da TIY à nova doença” (PECORA e BATISTA, 2020: 22). O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região deferiu o pedido de liminar, negado anteriormente em primeira instância, reconhecendo “a existência de grave risco e a obrigação do Estado em agir para impedi-lo, determinando à União que apresentasse, em 10 dias, um plano de extrusão, entre outras medidas” (PECORA e BATISTA, 2020, p. 23). A decisão foi contestada pela União e em 22 de junho de 2020, “o TRF-1 suspendeu a liminar anteriormente deferida, de modo que a apresentação do plano de extrusão e a retirada de garimpeiros no âmbito da ACP nº 1001973-17.2020.4.01.4200 ficou paralisada” (PECORA e BATISTA, 2020, p. 23). Posteriormente, em 17 de setembro, a Justiça Federal de Roraima determinou “que a União apresentasse uma versão final e completa do plano de extrusão em 10 dias”.

Não havendo resposta efetiva por parte do Estado brasileiro, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) “acionou o procedimento de medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)” (PECORA; BATISTA, 2020: 23). Em julho de 2020, a CIDH emitiu Resolução “reconhecendo o grave e iminente risco de dano irreparável aos povos Yanomami e Ye’kwana em razão da omissão do Estado brasileiro” (PECORA; BATISTA, 2020, p. 23).

Nos últimos três anos, de 2018 a 2021, já são cinco decisões no âmbito da justiça federal determinando a retirada dos invasores da TIY e a proteção da vida dos Yanomami. São decisões tomadas nas diversas instâncias: na primeira instância, na segunda instância no TRF da 1ª região e, inclusive, no Supremo Tribunal Federal (STF) em resposta à ADPF n. 709 de 2020. Todas essas decisões assinalam o dever da União em proteger a vida dos Yanomami e dos Ye’kwana e exigem a desintrusão imediata dos garimpeiros. A União é intimada a reativar quatro bases de proteção etnoambiental na TI Yanomami que estão desativadas desde 2018. As decisões judiciais obrigam a reativação das bases de proteção, obrigam a ter um plano de monitoramento territorial, obrigam a retirada dos garimpeiros, obrigam a interferir nas cadeias de apoio logístico que estão sustentando o garimpo, ou seja, aqueles que lucram e se beneficiam e que estão relacionados com a elite política de Roraima (VENTURA, 2021).

Apesar dessas cinco decisões no âmbito da justiça federal e de uma medida cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de julho de 2020 que deram prazo à União para agir, para ter um planejamento para intervir, para retirar os garimpeiros e para proteger a vida dos Yanomami, o atual governo optou por desconsiderar essas decisões e não cumprir com as determinações do judiciário. Essa desobediência absoluta do Poder Executivo diante de decisões do Poder Judiciário faz parte de um projeto que é deixar que o território Yanomami continue sendo invadido e explorado e que o povo Yanomami e Yekuana continue morrendo (VENTURA, 2021).

As decisões judiciais não foram suficientes para fazer o governo corrigir suas políticas. Nenhum plano adequado foi apresentado pela União para a adoção de medidas emergenciais sanitárias e de proteção territorial da TIY, à exceção do plano de instalação de barreiras sanitárias na ADPF 709, conforme

decisão do STF, cujo cronograma permanece em atraso (PECORA; BATISTA, 2020, p. 23).

A inação do governo não se deve à um déficit no orçamento público como mostram os dados analisados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e Transparência Brasil que evidenciaram que, “embora houvesse orçamento disponível, boa parte dos recursos federais destinada à saúde indígena foi subutilizada no contexto da pandemia e, quando utilizada, o foram de forma ineficiente” (PECORA e BATISTA, 2020, p. 24).

Em visita interministerial na TIY, realizada no dia 30 de junho de 2020, o governo, desconsiderando o avanço da pandemia, levou uma comitiva com muitas pessoas para dentro do território. Fazia parte da comitiva um grupo de mulheres de militares que, a pretexto de realizar uma “ação social”, sem máscaras, causando aglomeração e desrespeitando as formas culturais do povo Yanomami, colocaram maquiagem no rosto de mulheres indígenas, pintaram suas unhas e distribuíram roupas. O presidente do Conselho Distrital de Saúde Yanomami e Yekuana - Condisi, Junior Yekuana Yanomami, sobre isso, comentou: “Isso que fizeram é um desrespeito total. Essa doação de roupas. O povo Yanomami não é mendigo. Pula-pula? Não precisamos de pula-pula. Provocaram aglomeração! A ação do governo foi muito errada. (...) Precisamos do apoio do governo é para conter a Covid-19, que está entrando, espalhando nas aldeias” (VALENTE, 2020).

Nessa visita foram distribuídas caixas de cloroquina enquanto faltavam recursos básicos para as operações regulares dos órgãos públicos na TI. Após a visita, o MPF abriu um inquérito para apurar irregularidades administrativas e a sucessão de erros na condução do encontro. A investigação levantou, entre outras questões, “que o montante gasto na operação somou R\$ 4.905.868,73, valor quase quatro vezes maior ao recurso descentralizado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Roraima até agosto de 2020” (PECORA; BATISTA, 2020, p. 24). Além da distribuição de medicamentos sem eficácia, os indígenas denunciaram “a falta de distribuição de medicamentos e equipamentos básicos” para a proteção individual e para a proteção dos agentes de saúde indígena (CIMI, 2021: 198). A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em seu relatório, também se manifestou sobre o caso, fazendo duras críticas ao governo:

Reforçamos as denúncias sobre os riscos em que o governo Bolsonaro coloca os indígenas ao realizar ações interministeriais levando uma grande comitiva e convocando profissionais de comunicação de diferentes regiões para participarem da atividade apenas com intuito de gerar propaganda positiva do que deveria ser sua obrigação, mas, no entanto, é um desserviço. Essas atividades descumprem as orientações da Organização Mundial da Saúde, dos órgãos sanitários e de saúde e da nova lei n.º 14.021⁴², que obriga realização de quarentena antes da execução de atividades nos territórios indígenas (APIB, 2020).

Vale lembrar que o uso desse medicamento foi desaconselhado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por cientistas de todo o mundo que, inclusive, alertaram para o perigo do uso do medicamento, devido aos seus efeitos adversos e prejudiciais. Após a confirmação da ineficácia para tratar as infecções por Covid-19, a OMS suspendeu definitivamente os testes com hidroxicloroquina. Apesar das orientações da OMS, de cientistas e de especialistas respeitados da área de saúde em todo o planeta, o governo federal, numa missão que custou milhões em recursos públicos, “teve mais uma atitude arbitrária, autoritária e ameaçadora à saúde e à vida dos povos indígenas”. Júnior Hekurari Yanomami, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Dsei Yanomami, “requisitou ao MPF a instauração de um inquérito policial federal sobre a missão militar” (CIMI, 2021, p. 211). O MPF abriu um inquérito para apurar as irregularidades administrativas e a sucessão de erros na condução do encontro. A investigação levantou, entre outras questões, “que o montante gasto na operação somou R\$ 4.905.868,73, valor quase quatro vezes maior ao recurso descentralizado à Fundação Nacional do Índio (Funai) em Roraima até agosto de 2020” (PECORA; BATISTA, 2020, p. 24).

Os Yanomami mesmo morando em malocas coletivas tentaram seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas (ONU), “*falamos para eles, não podem ficar perto um do outro, não pode compartilhar objeto*” assim ressaltou Dario Kopenawa em nossa conversa.

⁴² Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.021-de-7-de-julho-de-2020-265632745>.

Os líderes Yanomami sempre orientando os demais, “*seguindo ordens dos tuxauas para não ir para o centro urbano, evitar contato com os parentes que estivessem chegando da cidade*”, assim Berto Góes também reforçou em sua fala, durante o diálogo. Dário Kopenawa também comentou durante a conversa que a SESAI e o Distrito Sanitário de Saúde Indígena (DSEI), órgãos do governo, ligado ao ministério da saúde ajudou, mas não da forma que o povo precisou:

As pessoas não tinham muita capacidade para cuidar da doença, mas eles cuidaram um pouco, davam remédio para esfriar a cabeça para minimizar a temperatura, eles utilizaram um pouco disso, mas não houve apoio forte (DÁRIO KOPENAWA, entrevista).

Sendo um vírus novo, os profissionais não tinham o conhecimento de como tratar os doentes com medicamentos adequados. Naquele momento os cientistas do mundo todo estavam trabalhando em busca de vacina que fosse eficaz no combate à pandemia.

Também frisou que não houve fiscalização dos profissionais pela SESAI, antes entrarem nas aldeias, muitos técnicos de enfermagem chegaram com sintomas de covid-19 nas TIY, ele destacou, “*não ajudou cuidando dos nossos parentes, mas transmitiu muita doença entrando no território*” (DÁRIO KOPENAWA, entrevista).

Em muitas terras indígenas o Covid-19 chegou através de profissionais não indígenas que, que os Yanomami chamam napês. Para a TIY os funcionários da própria SESAI e das forças armadas (exército) que levaram a Covid-19, assim também como os missionários que residem junto ao povo. Em outras regiões foi através dos garimpeiros (BETO GÓES, entrevista).

3.9.5. Emergência indígena: vidas indígenas importam⁴³

A epidemia continua se alastrando rapidamente dentro do TIY e os Yanomami continuaram aguardando a apresentação e a implementação de um

⁴³ O Emergência Indígena é a frente do movimento indígena no Brasil no enfrentamento da pandemia de COVID-19 e sua expansão sobre os territórios e povos originários.

plano efetivo para a retirada dos garimpeiros ilegais. No entanto, no ano de 2021, os ataques dos garimpeiros contra os Yanomami se intensificaram. Em carta de três de março de 2021, a HAY denunciava ataques com armas de fogo à comunidade de Helepi, nas margens do rio Uraricoera. Um garimpeiro em estado de embriaguez atirou em Ledimar Xirixana com um revólver. O irmão mais novo de Ledimar alcançou um arco e flecha e flechou o garimpeiro, que veio a óbito. Ledimar, por sua vez, ficou gravemente ferido, e foi socorrido pela comunidade. Os demais garimpeiros que estavam no local se retiraram ameaçando retaliação e dizendo que esperariam os Yanomami no porto do Arame, porto utilizado pelos Yanomami para acessar o interior da TIY. Desde 2020, o porto encontra-se ocupado por garimpeiros que passaram a controlar o fluxo de embarcações, cobrando pedágio para sua utilização inclusive dos próprios indígenas. Ali se concentra parte significativa da infraestrutura do garimpo ilegal (equipamentos, acampamentos clandestinos, etc.), e é intensamente utilizado pelos garimpeiros como meio logístico para abastecimento de insumos e trabalhadores vindos de fora da TIY. A comunidade xirixana de Helepi é a primeira comunidade indígena localizada nas margens rio Uraricoera que sofre cotidianamente com o assédio dos garimpeiros (HAY, 2021a). A carta alerta ainda que esse episódio de violência “não deve ser entendido isoladamente” pois reflete a “grave situação do garimpo ilegal na TIY, e se soma a outros ocorridos recentes que apontam para uma escalada de tensão entre comunidades indígenas e garimpeiros no interior TIY” (HUTUKARA, 2021a. p.2).

Em maio de 2021, os ataques de garimpeiros armados às comunidades indígenas continuaram ainda mais violentos. No dia 10 de maio, garimpeiros ilegais passaram de barco atirando sobre mulheres e crianças na comunidade de Palimiú. O ataque foi filmado e divulgado pelas redes sociais deixando o mundo todo estarrecido diante da imagem de guerra na região. De acordo com a imprensa, o ataque teria se dado como retaliação após os indígenas instalarem uma barreira sanitária e impedirem que os garimpeiros usassem o rio Uraricoera para chegar a um de seus acampamentos. Os bandidos realizaram uma série de ataques com armas pesadas, como fuzis e metralhadoras, e até bombas de gás lacrimogêneo. Cinco pessoas ficaram feridas e duas crianças morreram afogadas em meio ao pânico (PAIXÃO; TERRA, 2021). Um dia após os ataques na comunidade Palimiú, uma equipe de agentes da Polícia Federal foi recebida

a tiros no rio Uraricoera. Áudios de garimpeiros divulgados revelam a ligação entre o garimpo e facções criminosas (ISA, 2021a).

Um mês depois desses ataques armados, a HAY continuava denunciando as investidas de garimpeiros contra os indígenas da comunidade Palimiú e aguardando a ação da Força Nacional na região. Ao longo do mês de maio e de junho, a HAY enviou vários ofícios e cartas à Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami da Funai, à Polícia Federal, ao Exército brasileiro e ao Ministério Público Federal denunciando os repetidos ataques e ameaças dos garimpeiros às comunidades da região de Palimiú. Apesar da escalada da violência, as comunidades não haviam recebido qualquer proteção do Estado até 10 de junho (PAIXÃO, 2021a). Nos vários ofícios e cartas enviados, a HAY alertava para a permanente e crescente situação de insegurança vivenciada pela comunidade de Palimiú e pedia, insistentemente, para que impedissem o avanço do garimpo ilegal e garantissem segurança às comunidades indígenas no Palimiú e em toda TIY, estabelecendo uma presença constante das forças públicas de segurança na região e fornecendo contínuo apoio logístico para operações (PAIXÃO, 2021a). Assim Dario Kopenawa descreveu a situação:

Diariamente, os Yanomami sofrem intimidações. E muito assédio, como ameaças de morte, gritos, mostrando armas, disparando bombas. Resumidamente, as autoridades nunca enviaram equipe de segurança de forma permanente. Os próprios guerreiros estão protegendo as comunidades. Os órgãos competentes não atenderam nossa solicitação, isso é muito preocupante. É uma falta de respeito com o meu povo, com as crianças e mulheres. Mas, como representante do povo Yanomami e Ye'kwana eu vou continuar cobrando e enviando documentos. Eles não podem falar que não têm conhecimento desses ataques. A Hutukara vai continuar fazendo barulho e pedindo apoio de todos para o alerta de violência e a saída do garimpo ilegal da nossa terra (DARIO KOPENAWA apud PAIXÃO, 2021a).

Em decisão judicial, a Justiça Federal acatou o pedido de antecipação de tutela do MPF e determinou que a União mantivesse um efetivo armado de forma permanente na comunidade Palimú, ainda no mês de maio. À Funai foi determinado que auxiliasse as forças de segurança no contato com os indígenas. No entanto, mesmo com a decisão judicial, de 12 de maio, as tropas de

segurança da União não se estabeleceram de modo permanente no local para garantir a segurança da comunidade (PAIXÃO, 2021a).

Os últimos meses do ano de 2021 foram terrivelmente difíceis. No dia 24 de novembro, Dario Kopenawa esteve em Brasília para participar de duas ações importantes em defesa da Terra Indígena Yanomami. Pela manhã, Dario Kopenawa se reuniu com a deputada federal Dra. Joênia Wapichana e com o representante do Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Jan Jarab, para reforçar as denúncias de violação dos direitos dos povos Yanomami e Ye'kwana. Nesse encontro, Dario Kopenawa entregou uma carta para a deputada apresentando a grave emergência sanitária que os Yanomami e os Yekuana estão vivendo. Nesse documento, a HAY pede uma resposta à crise sanitária e demanda a reestruturação do atendimento à saúde na TI Yanomami, propondo diversas ações que garantam e restabeleçam uma saúde digna para seu povo (PAIXÃO, 2021b).

Esse encontro foi uma ocasião para atualizar a deputada e o representante da ACNUDH sobre a situação dramática do avanço do garimpo ilegal em seu território. Dario falou sobre a contaminação dos principais rios: Uraricoera, Mucajaí, Apiaú e Catrimani e manifestou tristeza com o abandono e o descaso do governo federal com a morte de crianças, mulheres e homens por malária, desnutrição, pneumonia e covid-19. A deputada Joênia Wapichana tem cobrado insistentemente do Ministério da Justiça (MJ), da Polícia Federal, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho Nacional da Amazônia providências para combater o garimpo na Terra Indígena Yanomami. O representante do ACNUDH disse que o Escritório continuará atento às denúncias e reafirmou seu comprometimento com a garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil (PAIXÃO, 2021b).

Na parte da tarde do dia 24 de novembro, houve uma audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) na Câmara dos Deputados para averiguar o falecimento de duas crianças indígenas por afogamento causado por maquinários dos garimpeiros. Foram convidados para a audiência o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Anderson Torres, o presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier da Silva e o superintendente da Polícia Federal em Roraima, José Roberto Peres, para prestarem esclarecimentos sobre a morte

das duas crianças Yanomami na comunidade Macuxi Yano. Dario Kopenawa e outros indígenas que estavam na sessão foram impedidos de falar por causa do tumulto e dos ataques dos deputados pró-governo e anti-indígenas presentes (PAIXÃO, 2021b).

Torres e Xavier, em uma atitude de total insensibilidade e desrespeito para com os indígenas presentes, negaram que a morte das crianças tivesse relação com o garimpo ilegal, contrariando a versão das famílias. Também não apresentaram um plano de ações estratégicas para a proteção territorial da TIY e melhoria do atendimento à saúde na TIY. Houve um tumulto depois da provocação do deputado Coronel Chrisóstomo (PSL-RO) que, defendendo as políticas do presidente Jair Bolsonaro, desdenhou os representantes indígenas presentes no local. A audiência foi suspensa e Dario Kopenawa que não pode ser ouvido, lamentou:

Eu não tive a oportunidade de falar porque a audiência foi suspensa. Os deputados queriam ouvir os esclarecimentos da morte das crianças, mas isso não foi feito, não discutiram os pontos principais. O próprio ministro não explicou qual é o dever da segurança pública para o apoio na proteção dos povos Yanomami e Ye'kwana. (DARIO KOPENAWA apud PAIXÃO, 2021b).

A fala do Ministro da Justiça e do presidente da Funai nessa audiência foi inaceitável e provocadora. O ministro chegou a dizer que a culpa do garimpo dentro da TIY é da migração venezuelana. A base governista de parlamentares presentes insistiu nesse argumento para tornar a questão do garimpo na TIY uma oportunidade de ataque à situação do país vizinho (VENTURA, 2021).

De acordo com Luís Ventura, assistimos nesses dois últimos anos a duas situações na TIY. Por um lado, o garimpo ilegal foi avançando e, por outro lado, o Estado foi compactuando com esse avanço do garimpo. À medida que o garimpo avançava, a presença do Estado ia diminuindo sua capacidade de ação. Houve um abandono absoluto das políticas de proteção territorial e de qualquer política de proteção à vida dos Yanomami. O atual governo nada fez para impedir a invasão dos garimpeiros, deixando passar as empresas do garimpo e isso de uma forma sistemática (VENTURA, 2021).

Para Dario Kopenawa, a invasão nas terras indígenas tem ligação com o preço do ouro, o seu valor monetário, caso o ouro não tivesse esse valor, não haveria a cobiça pelos não indígenas, não haveria invasão no seu território porque o ouro não valeria nada. Hoje no Brasil o mercado do ouro é caríssimo, petróleo, gasolina, mercado de bancos é tudo caro porque o ouro está muito caro, por exemplo hoje na TY 15 g é trezentos reais. Devido a isso, as pessoas estão invadindo e entrando na terra indígena, “*arrancando as raízes das florestas, as raízes das árvores*” (DÁRIO KOPENAWA, entrevista).

Nos tempos de hoje existe muita cooptação e aliciamento através de suborno de alguns parentes. O governo federal é muito ausente no nosso território. A FUNAI deveria ser mais presente nas aldeias através de projetos de alta sustentabilidade de base comunitária (BETO GÓES, entrevista).

3.9.6. Território: luta e resistência

Nossa terra mãe é a nossa árvore maior e mais delicada que nós verdadeiros seres humanos da floresta defendemos! Nunca jamais nós seres humanos podemos agredir e desrespeitar os elementos da natureza. Os espíritos da floresta podem ficar furiosos dar respostas através da fúria da natureza e acontecem tragédias naturais (ALBERTO GÓES, trecho da entrevista)⁴⁴.

Como bem ressaltou Beto Góes e Dario Kopenawa em nossa conversa e como mostrado no capítulo 2, os Yanomami estão num processo de luta e resistência a décadas, desde os primeiros contatos. Desde o início da pandemia nós povos indígenas do Brasil, representados pelas nossas organizações indígenas nacional e organizações de base nos unimos para enfrentarmos esse vírus, com apoio de organizações não governamentais e da sociedade.

A APIB e suas organizações de base seguem trabalhando diariamente para o fortalecimento e proteção dos direitos conquistados. Criou-se o plano “Emergência Indígena” devido à ativa omissão do Governo Federal no combate ao vírus. Não querendo substituir o papel do Estado, pelo contrário, cobrando a implementação das políticas públicas que garantem os nossos direitos. Nesse sentido, conseguimos articular recursos e materiais para equipar, de forma

⁴⁴ Trecho do nosso diálogo para a realização desta dissertação.

emergencial, vários Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's) em diversos estados (APIB, 2020).

Houve entregas de testes rápidos, materiais de higiene, equipamentos de proteção individual, cilindros de oxigênio, concentradores, e viabilizou também a instalação de Unidades de Atenção Primária Indígena (UAPI) em vários territórios. Por iniciativa própria, criou-se e manteve centenas de barreiras sanitárias para impedir a chegada do vírus nas comunidades. Uma medida que o Governo Federal não apenas negligenciou, mas tentou sabotar. Essa ação de base, que nossas comunidades implementaram por conta própria, foi fundamental para minimizar os impactos do novo coronavírus entre nossos parentes por todo o país (APIB,2020). Lutamos incansavelmente pela defesa dos nossos territórios, importante destacar que a luta na proteção territorial em tempos de pandemia também foi realizada espiritualmente, assim como relata Dário Kopenawa:

Espiritualmente, quase 15 mil xamãs fizeram um trabalho de bloqueio; onde passa o ar, para levar essa fumaça da doença, e não transmitir para o povo no território. Fizeram um bloqueio de trabalho tipo ventilador para não entrar o efeito de covid-19 na TY, isso eles fizeram esse trabalho material, não é fácil, mesmo assim entrou o efeito da doença TY. Os Xamãs trabalharam bastante, espiritualmente eles mataram o efeito mais perigoso da doença, com isso o efeito do Covid-19 enfraqueceu e não morreu muito Yanomami (DARIO KOPENAWA, entrevista).

Nós povos indígenas acreditamos fortemente na espiritualidade, nos seres (invisíveis) das florestas, através da nossa espiritualidade e dos conhecimentos tradicionais nos curamos de doenças seja do espírito ou doença física, como a Covid-19. Muitos indígenas usaram ervas de conhecimentos tradicionais para curar a Covi-19, minha família também usou em conjunto com tratamento de remédios não indígena, ou seja, de farmácia.

Dario Kopenawa reforçou essa informação em nosso diálogo:

Utilizamos o poder da mãe Terra, utilizamos o chá e nos tratamos, a medicina tradicional ajudou muito, circulamos informações, tal árvore é bom para combater o efeito do Covid-19, usamos o chá para não passar muito mal, usamos a força do conhecimento tradicional (DARIO KONEPAWA, entrevista).

Infelizmente no mundo dos não indígenas a nossa espiritualidade não tem “validade” quando se trata de nossos direitos, assim sendo, o povo Yanomami enfrentou essa luta com articulação de parceiros não indígenas, usando como argumento de defesa a Constituição Federal de 1988, o artigo 231, assim ressaltou Dario:

Falamos para o governo federal respeitar a lei brasileira, não pode destruir, não pode derrubar, não pode desmatar o território protegido, usamos esse argumento e conseguimos durante 15 anos manter a terra Yanomami protegida (Dario Kopenawa, entrevista).

Conseguiram também apoio internacional para viajar até a Europa, pedindo apoio, pois, são mais de 20 mil garimpeiros no TY hoje, Dario informa que *“os rios estão contaminados, sujos, cheio de mercúrio, cheio de lixo (como latas), de motores, há muitas bebidas alcoólicas, tem de tudo. Hoje nosso território está invadido completamente e destruído”* (DARIO KOPENAWA, entrevista). Nos últimos anos e meses, relataram para as autoridades brasileiras que os garimpeiros destruíram quase 500 hectares do TY, pois, estão numa situação muito grave de violência e ameaças a lideranças Yanomami. Há muita prostituição, muitas drogas, muitas facções, os crimes organizados também estão dentro do TIY, (DARIO KOPENAWA, entrevista).

Dario fala sobre a importância da terra para seu povo:

“A terra é nosso lugar, moradia, é onde nós nascemos, onde nós crescemos e onde estamos morando agora, a terra para nós é nossa casa para distribuir alimentação como açai, buriti, ele sustenta nossa população”, neste sentido, a terra é extremamente importante para o povo Yanomami, “sem a terra como nós vamos comer?! Onde nós vamos beber água?! Que forma podemos comer outros alimentos?! (...) a terra produz alimento para os seres humanos, por isso, a terra é muito importante para os povos indígenas e para o povo Yanomami (DÁRIO KOPENAWA, entrevista).

Além disso, Dario Kopenawa, ressalta que a ligação do povo com a terra é muito forte, há uma comunicação com a natureza, por exemplo, quando vão caçar pedem orientação. Eles têm regras limitadas, é importante se comunicar com a natureza, caso contrário, pode acontecer algo grave durante a caça,

podendo ocorrer acidentes, onça ou cobra poderá morder. “São várias as regras da mãe-terra, ela nos orienta, a ligação com a natureza é muito importante, sonhamos com ela, a gente consegue falar, conseguimos ouvir o que que ela está dizendo” (DARIO KOPENAWA, entrevista). Para os Yanomami a terra é humana, ela tem respiração, ela tem coração, ela tem os olhos, tem os braços, Dario Kopenawa diz que não é pajé, mas é Yanomami, por isso acredita e respeita a natureza.

Assim é o relacionamento dos Yanomami e outros povos indígenas do Brasil com a natureza, sua terra, seu território, uma relação de respeito e cuidado, esse cuidado se estende para a humanidade, pois, mesmo com as intensas invasões as áreas indígenas ainda são as mais preservadas, gerando ar limpo e saudável para a população.

As invasões em terras indígenas geram dor e sofrimento. Além disso leva a doença como o coronavírus, aumenta o índice de bebida alcoólicas na TI, gerando violência, violências de cunho sexual e assassinato Yanomami, os rios são poluídos por mercúrio, gera desnutrição, a saúde está correndo sérios riscos. Há problemas graves de drogas, são esses os prejuízos que os garimpeiros deixam no TIY (DARIO KOPENAWA, entrevista).

O tamanho do sofrimento causado pela invasão dos garimpeiros é enorme, além das ameaças de mortes, as mortes de crianças, o território está vulnerável, a saúde do povo está se agravando cada vez mais, houve aumento da invasão de garimpeiro, estão destruindo o território (DARIO KOPENAWA, entrevista). Os Yanomami querem a retirada dos invasores de suas terras.

Pois, há muita tristeza, muita destruição, muita contaminação, principalmente no território no estado de Roraima (BETO GÓES, entrevista).

O ano de 2022 começa com mais um pedido de socorro dos povos da floresta para a proteção de nossa Mãe Terra. Não poderia deixar de concluir este capítulo retomando a carta de Davi Kopenawa Yanomami, publicada no dia 3 de janeiro de 2022:

A Mãe-Terra pede socorro

Por Davi Kopenawa Yanomami

Estamos muito preocupados, tristes e revoltados. O ano de 2021 foi muito ruim para os povos indígenas. Na Terra Yanomami, aumentaram as

xawaras [doenças] e também a quantidade de invasores. São mais de 20 mil garimpeiros rasgando todos os dias nossas comunidades para extrair ouro e ganhar dinheiro fácil. Por onde eles passam, deixam um rastro de destruição, violência, drogas, prostituição e morte.

Em 2022, a invasão vai continuar. Bolsonaro não está tomando as providências para expulsar os garimpeiros. Ele não quer tirá-los de lá — muito pelo contrário! E não só da Terra Yanomami. Existem vários projetos de invasão das terras indígenas no Brasil.

Eu sou xamã e não estou sozinho. Só os xamãs sabem a visão do futuro do Brasil e do mundo. O Titiri [Espírito da Floresta] se comunica com os xamãs. Somos ligados à terra e à floresta. Todos nós, povo do planeta, vamos sofrer, como já estamos sofrendo. O nosso mundo, o Planeta Terra, está totalmente ameaçado.

Milhões já morreram com a doença Krukuri siki wai [Covid-19]. O não indígena da cidade pensa que não vai adoecer, mas vai. A poluição traz a xawara, que já está toda espalhada, na floresta e no mar. O mundo está cheio de problemas.

O povo da cidade pensa que o planeta está bem, mas no fundo, nós que conversamos com Titiri [Espírito da Floresta], sabemos que não. O Planeta Terra está gritando, pedindo socorro para que a floresta seja protegida. O povo da cidade não consegue pedido de socorro da Mãe-Terra. escutar o

Precisamos deixar o Planeta Terra em paz, porque ele está sentindo muita dor. Ele também pede isso de mim e eu enxergo e escuto esse sofrimento. Eu estou preocupado. Não sabemos como vamos curar o pulmão da Terra. Não temos remédio. Nós, Yanomami e não indígenas, precisamos curá-la juntos. Eu sou uma formiguinha, faço a minha parte e cuido do meu povo. Essa é a minha função.

Por isso que eu denuncio para o mundo todo o que está acontecendo na Terra Yanomami. Se os invasores não forem retirados, o sofrimento vai piorar! Na cabeceira do Rio Apiaú, onde dizem que tem muito ouro, é a casa dos meus parentes Moxihatëtëma — os índios “isolados”, como os não indígenas chamam. Eles não estão preparados para se defender. Eles não conhecem os garimpeiros, não sabem nem que existe o garimpo. Eu estou muito preocupado com eles. Eles protegem a minha casa e eu projeto a casa deles.

O Rio Alto Catrimani está cheio de garimpo também e, com o aumento da malária, a saúde está fraca. Não temos apoio. A Sesai (Secretaria e Distrito Sanitário Especial Indígena) não está cuidando dos Yanomami e Ye'kwana. Por isso que estou hixiu [bravo], porque o garimpo está nos matando, junto com o Governo Federal e Estadual.

Na região do Palimiú, aconteceu um problema sério, virou notícia mundial. Uma comunidade foi atacada em 10 de maio pelos garimpeiros. Duas crianças correram dos ataques e morreram afogadas. Na região de Parima perdemos outras duas crianças afogadas pela ação de uma máquina de garimpo.

Em Homoxi, a situação está péssima e só piora. Ali, já teve garimpo nos anos de 1986 e 1991, mas agora ele voltou ainda mais forte. No Xitei, o garimpo desmatou muito, segundo os especialistas aumentou 1000% entre dezembro de 2020 e setembro deste ano. O total histórico de floresta destruída pelo garimpo em toda a Terra Yanomami é de três mil hectares — isso equivale a cerca de três mil campos de futebol.

Quem compra o ouro ilegal é garimpeiro também. Os donos das lojas que compram e vendem ouro também estão envolvidos nesse crime. Os donos de avião e os pilotos são criminosos. É crime garimpar na Terra

Yanomami e em todas as outras terras indígenas no Brasil! Por que o artigo 231 da Constituição, que foi criada pelos não indígenas, não é aplicado? Por que as autoridades estão deixando os Yanomami morrer? Sobre 2022, eu só vou dar conselhos a quem apoia os povos indígenas. Eu não vou aconselhar o governo, que mata os povos indígenas. Eu vou aconselhar os próprios parentes que estão na luta, como os Kayapó, Xavante, Tucano, Macuxi, Wapichana, Wamiri-Atroari, Munduruku, Ye'kwana e Yanomami — os amigos dos povos da floresta. Vamos continuar andando juntos, lutando juntos, até o presidente Bolsonaro sair do poder. Eu vou esperar para ver se outro presidente vai cuidar da floresta e do Brasil. Estou sempre desconfiado. Eu já conheço o jeito da civilização, só fazem o bem para eles. O homem da cidade só pensa nele. Só pensa na mercadoria. Mas eu vou continuar pedindo apoio para tentar salvar a nossa natureza, a nossa Mãe-Terra. Essa é a minha fala!

CONCLUSÃO

Acontece que decidimos não morrer, mas lutar incansavelmente em defesa da vida (APIB, 2020).

A pandemia veio para reforçar que nós povos indígenas, somos povos da luta e resistência, veio para mostrar também que apesar de se passarem quase 522 anos, desde a invasão, ainda passamos por inúmeros processos e situações de preconceito, racismo, violência e genocídio.

Desde o início da pandemia nós povos indígenas do Brasil nos unimos para enfrentarmos mais essa batalha, o Covid-19. O povo Yanomami representa neste momento todo o processo de violência e genocídio que outros povos indígenas sofreram durante todo o processo de colonização, representa também a força dos povos originários, os povos das florestas.

Quando falamos a palavra GENOCÍDIO, nos dirigimos ao conjunto de ações e posicionamentos do governo, principalmente o atual, que colaboram com o adoecimento e morte de milhares de pessoas no Brasil. Entre os povos indígenas, o genocídio está presente na nossa história desde a invasão europeia até os dias atuais, afirma (APIB, 2020). Junto com a invasão dos colonizadores em nossos territórios, hoje conhecido mundialmente como o país Brasil, veio o que os Yanomami chamam de xawara, as epidemias, inclusive foi através deles que a coronavírus chegou até os territórios indígenas. Pior que o xawara, é epidemia da ganância dos não indígenas, a colonização e exploração das nossas terras continua, agora disfarçado de desenvolvimento econômico.

Ressalto que em alguns momentos no decorrer da escrita desta dissertação me emocionei muito, principalmente quando falo sobre o massacre de Haximu, outro momento foi quando apresento a metodologia onde menciono mudança do tema e cito minha avó, que foi vítima do Coivd-19.

Até o presente momento, 1.254 indígenas foram vítimas fatais nesta pandemia da Covid19. Tendo 63.220 casos confirmados e 162 povos afetados (APIB, 2022). Muitas mortes poderiam ter sido evitadas se tivéssemos um governo engajado com o povo e que valorizasse a vida, os povos indígenas e a ciência. O número de vítimas só não foi maior devido a intensa mobilização do movimento indígena do Brasil.

Infelizmente quem perdeu um avô, uma avó, um tio, uma tia, um irmão, uma irmã, um filho, uma filha, perdeu também parte da sua história. Com a perda de nossos anciões perdemos também parte dos nossos conhecimentos, se foram livros de sabedoria, que não encontramos em nenhuma biblioteca do mundo, com as crianças sendo vítimas da Covid-19, se foram também parte do nosso futuro.

Contudo, temos muita luta pela frente, em defesa da floresta, da biodiversidade e do planeta, em defesa do nosso território, por isso, devemos lutar juntos e juntas em sua defesa. Assim como abordei no capítulo três sobre a importância do território, a nossa identidade enquanto indígena está ligada ao território, a nossa terra, é lá que estão nossas raízes. Pois, sem terra não existe povo Baré, não existe povo Yanomami, não existe povo indígena. Da dor das violências e da perseguição que estamos sofrendo, não desistiremos de continuar lutando nem de dar continuidade às nossas (re) existências. A luta dos povos indígenas é única e coletiva. Nessa simples dissertação que abordo em especial a situação do povo Yanomami, representa também a luta do meu povo Baré e a luta dos 305 povos existentes hoje no Brasil.

Procurei mostrar também, que não se trata apenas de omissão, de negligência ou de incapacidade do governo federal em suas diversas instâncias. Trata-se de um projeto orquestrado e sistemático de não cumprir com as obrigações constitucionais, uma vez que a própria Constituição Federal estabelece para a União o dever de proteção territorial das terras indígenas. Essa intencionalidade em não atuar torna o governo responsável pela

devastação do território nacional e pela doença e morte que atingem povo Yanomami. Nos encontramos diante de um projeto genocida e ecocida.

POSFÁCIO

Finalizando minha graduação, decidi que iria tentar o processo seletivo no Programa de Direitos Humanos e Cidadania-PPGDH, na Universidade de Brasília, pois, o projeto que iria submeter correspondia ao que o edital solicitava. Apresentei meu TCC em setembro de 2018, em dezembro fui para o Amazonas passar um tempo com minha família antes de voltar em abril de 2019 e me preparar para o processo seletivo do mestrado.

No intervalo entre dezembro e abril, me dediquei a cuidar da minha, minhas sobrinhas e meus pais, tirei um tempo para relaxar e por uns momentos deixar a vida acadêmica de lado antes de retornar a Brasília. Nesse tempo pude fazer companhia aos meus avós, vovó Angelina e vovô Moisés. Jamais passou em meus pensamentos que seria a última vez que estaria na companhia dos dois. Meus avós são para mim exemplo de força.

Assim, participei do processo seletivo, fui aprovada em primeiro lugar nas vagas de ações afirmativas para indígenas. Nesse momento o outro desafio foi financeiro, não teria bolsa, decidi continuar no mestrado apesar de todos os desafios, meus colegas da 8ª turma do mestrado, no início do curso fizeram vaquinha online para me ajudar, fui acolhida neste sentido. No início meus pais me ajudaram financeiramente com o que podiam, depois de alguns meses entrei no projeto onde tem outros colegas indígenas, o Armazém Memória, além disso, consegui um trabalho temporário de seis meses durante a pandemia e assim fui seguindo.

No entanto, ainda no primeiro semestre de mestrado, em setembro perdi meu avô num acidente doméstico, recebi essa notícia com muita dor e tristeza, mas nesses momentos sempre tive amigos ao meu lado. Finalizando o primeiro semestre e o ano, não consegui viajar para passar o final de ano com minha família, devido as questões financeiras. Nessa época já se ouvia as primeiras notícias sobre a Covi-19, não imaginaríamos que se espalharia tão rápido pelo mundo. Início de 2020, em março a OMS decreta pandemia, de repente nos vimos num universo que jamais poderíamos imaginar, isolamento social, quarentena, tomar todos os cuidados recomendados pela OMS, tivemos que nos adaptar às formas de trabalho e estudos de forma remota (online).

Como falei na dissertação perdemos muitos anciões, muitos parentes, líderes indígenas, recebi a notícia da perda de minha avó no dia 19 de junho, numa madrugada. Chorei muito, estava na casa da minha amiga Braulina, ela me abraçou e me consolou naquele momento difícil. Tenho uma ligação muito forte com minha avó, foi ela quem me criou quando era criança até meus oito, nove anos de idade, foi ela também uma das minhas incentivadoras e inspiração para continuar a estudar, continuar na vida acadêmica. Apesar do sofrimento pela perda de minha avó, eu não deixava de pensar em só momento na alegria dela toda vez que chegava em casa durante minhas férias. Ela e meu vô sempre levavam frutas da roça para mim, vinho de açaí, ela gostava e pedia para eu fazer almoço para eles, dizia que gostava do meu tempero.

Em agosto de 2020, as aulas começaram de forma virtual, não tive muita dificuldade para me adaptar, pois, tenho facilidade em manusear os meios tecnológicos. Em novembro de 2020, consegui apresentar meu projeto de qualificação com êxito, e foi nesse momento que a banca sugeriu que eu fizesse o posfácio, acredito que tenha sido depois de lerem o meu memorial. No ano de 2021, em maio, finalmente consegui a bolsa da CAPES. Como a maioria dos meus colegas de turma e também do PPGDH, eu pedi prorrogação para defender minha dissertação.

Eu enquanto indígena participo ativamente de mobilizações desde antes da pandemia, durante participei de forma virtual e ano passado o movimento indígena voltou as manifestações presenciais aqui em Brasília, começando pelo Levante pela Terra, Acampamento Terra Livre, II Marcha das Mulheres Indígenas e Fórum Nacional de estudantes Indígenas e Quilombolas, participei de todos, na tenda da saúde orientando os parentes indígenas, distribuindo máscaras e como palestrante. A nossa luta se faz nas ruas, nas universidades, nos espaços onde estivermos. Participei também de dezenas de lives e a do PPGDH, também, e em outros departamentos, dei aula sobre direitos humanos nas perspectivas dos povos indígenas em faculdades e universidades.

Sempre tentando conciliar com a minha dissertação, foi desafiador. Em relação ao meu trabalho, gostaria de poder ter ido ao território Yanomami conhecer pessoalmente, conversar com os líderes, os pajés, mas devido a pandemia não foi possível. Tenho de certa forma familiaridade com o povo, meu pai que é professor deu aula em algumas aldeias do povo Yanomami, na região

do Marauaiá por onze anos, quando ainda eu era criança até a minha juventude, minha irmã também trabalhou como professora com os Yanomami por seis meses, antes da pandemia. Não conheço as aldeias pessoalmente, antes desta dissertação, só as conhecia pelas histórias que meu pai contava.

Esses anos de pós-graduação foram experiências maravilhosas, venci desafios, meus medos e minhas inseguranças em relação a timidez e nervosismo. Ser chamada de professora pela primeira vez me soou como música para os meus ouvidos, jamais pensei que pudesse chegar onde estou hoje. E, em meio a tantos desafios, decidi participar do processo seletivo do PPGDH e fui aprovada para o Doutorado, a primeira na minha família toda a chegar no nível acadêmico que talvez minha avó nem pudesse imaginar.

Só agradecer por todas as conquistas, apesar das perdas durante essa caminhada, espero continuar trilhando o caminho da luta, da resistência que vem dos meus ancestrais. Que os conhecimentos adquiridos sejam arma de luta em prol dos povos indígenas de todo o Brasil. Que possamos ocupar mais os espaços das universidades, pintando os referenciais teóricos com jenipapo e urucum, usando nossas ferramentas de luta também para o debate teórico dentro dos espaços acadêmicos.

REFERÊNCIAS

APIB (2020). Nossa luta é pela vida. **Covid-19 e povos indígenas: o enfrentamento das violências durante a pandemia**. Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena. Novembro de 2020. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

APIB (2022). **Panorama Geral da Covid-19**. https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALBERT, B. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Povos Indígenas no Brasil. **Terra Yanomami e Florestas Nacionais no Projeto Calha Norte: uma expropriação “ecológica”**. São Paulo, 1991.

ALBERT, B; MILLIKEN, W. **Uhiri A: a terra-floresta Yanomami**. São Paulo: Instituto Socioambiental; Paris, Fr: IDR- Institut de Recherche pour le Développement, 2009.

ALBERT, B. Povos Indígenas no Brasil (PIB):1991/1995/. **O massacre dos Yanomami de Haximu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 203-207.

A ÚLTIMA FLORESTA (2021). Direção: Luiz Bolognesi. Roteiro: Davi Kopenawa Yanomami, Luiz Bolognesi. Brasil, 1h14min, documentário. <https://www.netflix.com>.

Atenção à Criança. Biblioteca. **Orientações a Respeito da Infecção pelo SARS-CoV-2 (Conhecida como COVID-19) em Crianças**. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/orientacoes-a-respeito-da-infeccao-pelo-sars-cov-2-conhecida-comocovid-19-em-criancas/>. Acesso: 10 jan. 2021.

BAINES, S.G. **O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial**, Série Antropologia n. 138, Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie138empdf.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL, Planalto. **Projeto de Lei 11.645/08**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso: 03.11.2020.

BRASIL (2022). Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.saudeindigena.net.br/coronavirus/mapaEp.php>. Acesso: 10 jan. 2022.

BRASIL. (2022). Ministério da Saúde. **Saúde Indígena** Sesai. <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>. Acesso em: 13.01.2022.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. PATEO, R. D. **Relatório sobre violações de Direitos Humanos na TIY 1960-1988/ Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/ComissaoVerdade/2296>. Acesso: 10 dez. 2021.

BASTA, Paulo César (2020). A pandemia de Covid-19 entre os povos Yanomami e Ye'kwana: uma nova expressão de antigas desigualdades. In: MACHADO, Ana Maria et al. (orgs.). **Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado**, São Paulo: ISA, pp. 17-21. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/xawara-rastros-da-covid-19-na-terra-indigena-yanomami-e-omissao-do-estado>.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, 2021. p. 105-117.

BRASIL DE FATO (2021), **Garimpo ilegal, invasão e violência em terras indígenas**. Entrevista, *Rede TVT*, Youtube, 11 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RdVVNLVKTOI&t=1239s>.

BRUNATO, I. UOL. H aventuras na história. **Os horrores do massacre de Haximu executado por garimpeiros**. Publicado em 04/10/2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-horrores-do-massacre-de-haximu-executado-por-garimpeiros.phtml>. Acesso: 17.11.2021. BioMania. **Rio Orinoco**. Disponível em: <https://biomania.com.br/artigo/rio-orinoco>. Acesso: 30 nov. 2021.

CABALZAR, A.; RICARDO, B. Terras Indígenas e Unidade de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições In: Fany Ricardo. (org.). **“Cabeça do cachorro” e “área cultural” de povos indígenas**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 386-395.

Comissão Pró-Yanomami (CCPY). **A comissão Pró-Yanomami e suas ações**. <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=http://www.proyanomami.org.br/quem.htm>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Coronavírus Brasil. **Painel coronavírus**. Atualizado em: 09.12.2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA (CIMI) (2021). **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Dados de 2020. Brasília: CIMI/CNBB.

CORREA, C. N. O Barro o Genipapo e o Giz no Fazer Epistemológico de Autoria Xakriabá: **Reativação da Memória Por Uma Educação Territorializada**. Dissertação de mestrado.UnB. Brasília, 2018.

CNN (2021). Saúde. **Números de Mortes por Covid-19 passa de 5 milhões.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mundo-passa-a-marca-de-5-milhoes-de-mortes-causadas-pela-covid-19/>. Acesso: 10.01.2022.

DAVIS, S. H. Vítimas do Milagre. **O desenvolvimento e os Índios do Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Disponível em: http://etnolinguitica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Adavis-1978-vitimas/Davis_1978_VitimasDoMilagre.pdf. Acesso: 08 dez. 2020.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa:** reflexões sobre o trabalho de campo. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, n. 115, março de 2002. p. 139-154. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 dez. 2020.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI (HAY). **Segmento problemático na Terra Indígena Yanomami.** Disponível em: <http://hutukara.org/index.php/hay/historico-dos-conflitos>. Acesso: 22 nov. 2021.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI (HAY) (2021). **Carta à Deputada Federal Dra. Joenia Wapichana.** Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/oficio_hay_-_acoes_para_saude_na_tiy.pdf. Acesso: 24 nov. 2021.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI (HAY) (2020). **Nota da Hutukara Associação Yanomami sobre audiência com o vice-presidente Mourão, 3 de julho de 2020.** Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nota_hutukara.pdf.

KAISER, Hartmut-Emanuel. **Os direitos dos povos indígenas no Brasil:** desenvolvimento histórico e estágio atual / Hartmut-Emanuel Kaiser; Maria da Glória Lacerda Rurack, Klaus-Peter Hurack.- Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed., 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** Palavras de um xamã yanomami. tradução Beatriz Perrone – Moisés; Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro - 1ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** Companhia das letras. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Instituto Socioambiental (ISA). Povos Indígenas no Brasil: **Localização e extensão das TIs,** de 27 de agosto de 2020. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_Ts. Acesso em: 27 ago.2020.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). **Terras indígenas são áreas mais preservadas do Brasil.** 27.08.2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/imagens-de-satelite-comprovam-que-terras-indigenas-sao>

as-areas-mais-preservadas-do-brasil-nas-ultimas-decadas/. Acesso: 13 out. 2020.

Instituto Socioambiental (ISA). **Povos indígenas no Brasil: Yanomami.** Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso: 26 out. 2021.

Instituto Socioambiental (ISA). **Povos indígenas no Brasil: Yanomami.** Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso: 26 out. 2021.

Instituto Sociambiental (ISA). **Covid-19 e Povos Indígenas.** Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Instituto Sociambiental (ISA) (2020). **O impacto da pandemia na Terra Indígena Yanomami. #ForaGarimpoForaCovid.** Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/o-impacto-da-pandemia-na-terra-indigena-yanomami-foragarimpoforacovid>.

Instituto Sociambiental (ISA) (2020). Rede Pró-Yanomami e Ye'wana denuncia subnotificações de mortos e contaminados pela Covid-19. Quinta feira 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/rede-pro-yanomami-e-yekwana-denuncia-subnotificacao-de-mortos-e-contaminados-pela-covid-19>. Acesso em: 04 jan. 2022.

LUCIANO, G. J. S. O índio brasileiro: **o que você precisa saber sobre os indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006.

MAIA, L.M. Povos Indígenas no Brasil:1996-2000. *In:* [RICARDO, Carlos Alberto (editor)]. **Foi Genocídio.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 340-345.

MACHADO, Ana Maria et al. (orgs.). **Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado,** São Paulo: ISA. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/xawara-rastros-da-covid-19-na-terra-indigena-yanomami-e-omissao-do-estado>.

MEDICI, E.C.; BUZUAID, A.; NETTO, A.D.CAVALCANTE, J.C., Estatuto do Índio. *In:* SILVA, L.F.V (Org.). **Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira.** Brasília: CGDT/FUNAI, 2008. pp. 48-51.

MOREIRA, M. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Povos Indígenas no Brasil. **A estratégia do Genocídio Yanomami.** São Paulo, 1991.

MONTEIRO, S.G; SILVA, J.RA; COUTINHO, C.F. O direito como liberdade. **Vida Política e Povos Indígenas: O direito achado nas florestas.** Brasília, 2019.

MONTEIRO, S.G. **Impactos Socioambientais no município de Santa Isabel do Rio Negro-Am em decorrência da atividade minerária**. TCC (Bacharel em Engenharia Florestal) - Faculdade de Tecnologia, Engenharia Florestal, Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

MONTEIRO, S. G. (2021). Território, luta e resistência: **Uma abordagem a partir da ciência dos povos indígenas**. In: ZELIC, Marcelo; ZEMA, Ana; MOREIRA, Elaine (orgs.). *Genocídio indígena e política integracionistas: Demarcando a escrita no campo da memória*. São Paulo: Selo da Rua, pp. 53-75.

Nilsson, M.S.T. & P.M. Fearnside. 2011. Yanomami Mobility and its effects on the forest landscape. *Human Ecology* 39(3): 235-256. DOI: 10.1007/s10745-011-9400-4. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/mobilidade%20Yanomami%20efeitos%20na%20floresta.pdf. Acesso: 28 set. 2021.

NUNES, M. (2021). Depois de conquistar quatro prêmios internacionais, 'A última floresta', de Luiz Bolognesi, estreia no Brasil, *Conexão Planeta* [online]. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/depois-de-conquistar-4-premios-em-festivais-pelo-mundo-a-ultima-floresta-de-luiz-bolognesi-estrela-no-brasil/#fechar>. Acesso: 20 ago. 2021.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (2020). **Folha informativa sobre Covid-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso: 06 dez. 2021.

PAIXÃO, E. (2021). **Liderança expõe crise na Terra Yanomami a representante da ONU, ISA** [online]. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/lideranca-expoe-crise-na-terra-yanomami-a-representante-da-onu>. Acesso: 25 nov. 2021

PATEO, R.D. Povos Indígenas no Brasil:2001/2005/. In: [editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo]. Yanomami Garimpo: **O retorno do Caos**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 341.

PASSARINHO, J. Povos Indígenas no Brasil:1991/1995/. In: RICARDO, Carlos Alberto. (org.). **A demarcação da terra Yanomami** São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

Povos indígenas no Brasil. ISA. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso: 26 out. 2021.

Povos Indígenas no Brasil: 1996/2000/. In: [RICARDO, Carlos Alberto (editor)]. Aconteceu. **Yanomami Incêndio**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996

Plano de Gestão Territorial Indígena. **Relatório executivo**. Hutukara e ISA. novembro, 2016. p.2. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/ISA-PNGATI-Relatorio-Executivo-I-PGTA-TI-Yanomami.pdf>>. Acesso: 23 set. 2021.

TERENA, Eloy. **Vukápanavo o despertar do povo terena para os seus direitos: Movimento indígena e confronto político**. Tese de doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2019.

SANQUETTA, Carlos Roberto; CORTE, Ana Paula Dalla; RODRIGUES, Aurélio Lourenço; WATZLAWICK, Luciano Farinha. Inventários Florestais: planejamento e execução. **Estrutura e diversidade de floresta nativas**. 3.ed. Curitiba: Multi-Graphic Gráfica e editora 2014. p.221-222.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos Indígenas no Brasil e a questão da terra**. Revista de Políticas Públicas e Segurança Social | v.1 | n.1 | p. 193| América do Sul.

SIPAD (2022). **Povos Indígenas e Covid-19: ações diante da pandemia**. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/povos-indigenas-e-o-covid-19-acoes-diante-da-pandemia/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SMITH, L.T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Tradução Roberto G. Barbosa.- Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SMITH, Linda Tihwai (2016). **A descolonizar las metodologías: investigación y pueblos indígenas**, Santiago: Lom ediciones.

Survival Internacional, **Povos Yanomami**. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/povos/yanomami>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TERENA, Eloy. **Vukápanavo o despertar do povo terena para os seus direitos: Movimento indígena e confronto político**. Tese de doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2019.

VALENTE, R. **Mulheres de militares maquiagem, dão roupas e causam aglomeração de yanomâmis**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/17/militares-coronavirus-indigenas.htm>. Acesso: 28 nov. 2021.

VENTURA, Luís (2021). **Avanço de garimpeiros e o papel dos militares, Observatório Indigenista**, Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CVBFrMLE4EU>. Acesso: 27 nov. 2021.

VERDUM, R. **Os Yawaripë: contribuição à história do povoamento Yanomami**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1996.

Wikipedia. **Template:** COVID-19 pandemic data. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Template:COVID-19_pandemic_data. Acesso em: 10 jan. 2022

WRIGHT, R. M. História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro. **Novas Guerras: Os Baniwa, a Mineração e o Projeto Calha Norte**. University of Flórida. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259868337_HISTORIA_INDIGENA_E_DO_INDIGENISMO. Acesso em: 14 out. 2021.

ZEMA DE RESENDE, A. C. 2014. **Direitos e Autonomia Indígena no Brasil (1960 – 2010): uma análise histórica à luz da teoria do Sistema Mundo e do pensamento decolonial**. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS), Universidade de Brasília (UnB). Available at: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17769/1/2014_AnaCatarinaZemaDeResende.pdf.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Para participar de Pesquisa Acadêmica do PPGDH/CEAM/UnB

O Senhor (a) está sendo convidado (a) como voluntária a participar da pesquisa do (a) mestrando (a), **Suliete Gervásio Monteiro** do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB) e orientando (a) da professora Dr^a. Vanessa Maria de Castro.

Nesta pesquisa, será investigado o seguinte tema: **O retorno de Xawara no território Yanomami: conflito, luta e resistência**. Um dos motivos que me leva a estudar o tema é a situação de ameaça e genocídio em que se encontram o povo Yanomami nesse momento de crise política e pandemia.

Para esta pesquisa adota-se os seguintes procedimentos no qual o (a) senhor (a) participará de uma entrevista e a sua identidade será mantida em sigilo, caso este seja o seu desejo manteremos o seu anonimato. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com o debate sobre o agravamento da situação de invasões do território Yanomami durante a pandemia do Covid-19 e as violações dos direitos humanos dos povos indígenas.

O/A senhor (a) terá o esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer aspecto que julgar importante e estará livre para recusar-se a participar do trabalho. Informa-se que você poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento na pesquisa, desde que seja precedente a aprovação da banca examinadora final do mestrado do PPGDH. Ressalta-se que para participar deste estudo o/a senhor (a) não receberá nenhum pecúnio, assim como não terá nenhum custo.

A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo se este for o seu desejo.

Informa que os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada antes de ser apreciada pela Banca Examinadora Final. O/A Senhor (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste trabalho, se este for a sua vontade.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, em Brasília, e a outra será fornecida ao/à Senhor (a). A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do

Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins de pesquisa acadêmica e científica.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade nº: _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa da mestranda **Suliete Gervásio Monteiro** de maneira explícita e detalhada e tirei todas as minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar, desde que seja anterior a apreciação da Banca Examinadora Final.

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e elucidar as minhas dúvidas e questões.

Brasília, 03 de novembro de 2021.

Assinatura do (a) Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Dados:

Nome da Pesquisadora Responsável: Suliete Gervásio Monteiro

Telefone: (61) 996206040

E-mail: suly_monteiro@homail.com; ara.gervasio@gmail.com

Professora Responsável pela Pesquisa/ Orientadora: Dr^a. Vanessa Maria de Castro

E-mail: vcastro@unb.br

Endereço: Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania - Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares

Pavilhão Multiuso I - PMU I, Bloco C, 1º andar

Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte, Brasília-DF

CEP: 70910-900

E-mail: ppgdh@unb.br

Telefone: (61) 3107-5935

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Aspectos gerais sobre os indígenas entrevistados:

- Nome completo, povo indígena, data e local de nascimento, idade.
- Estado Civil; Escolaridade; profissão.

I Parte

1. Como é ser um Yanomami?
2. Como se deu o processo de luta e resistência do seu povo?
3. Qual a principal preocupação e inquietação hoje para o seu povo?
4. Como você ouviu falar pela primeira vez sobre o Covid-19?
5. Como o seu povo ficou com a notícia da Covid-19 durante a grande crise?
6. Como chegaram os primeiros casos de Covid-19 na sua aldeia?
7. Quais memórias trouxeram de volta para o seu povo a crise sanitária global?
8. Como foi o combate à pandemia na aldeia, quais foram os cuidados que tomaram?
9. Foi usado remédios tradicionais como, chás, ervas para cura do Covid-19.
10. Seguiram as orientações do sistema de saúde local e da Organização Mundial da Saúde?
11. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) deu assistência ao povo nos cuidados necessários contra a Covid-19?
12. Como foi o efeito da covid-19 para o povo Yanomami, em vários sentidos?
13. Qual o sentimento para o seu povo de acordo com: idosos, mulheres, crianças, os homens?
14. Os indígenas Yanomami continuam isolados/confinados na aldeia?
15. Já tomaram a primeira e ou a segunda dose da vacina?
16. Quais são as consequências da Covid 19 para o seu povo atualmente?
17. Você percebe alguma estratégia política de contaminação do povo por parte das lideranças governamentais, principalmente do governo federal e estadual?

18. Percebeu alguma diferença entre os Yanomami mais isolados durante a pandemia e os de recente contato, no que diz respeito à contaminação?

II Parte

19. Fale sobre a importância da Terra Indígena para vocês?

20. Qual a ligação do povo com a terra e/ou floresta?

21. Fale sobre o que você pensa sobre a invasão na Terra Yanomami.

22. Como os Yanomami lidam/lideram com as invasões de garimpeiros, madeireiros nas suas aldeias?

23. Quais as consequências dessas invasões para o povo Yanomami?

24. Consegue mensurar o nível de sofrimento do seu povo?